

**Gestão de Crise perante fenómenos naturais consequentes da
Crise Climática: O caso das Autarquias do Alentejo Litoral
Português**

JOANA ALEXANDRA DA SILVA SILVEIRA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM GESTÃO ESTRATÉGICA DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

Orientadora:

Professora Doutora Sandra Martins Pereira

Escola Superior de Comunicação Social – Instituto Politécnico de Lisboa

Maio, 2025

Declaração Anti Plágio

Declaro ser a autora deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Estratégica das Relações Públicas, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, 18 de maio de 2025

Joana da Silva Silveira

Documento redigido ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

“Estamos numa autoestrada para o inferno climático com o pé no acelerador”.

– António Guterres, Secretário Geral das Nações Unidas (COP 27)

AGRADECIMENTOS

Esta foi a última página a ser escrita.

Só depois dos desafios conseguimos olhar para trás e perceber que todos os degraus foram necessários para subir a escada. Fazer essa reflexão é reconhecer que não fiz este caminho sozinha. Assim, agradeço a todos os que me ajudaram a chegar aqui. Em especial:

Agradeço à minha orientadora, professora doutora Sandra Pereira, por me ter guiado e aconselhado durante tantos meses. A sua disponibilidade, honestidade e experiência foram cruciais.

Agradeço a todos os professores que, nas diferentes fases do meu percurso académico, contribuíram para que eu tivesse os conhecimentos e capacidades necessárias a aplicar na realização desta dissertação.

Agradeço aos meus colegas de mestrado por me permitirem partilhar todas as angústias e pequenas vitórias ao longo deste percurso.

Agradeço aos meus amigos por estarem sempre ao meu lado e por serem o incentivo a nunca desistir!

Agradeço à minha família pela compreensão sempre que tive de cancelar ou adiar planos por ‘ter coisas da dissertação para fazer’ e por me ajudarem a distrair quando tudo parecia ser ‘o fim do mundo’.

Agradeço aos meus pais por terem ouvido indetermináveis vezes todas as ideias, umas concretizadas outras não, que tinha para este trabalho académico. A bem da verdade, este agradecimento deve ser estendido por todos os trabalhos que alguma vez realizei. Sem o apoio dos meus pais nada disto seria possível.

Agradeço à minha irmã por ser sempre a ‘voz da razão’.

A todos eles deixo o meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

A crescente ocorrência de fenómenos naturais consequentes da Crise Climática, impacta social, económica e culturalmente o mundo atual.

As notórias alterações no Clima afetam todos os indivíduos, independentemente de qualquer variável. Em Portugal, esta também é uma realidade visível. A presente investigação teve como cerne procurar entender como é realizada a comunicação de crise nas Autarquias perante fenómenos resultantes da crise climática. A análise assentou na comunicação realizada na ótica preventiva e efetiva, na eventualidade da ocorrência de incêndios e/ou situação de seca extrema, procurando entender o papel e os esforços desempenhados pelos profissionais de comunicação destas instituições de poder governativo local.

Neste sentido, procedeu-se à realização de um estudo comparativo entre as Autarquias do Alentejo Litoral Português, uma das regiões nacionais mais afetada por fenómenos como incêndios e secas. Selecionou-se uma metodologia mista, de cariz exploratório, concretizando-se por meio da análise de conteúdo aos *websites* autárquicos e de entrevistas semiestruturadas/inquérito por questionário aberto a membros dos gabinetes de comunicação das Autarquias de Alcácer do Sal, Odemira e Santiago do Cacém.

Em resultado, observa-se que as Autarquias do Alentejo Litoral, especialmente Alcácer do Sal, Odemira e Santiago do Cacém, realizam uma comunicação de cariz ativo, predominantemente preventivo, no que respeita à temática dos fenómenos naturais consequentes da Crise Climática.

Palavras-Chave: Relações Públicas; Comunicação de Crise; Comunicação Autárquica; Crise Climática

ABSTRACT

The increasing occurrence of natural phenomena as a result of the climate crisis is having a social, economic and cultural impact on the world today.

The notorious changes in the climate affect everyone, regardless of any variable. In Portugal, this is also a visible reality. This research aimed to understand how crisis communication is carried out in local authorities in the face of phenomena resulting from the climate crisis. The analysis was based on preventive and effective communication in the event of fires and/or extreme drought, seeking to understand the role and efforts made by communication professionals in these institutions of local government.

To this end, a comparative study was carried out between the municipalities of the Portuguese Alentejo Litoral, one of the national regions most affected by phenomena such as fires and droughts. A mixed methodology, exploratory in nature, was chosen using content analysis of local authority *websites* and semi-structured interviews/open questionnaire survey with members of the communications offices of the Alcácer do Sal, Odemira and Santiago do Cacém municipalities.

As a result, it was observed that the municipalities, specially Alcácer do Sal, Odemira e Santiago do Cacém, carry out active, predominantly preventive communication on the subject of natural phenomena resulting from the Climate Crisis.

Key words: Public Relations; Crisis Communication; Local Government Communication; Climate Crisis

Capítulo 2. Relações Públicas.....	36 - 56
1. Conceito de Relações Públicas.....	36 - 45
1.1 Teoria Situacional dos Públicos.....	45 - 48
2. Comunicação Autárquica.....	48 - 53
3. Comunicação Digital.....	53 - 56
3.1 <i>E-Government</i>	54 - 56
Capítulo 3. Gestão de Crise.....	56 - 70
1. Conceito de Crise e de Gestão de Crise.....	56 - 61
2. Processo de Comunicação de Crise.....	61 - 67
2.1 A Relação com os <i>media</i>	65 - 67
3. A Ética das RP na Gestão de uma Crise.....	67 - 70

PARTE III_ PARADIGMA METODOLÓGICO: OPERACIONALIZAÇÃO

1. Questão de Partida.....	76 - 78
1.1 Objetivos de Pesquisa.....	76 - 77
1.2 Hipóteses.....	77 - 78
2. Desenho da Investigação.....	78 - 98
2.1 Técnicas de Recolha de Dados.....	78 - 79
2.2 Análise de Conteúdo aos <i>Websites</i> Autárquicos.....	79 - 81
2.2.1 Critérios de Análise.....	81 - 87
2.2.1.1 Critério de Formato.....	82 - 84
2.2.1.2 Critério de Conteúdo.....	84 - 86
2.2.1.3 Critério de Participação.....	86 - 87
2.2.2 Métricas de Contabilização dos Indicadores.....	87 - 88
2.3 Entrevistas e Inquérito por Questionário Aberto.....	88 - 98
2.3.1 Guião das Entrevistas/Inquérito por Questionário Aberto.....	90 - 98
2.3.1.1 Categoria de Plano de Comunicação de Crise.....	91 - 94
2.3.1.2 Categoria de Ferramentas de Comunicação.....	95 - 96
2.3.1.3 Categoria de Perceção do Nível de Conhecimento e Consciencialização dos Municípes.....	96
2.3.2 Processo de Análise.....	97 - 98
2.3.2.1 Métricas de Análise das Entrevistas e Inquérito por Questionário Aberto.....	97 - 98

PARTE IV_PARADIGMA DA CODIFICAÇÃO: RECOLHA E TRATAMENTO DOS RESULTADOS

1. Enquadramento das Autarquias do Alentejo Litoral.....99 - 101
 - 1.1 Enquadramento Estatístico.....100 - 101
2. Apresentação e Análise de Resultados: *Websites* Autárquicos.....102 - 106
 - 2.1 Critério de Formato.....102
 - 2.2 Critério de Conteúdo.....103 - 104
 - 2.3 Critério de Participação.....105
 - 2.4 Resultados.....106
3. Apresentação e Análise de Resultados: Entrevistas e Inquérito por Questionário Aberto.....107 - 111

PARTE V_CONCLUSÃO

Notas Conclusivas.....	112 - 115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116 - 123
WEBGRAFIA.....	124 - 133
APÊNDICES.....	134 - 190
Figuras.....	133 - 148
Tabelas.....	149 - 169
Documentos.....	170 - 175
Declarações.....	178 - 179
Transcrições.....	180 - 190

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I – Elementos de um estudo de caso (Dooley, 2002).....	75
Quadro II - Avaliação aos <i>Websites</i> Autárquicos do Alentejo Litoral (Indicadores do Critério de Formato).....	82 - 84
Quadro III - Avaliação aos <i>Websites</i> Autárquicos do Alentejo Litoral (Indicadores do Critério de Conteúdo).....	86 - 87
Quadro IV - Avaliação aos <i>Websites</i> Autárquicos do Alentejo Litoral (Indicadores Critério de Participação).....	87
Quadro V – Cronologia de contactos com as Autarquias.....	89 - 90
Quadro VI – Identificação dos Entrevistados/Inquiridos.....	90
Quadro VII – Questões da Categoria ‘Plano de Comunicação de Crise’	91 - 94
Quadro VIII – Questões da categoria ‘Ferramentas de Comunicação Autárquica’	95 - 96
Quadro IX – Métricas de Análise das Entrevistas/Inquérito por Questionário Aberto.....	97 - 98
Quadro XI – Avaliação aos <i>Websites</i> Autárquicos do Alentejo Litoral: Resultados.....	105

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I – Avaliação dos <i>Websites</i> Autárquicos do Alentejo Litoral: Critério de Formato.....	102
Gráfico II - Avaliação dos <i>Websites</i> Autárquicos do Alentejo Litoral: Critério de Conteúdo.....	103
Gráfico III - Avaliação aos <i>Websites</i> Autárquicos do Alentejo Litoral: Critério de Participação.....	104

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem I – Informação Geográfica da Autarquia de Sines (<i>Website</i> da Autarquia de Sines, 2024).....	102
Imagem II – Barómetro do Nível de Incêndio da Autarquia de Santiago do Cacém (<i>Website</i> da Autarquia de Santiago do Cacém, 2024).....	103
Imagem III – Informação sobre Medidas de Prevenção de Incêndio – edição adultos (Câmara Municipal de Sines, s.d).....	104
Imagem IV – Informação sobre Medidas de Prevenção de Seca – edição adultos (Câmara Municipal de Sines, s.d).....	104

Imagem V - Canais de contacto para <i>feedback</i> /esclarecimento de dúvidas da Autarquia de Grândola (<i>Website</i> da Autarquia de Grândola, 2024).....	105
--	-----

ÍNDICE DE APÊNDICES

Lista de Figuras

Figura I – Classificação do índice PSDI para períodos secos e períodos chuvosos (IPMA, s.d).....	134
Figura II – Representação territorial de Portugal Continental dos elevados níveis da seca meteorológica no território de Portugal Continental, em dezembro de 2023 (IPMA, s.d).....	134
Figura III – Representação territorial de Portugal Continental dos elevados níveis de seca meteorológica, em agosto de 2023 (IPMA, s.d).....	135
Figura IV – Modelos de Relações Públicas de Grunig (Adaptado por Gonçalves, 2010).....	135
Figura V – Modelo Simétrico Bidirecional baseado do modelo de comunicação de <i>mass media</i> , apresentado por Grunig & Hunt (1984).....	136
Figura VI – Equação do risco, traduzido de Camps (2017).....	136
Figuras VII - Mapa Geográfico de Sul de Portugal Continental e Sudoeste de Espanha (Soares & Ferreira, 2000).....	137
Figura VIII - Mapa NUTS III Alentejo Litoral (Quercus, s.d).....	138
Figura IX - Mapa Geográfico do Concelho de Alcácer do Sal (Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2022).....	139
Figura X – Mapa Geográfico do Concelho de Grândola (Câmara Municipal de Grândola, s.d).....	140
Figuras XI - Mapa Geográfico do Concelho de Odemira (Câmara Municipal de Odemira, 2019).....	141
Figura XII – Mapa Geográfico do Concelho de Santiago do Cacém (Câmara Municipal de Santiago do Cacém, s.d).....	142
Figura XIII – Mapa Geográfico do Concelho de Sines (Câmara Municipal de Sines, s.d).....	143
Figura XIV – Avaliação da evolução do risco climático para os principais impacto climáticos com consequências para o município de Odemira (Câmara Municipal de Odemira, 2011).....	144
Figura XV – Síntese dos Riscos Naturais e Tecnológicos no concelho de Santiago do Cacém Câmara Municipal de Santiago do Cacém, (2015).....	144

Figura XVI - Secção ‘Ambiente’ (página 9) do Jornal Municipal de Alcácer do Sal – Edição de Junho de 2024 (Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2024).....	145
Figuras XVII - Imagem da assinatura do Município de Alcácer do Sal via email.....	145
Figura XVIII - Secção ‘Saúde/Ambiente’ (página 9) do Boletim Municipal de Santiago do Cacém – Edição de Julho de 2024 (Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2024).....	146
Figura XIX - Secção ‘Ambiente’ (página 13) do Boletim Municipal de Odemira – Edição de Abril, Maio e Junho de 2024 (Câmara Municipal de Odemira, 2024).....	147
Figura XX – Campanha de Poupança de Água: “A água é de todos: Cada gota é essencial” – Guia Prático para Poupar Água (Câmara Municipal de Santiago do Cacém, s.d).....	148

Lista de Tabelas

Tabela I – Representação cronológica dos incêndios em Portugal Continental (ICNF, 2023).....	149
Tabela II – Dados do incêndio de agosto de 2023 em Odemira (ICNF, 2023).....	149
Tabela III – Distribuição mensal (janeiro a setembro) do número de incêndios registados (ICNF, 2023).....	149
Tabela IV – Órgãos das Autarquias Locais (Adaptado por Bilhim, 2004).....	149
Tabela V – Adequabilidade de meios de comunicação com os objetivos autárquicos (Camilo, 1998).....	150
Tabela VI – Fatores de Gestão de Crise (Coombs, 2007).....	151
Tabela VII – Vantagens da Investigação de Métodos Mistos, traduzido de Creswell (2015, p.15).....	152
Tabela VIII – Desvantagens da Investigação de Métodos Mistos, traduzido de Creswell (2015, p.15 – 16).....	153 - 155
Tabela IX – Elementos do <i>Coding Frame</i> , traduzido de Lima (2014, p.10).....	155
Tabela X – Enquadramento Estatístico das Autarquias [INE, 2022 <i>cit in</i> Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d); INE, 2023 <i>cit in</i> Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d).....	100
Tabela XI - Índice de envelhecimento – Onde há mais e menos idosos por 100 jovens Adaptação para os concelhos do Alentejo Litoral (Portada, 2024).....	155
Tabela XII – Temáticas do Inquérito por Questionário Aberto de Alcácer do Sal.....	156 - 157

Tabela XIII – Temáticas da Entrevista de Odemira.....	158 - 165
Tabela XIV – Temáticas da Entrevista de Santiago do Cacém.....	165 - 169

Lista de Documentos

Documento I – Código de conduta e ética profissional da IPRA (IPRA, 2010).....	170 - 171
Documento II – Interligação entre o Código IPRA e o Código Ética para profissionais de relações públicas e profissionais de comunicação da Global Aliance (Código IPRA, 2010; Global Aliance, 2018).....	171 - 173
Documento III – Interligação entre o Código IPRA e o Código Ética e de Conduta DGAL (Código IPRA, 2010; Código DGAL, 2022).....	173 - 174
Documento IV – Email do primeiro contacto com a Autarquia de Santiago do Cacém.....	175

Lista de Declarações

Declaração I – Declaração do Uso de Informação de Teresa Chaves (Autarquia de Santiago do Cacém).....	176
Declaração II – Declaração do Uso de Informação de Luís Afonso Guerreiro (Autarquia de Odemira).....	177
Declaração III – Declaração do Uso de Informação de Isabel Vilhena (Autarquia de Odemira).....	178
Declaração IV – Declaração do Uso de Informação de Ana Mendes (Autarquia de Alcácer do Sal).....	179

Lista de Transcrições

Transcrição I – Inquérito por Questionário Aberto Autarquia de Alcácer do Sal.....	180 - 181
Transcrição II – Entrevista Autarquia de Odemira.....	182 - 186
Transcrição III – Entrevista Autarquia de Santiago do Cacém.....	187 - 190

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

- AGIF – Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P.
- ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
- APA – Agência Portuguesa do Ambiente
- CC – Crise Climática
- CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissão
- EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.

GEE – Gases Efeito de Estufa

IPCC – *Intergovernmental Painel on Climate Change*

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PDSI – *Palmer Drought Severity Index*

PVAS – Programa de Vigilância e Alerta das Secas

RP – Relações Públicas

SGIF – Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

PARTE I _PARADIGMA ONTOLÓGICO: PROBLEMATIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

A Crise Climática é uma realidade marcante na atualidade. Fenómenos como incêndios e períodos de seca extrema ocorrem de forma menos espaçada e mais severa. De acordo com dados divulgados no *Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território* (PNPOT), até 2040 estima-se que se registre um aumento da temperatura máxima no verão na ordem dos 0,5°C, na zona costeira, e de 2°C, no interior, podendo atingir os 3°C e 7°C, nas referidas zonas do território (Ministério do Ambiente e Transição Energética, 2019). Este aumento da temperatura será combinado com um incremento da intensidade e frequência das ondas de calor, tal como igualmente referido no *Climate Change 2023: Synthesis Report* do ICC – *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC). Neste referido relatório o “aumento do registo de situação de seca agrícola e ecológica”¹ e o “aumento do risco de incêndios”², são categorizados como fenómenos meteorológicos de “média confiança”³. De destacar que na categoria “altamente provável” são indicados “aumento do *ph* dos oceanos”⁴ e “aumento das vagas de calor extremos”⁵.

Neste sentido, instituições como a *Organização das Nações Unidas* (ONU) reconhecem a validade de dados referentes à evolução e agravamento da Crise Climática. Na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a ONU dedica o objetivo 13 à *Ação Climática* referindo que “[é necessário] adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos”. Este objetivo reforça a importância da consciencialização e prevenção, mitigação e redução das consequências resultantes das alterações climáticas.

Fenómenos como incêndios e secas extremas representam transtorno para o equilíbrio dos ecossistemas e têm implicações culturais e socioeconómicas. Em Portugal Continental, de acordo com o 7.º *Relatório Provisório de Incêndios Rurais* da *Direção Nacional de Gestão do Programa de Fogos Rurais* (ICNF, 2024), em traços globais, o ano de 2023 apresentou uma totalidade de 33 031 hectares de área ardida. Também os níveis de seca são elevados, particularmente no sul do país, em concreto nas regiões do Alentejo e Algarve. Em maio de

¹ “Increase in agricultural & ecological drought” (IPCC, 2023, p.7)

² “Increase in fire weather” (IPCC, 2023, P.7)

³ Num barómetro de 4 categorias: *Medium Confidence* (Confiança Média); *Likely* (Provável); *Very Likely* (Muito Provável); *Virtually certain* (Altamente Provável) (IPCC, 2023)

⁴ “Upper ocean acidification” (IPCC, 2023, p. 7)

⁵ “Increases in hot extremes” (IPCC, 2023, p. 7)

2023, o Ministério da Agricultura e da Alimentação reconheceu a gravidade da seca em Portugal. De acordo com o índice *Plamer Dought Severity Index* (PSDI), 40% do território português estava em situação de seca severa e extrema (IPMA, s.d).

Perante este cenário, e indo ao encontro do ODS 13, é de notar a importância do papel dos Governos na gestão dos fenómenos consequentes da Crise Climática, que põe em causa a segurança, bem-estar e até sobrevivência das comunidades. Para cumprir esse papel surgem as instituições governativas que tal como sublinhado pelo IPCC (2023), “As ações governamentais a nível subnacional, nacional e internacional, em conjunto com a sociedade civil e o setor privado, desempenham um papel crucial na viabilização e aceleração das mudanças nas vias de desenvolvimento no sentido da sustentabilidade e do desenvolvimento resiliente às alterações climáticas”⁶ (IPCC, 2023, p. 24). Reconhecer o papel de cada entidade governamental e as respetivas competências e capacitá-las com os recursos adequados às especificidades de cada caso promove a resiliência às alterações climáticas (IPCC, 2023). No que respeita às Autarquias, pelo nível de proximidade com as comunidades, estas são fulcrais na gestão do impacto destes fenómenos, pois representam a primeira instância de poder junto das populações diretamente afetadas.

Neste sentido, perante a ocorrência de fenómenos como incêndios e situação de seca extrema, as Autarquias desenvolvem uma comunicação de crise, seja na promoção de comportamentos e medidas preventivas, ou na difusão de informações durante a ocorrência de tais fenómenos. No entanto, por vezes, tal como apontado por Motion (2020) *in* Sriramesh & Vercic (2020) os profissionais de comunicação e Relações Públicas deparam-se com dificuldades em encontrar formas de comunicar eficazmente as alterações climáticas. Horta & Carvalho (2017) revelam que o entendimento da seriedade das alterações climáticas por parte da opinião pública é elevado, porém, em contraste, esta apresenta elevados níveis de falta de informação.

A presente dissertação tem como principal intuito explorar a comunicação de crise das Autarquias no Alentejo Litoral perante fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática, nomeadamente incêndios e secas. Pelo que se coloca a seguinte questão de partida: “*Como comunicam as Autarquias do Alentejo Litoral face a fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática?*”.

⁶ “Government actions at sub-national, national and international levels, with civil society and the private sector play a crucial role in enabling and accelerating shifts in development pathways towards sustainability and climate resilient development.” (IPCC, 2023, p.24)

A investigação, de natureza exploratória, foi realizada com recurso à análise dos *websites* autárquicos das Autarquias em ótica e, *a posterior*, à entrevista aos profissionais dos gabinetes de comunicação autárquicos.

A autora expressa diversas motivações para a realização da presente investigação, sendo a principal perceber como as Relações Públicas ocupam um papel fulcral em matérias como a segurança das populações no contexto atual de Crise Climática. Entender como as Relações Públicas têm expressão real na vida quotidiana, motiva a explorar conhecimentos sobre esta área e a importância do papel dos profissionais de Relações Públicas.

Neste sentido, esta dissertação está estruturada em quatro partes.

A primeira parte surge como uma nota introdutória à temática em análise e à apresentação da estrutura do estudo.

A segunda parte explora a revisão da literatura, sendo dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o enquadramento científico, estatístico e político da Crise Climática. Neste são explorados os fenómenos ‘Incêndios’ e ‘Seca’ no panorama português, com foco no Alentejo Litoral, e a ação de organismos como a *Organização das Nações Unidas* (ONU). O segundo capítulo procura explorar o conceito de Relações Públicas, apresentando subcapítulos como “Conceito de Relações Públicas”, “Comunicação Autárquica” e “Comunicação Digital”. O terceiro capítulo mergulha no papel das Relações Públicas na gestão de comunicação de crise. Este capítulo apresenta os processos que constituem a comunicação de crise, a importância dos *media* durante situações de crise e a ética do profissional de RP durante uma crise.

A terceira parte assenta no enquadramento metodológico da investigação. A investigação assenta num estudo comparativo entre as Autarquias do Alentejo Litoral, de natureza exploratória, desenvolvido após a análise da revisão de literatura sobre a temática em análise, enquadrando-se numa metodologia mista.

A quarta parte intitula-se de “Recolha e Tratamento de Resultados” e integra um capítulo introdutório de “Enquadramento das Autarquias do Alentejo Litoral” e, posteriormente, são apresentadas as análises e resultados consequentes da aplicação dos instrumentos introduzidos na parte metodológica.

Posteriormente, surge a quinta, e última, parte intitulada de “Notas Conclusivas”, que adota o cunho de consolidação dos resultados da investigação e que permitem responder às questões e objetivos enunciados, nomeadamente, a questão de partida.

PARTE II _PARADIGMA EPISTOLÓGICO: REVISÃO DA LITERATURA

Capítulo 1. | Crise Climática

1. Origens e Consequências da Crise Climática

A Crise Climática (CC) é uma das temáticas mais recorrentes na agenda mediática mundial. Compreende-se como Crise Climática o padrão de fenómenos naturais extremos resultantes das alterações climáticas, ou seja, as mudanças verificadas em longos períodos que provocam alterações notórias na ocorrência expectável destes fenómenos (ONU, s.d).

Para entender a CC é necessário ter em mente alguns fenómenos atmosféricos e meteorológicos que ocorrem no planeta Terra, tais como:

- **Tempo:** “Estado instantâneo da atmosfera num dado local ou região, definido através dos valores das variáveis meteorológicas que descrevem esse estado, temperatura precipitação, humidade, pressão atmosférica, direção e velocidade do vento” (Santos, 2021, p. 2)
- **Temperatura:** A temperatura é uma das variáveis mais recorrentes para a medição do clima. No caso, os valores médios da temperatura máxima e mínima. (IPMA, s.d)
- **Clima:** “Tipo de tempo mais frequente nesse local ou região, durante um intervalo de tempo mínimo de alguns anos, tipicamente décadas, de modo a captar a variabilidade multidimensional, e até milhares de anos ou mais.” (Santos, 2021, p. 2).
- **Gases Efeitos de Estufa (GEE):** “Gases com a propriedade de absorver a radiação infravermelha” (Santos, 2021, p. 2).
- **Ondas de Calor:** “Série de dias consecutivos em que a temperatura máxima se situa acima de determinado valor” (Santos, 2021, p. 7).
- **Precipitação:** “Conjunto de partículas de água, quer no estado líquido, no estado sólido ou nos dois, que caem na atmosfera e que atingem a superfície do globo” (IPMA, 2024).
- **Atmosfera:** “Um dos subsistemas interativos do sistema climático” (Santos, 2021, p. 2).
- **Corrente de jato polar:** Originado pela mudança de direção dos ventos, resultante da descida da temperatura no sentido das latitudes crescentes (Santos, 2021).

Tendo em consideração os fenómenos mencionados anteriormente, é necessário entender a interligação entre estes e como a CC está a alterar o processo considerado como normal.

A atmosfera terrestre é constituída por, entre outros, gases que absorvem a radiação infravermelha emitida pelo Sol. Estes gases permitem o equilíbrio radioativo da atmosfera o

que possibilita estabelecer uma temperatura terrestre favorável à sobrevivência da vida humana ou da vida terrestre, tal como a conhecemos. Assim, é possível entender que, caso ocorra uma alteração nos gases efeito de estufa, assiste-se a uma mudança neste fenómeno. Por outras palavras, se isto não acontecesse a temperatura terrestre rondaria os 18° C negativos (Santos, 2021).

A energia radiante solar é o cerne do sistema climático, ou seja, os níveis de energia irradiada pelo Sol que atingem o planeta Terra têm influência nos fenómenos climáticos, tais como, a precipitação, os ventos, os ciclos da água, entre outros (Ibidem, 2021).

Acontece que, atualmente, regista-se um desequilíbrio na emissão dos gases efeitos de estufa, ou seja, verifica-se uma alteração na energia radiante solar que atinge a atmosfera. Isto deve-se em grande parte ao aumento dos GEE que acontece, cada vez com maior expressão, pelo incremento da indústria. Este desequilíbrio tem repercussões no “normal” funcionamento da atmosfera e dos fenómenos climáticos, ou seja, fomenta a existência de alterações climáticas (Ibidem, 2021).

O desequilíbrio dos gases efeitos de estufa tem sido cada vez mais notório. É perceptível a implicação desse desequilíbrio nos mais variados processos, quer sejam de natureza biológica, atmosférica, oceânica, geológica ou social (Ibidem, 2021). Um dos exemplos são as alterações da temperatura global, neste caso, no aumento da mesma.

De acordo com dados presentes no Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (Ministério do Ambiente e Transição Energética, 2019) até 2040 estima-se que se verifique um aumento da temperatura máxima no verão na ordem dos 0,5°C, na zona costeira, e de 2°C, no interior, podendo atingir os 3°C e 7°C. A somar ao aumento da temperatura prevê-se um incremento da intensidade e frequência das ondas de calor. Este aumento da temperatura deve-se, em concreto, à desregularização da corrente de jato polar. Este fenómeno tem influência direta no clima médio das latitudes do Hemisfério Norte. A alteração provocada à corrente de jato polar faz com que se verifique um enfraquecimento da mesma. Assim, verifica-se o aumento da ocorrência de fenómenos como as ondas de calor e as ondas de frio (Santos, 2021).

A origem desta mudança nos padrões destes fenómenos é atribuída à atividade dos seres humanos no planeta Terra. Desde a revolução industrial – com início atribuído aos anos 1800, que o ser humano tem desempenhado atividades – como a exploração de combustíveis fósseis ou a utilização de técnicas de agricultura agressivas - que promovem a combustão de gases

extremamente nocivos para vida humana, animal e vegetal (ONU, s.d). Estima-se que desde o século XVIII, a concentração de CO₂⁷ na atmosfera aumentou 32% (Santos, 2021).

Outra das consequências a ser apontada é, por exemplo, a desregularização na ocorrência e intensidade da precipitação. Em latitudes elevadas regista-se um aumento da intensidade e ocorrência de precipitação, por contraste, em latitudes médias verifica-se uma diminuição da intensidade e ocorrência de precipitação (Ibidem, 2021). Estas alterações traduzem-se em fenómenos extremos como cheias e inundações, no caso de ocorrência e intensidade extrema do fenómeno, e secas e desertificação, no caso de défice de ocorrência e intensidade do fenómeno.

Como é de notar, estas alterações têm expressão na vida humana. De acordo com dados publicados no relatório *Climate Change 2023*, da autoria do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), estima-se que num intervalo aproximado entre 3.3 e 3.6 milhões de pessoas vivem inseridas em contextos extremamente vulneráveis às alterações climáticas. Estes indivíduos encontram-se, assim, perante um maior nível de incapacidade de resposta face a eventos como os já mencionados – inundações, secas, desflorestação, entre outros. Na década de 2010 a 2020, de acordo com dados do referido relatório, a taxa de mortalidade em comunidades vulneráveis foi 15 vezes superior quando comparada com comunidades com menor vulnerabilidade (IPCC, 2023).

O mesmo relatório aponta para as consequências das alterações climáticas que se verificam em áreas urbanas, reconhecidamente identificadas pela elevada densidade populacional e de infraestruturas. Nestas áreas são notórios os impactos no bem-estar humano como, por exemplo, as ondas de calor que obrigam ao encerramento de vários locais de prestação de serviços à sociedade (IPCC, 2023).

Ainda na questão do efeito das alterações climáticas nos sistemas sociais, o cientista climático e professor catedrático, Filipe Duarte dos Santos, a socióloga Luísa Schmidt e a ativista Bianca Borges de Castro, num debate promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, assumiram que uma das consequências destas alterações promove problemáticas a princípios como a Justiça Social⁸. Este conceito relaciona como a realidade de uma sociedade igualitária e equitativa está interligada com a promoção de um desenvolvimento sustentável e em concordância com o combate à CC, uma vez que para que todos tenham as mesmas oportunidades e condições é necessário que disponham das mesmas ferramentas, algo que não

⁷ “O dióxido de carbono, ou anidrido carbónico, ou mesmo gás carbónico, é um composto químico formado por dois átomos de oxigénio e um átomo de carbono. A sua representação química é CO₂.” (Gold Energy, s.d)

⁸ “A Justiça Social é um princípio fundamental da coexistência pacífica e próspera entre as nações.” (Dicionário do Desenvolvimento, s.d).

acontece com as comunidades mais vulneráveis, nomeadamente perante adversidades climáticas como as referidas (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021).

2. Conceitos de Seca e Desertificação e Consequências

Como referido uma das consequências das alterações climáticas é o aumento da ocorrência e da intensidade de fenómenos extremos, como as secas e a desertificação.

O fenómeno de seca define-se como “um período de persistência anómala de tempo seco de modo a causar problemas na agricultura, na pecuária e/ou no fornecimento de água” (IPMA, 2024).

Por sua vez, o fenómeno de desertificação diz respeito à “degradação do solo, da paisagem e do sistema bioprodutivo terrestre, em áreas áridas e subhúmidas, resultante de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas” (Roxo, 2022).

De acordo com Maria José Roxo (2022), professora catedrática e investigadora, a seca e a desertificação são conceitos que se complementam. Segundo a investigadora, o cenário criado pela desertificação, ou seja, o défice de cobertura vegetal dos solos, torna mais propício a ocorrência dos processos de erosão hídrica dos solos.

Como é de notar, as secas têm, para além de impactos socioeconómicos, impactos severamente gravosos para o equilíbrio dos ecossistemas e para a fertilidade dos solos. Roxo (2022) sublinha a consequência gravosa destes fenómenos extremos afetarem o processo normal de transformação dos resíduos – a que apelida de “manta morta” – em matéria orgânica na superfície dos solos, colocando, assim, em causa a máxima sublinhada por Antoine-Laurent de Lavoisier⁹, “Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.”.

Roxo (2022) aponta diversas causas para a intensificação dos níveis de seca, nomeadamente, as práticas de agricultura intensiva, a poluição dos recursos hídricos, entre outros. José Gomes Ferreira (2019), professor do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil, destaca, ainda, os perímetros de rega.

Ferreira (2019) corrobora o que Roxo (2022) menciona, isto é, a interligação entres os fenómenos de desertificação e de seca, pois o último também reflete uma desproteção da preservação dos solos.

⁹ Antoine-Laurent de Lavoisier, químico francês, considerado como sendo o “pai” da ciência química moderna. Lavoisier “*demonstrou a importância do oxigénio nos processos de combustão, calcinação e respiração, descobriu a composição do ar e da água e foi um dos pais da tabela periódica dos elementos*”. (National Geographic Portugal, 2021)

2.1 Tipos de Seca

O fenómeno de seca é variante de acordo com a sua natureza, ou seja, é possível diferenciar 4 tipologias de secas: seca meteorológica, seca agrícola, seca hidrológica e seca socioeconómica.

Entende-se como seca meteorológica, “uma medida do desvio da precipitação em relação ao valor normal; caracteriza-se pela falta de água induzida pelo desequilíbrio entre a precipitação e a evaporação, a qual depende de outros elementos como a velocidade do vento, temperatura e humidade do ar, insolação” (IPMA, s.d).

A seca agrícola, por sua vez, está “associada à falta de água causada pelo desequilíbrio entre a água disponível no solo, a necessidade das culturas e a transpiração das plantas. Este tipo de seca está relacionado com as características das culturas, da vegetação natural, ou seja, dos sistemas agrícolas em geral” (IPMA, s.d).

A seca hidrológica está “relacionada com a redução dos níveis médios de água nos reservatórios e com a depleção de água no solo.” É necessário realçar que esta tipologia de seca, quando comparada com a seca meteorológica e a seca agrícola, exige um período mais alargado para ser notado, uma vez que, as deficiências na precipitação devem ser refletidas nos diversos elementos do sistema hidrológico” (IPMA, s.d).

A seca socioeconómica está “associada ao efeito conjunto dos impactos naturais e sociais que resultam da falta de água, devido ao desequilíbrio entre o fornecimento e a procura dos recursos de água e que vai afetar diretamente as populações. A quantidade e distribuição anual da precipitação, assim como valores elevados da temperatura do ar, são condições que determinam a intensidade e consequência de uma seca. De forma a estimar a possibilidade de ocorrência de uma seca, ou o seu grau de severidade, devem conhecer-se as condições climáticas. Neste contexto para uma certa área, os dados meteorológicos mais importantes que se devem conhecer são a precipitação, a temperatura do ar, a humidade do ar e o conteúdo da água no solo” (IPMA, s.d).

Em Portugal, as secas atmosféricas e hidrológicas são monitorizadas de forma mais próxima, uma vez que, a seca agrícola e a seca socioeconómica advêm destas (Portal do Estado do Ambiente, 2024).

No caso da seca atmosférica, monitorizada pelo IPAM, os principais indicadores de medição são a temperatura, as condições de humidade do solo, a precipitação, entre outros. Para este fim é utilizada a ferramenta de avaliação é o índice *Palmer Drought Severity Index*

(PDSI)¹⁰. Por sua vez, a seca hidrológica, estando relacionada com a disponibilidade do armazenamento de água, tem como principais indicadores de medição: a capacidade de armazenamento das albufeiras e os níveis de água dos aquíferos (nível piezométrico) (Portal do Estado do Ambiente, 2024). A segunda tem como principal vigilante o Programa de Vigilância e Alerta de Secas – PVAS.¹¹

2.2 Caracterização das Secas em Portugal

Em Portugal, de acordo com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), o mês de dezembro de 2023 apresentava elevados níveis de seca meteorológica no território de Portugal Continental (Figura II nos Apêndices), mais concretamente nas regiões, litoral e interior, abaixo de Santarém (IPMA, s.d).

O interior do Alentejo Litoral, o sul do Alto Alentejo, todo o Baixo Alentejo e toda a extensão do território algarvio encontravam-se, no referido mês, em seca severa. As restantes regiões, interior e litoral, abaixo de Santarém apresentavam níveis concordantes com o estado de seca moderada (IPMA, s.d).

Comparando os números apresentados em dezembro de 2023 – mês ocorrente na estação do Inverno – com os números verificados no pico do verão de 2023, em agosto, (Figura III nos Apêndices) é verificável o aumento do número de regiões em situação de seca e, igualmente, o aumento da intensidade da seca. Assim, em agosto de 2023, no território continental de Portugal, apenas a região do Alto Minho e Minho apresentavam índices normais, estando assim o restante território dividido em estados de seca moderada, severa e extrema. No que respeita ao Alentejo Litoral, a vasta maioria encontrava-se em seca extrema, à exceção do litoral do concelho de Odemira que registava níveis de seca severa (IPMA, s.d).

3. Conceito de Incêndio

A intensificação dos incêndios é, à semelhança das seca e dos restantes fenómenos também já mencionados, consequência das alterações climáticas.

¹⁰ O PDSI – *Palmer Drought Severity Index* -, desenvolvido por Palmer, em 1965, permite, através da contabilização da água relacionada com a quantidade de precipitação, temperatura, e a humidade do solo. Por meios destes indicadores é possível classificar o nível de seca/chuva (seca extrema; seca severa; seca moderada; seca fraca; normal, chuva fraca; chuva modera; chuva severa; e chuva extrema) (IPMA, s.d) (Figura I nos Apêndices).

¹¹ O Programa de Vigilância e Alerta de Secas (PVAS) é um grupo de trabalho constituído em 2012 que tem como intuito a sistematização dos procedimentos, assim como, a monitorização dos indicadores que permitem perspetivar a situação de seca (PVAS, s.d).

Ferreira (2019) e Roxo (2022) mencionam os incêndios como sendo um fenômeno com repercussões extremamente negativas para o equilíbrio dos ecossistemas, nomeadamente, para a saúde dos solos, pois contribui expressivamente para a desflorestação.

A somar a isto, os incêndios contribuem para a poluição dos recursos hídricos, uma vez que, ao desprotegerem o solo prejudicam a sua impermeabilidade, levando ao arrastamento de matérias para os recursos hídricos, através da ação da chuva (Roxo, 2022). Os incêndios traduzem-se, assim, em fenômenos bastante nocivos para os recursos naturais, provocando consequência extremamente negativas para agricultura, o que se espelha na economia e sociedade.

3.1 Principais fatores que afetam os Incêndios

Como referido, as alterações climáticas têm elevada influência na intensidade e ocorrência dos incêndios. Assim, é possível entender que as alterações climáticas tenham impacto no comportamento dos incêndios, mais precisamente nos seguintes fatores: Características dos combustíveis; Características do Relevo; e Condições Meteorológicas.

No que respeita às características dos combustíveis, nos incêndios florestais o combustível propício a iniciar uma combustão é de origem natural, sendo assim, proveniente da flora da Terra. De acordo com Ferreira de Castro *et al.* (2006), é possível dividir em dois grupos os principais combustíveis: combustíveis vivos ou combustíveis mortos. No caso dos combustíveis vivos é necessário um elevado consumo de água, como são exemplos as árvores. Em contraste, os combustíveis mortos não exigem um elevado consumo de água, regulando-se pela humidade atmosférica, ou seja, se a humidade atmosférica for alta, a humidade nos combustíveis¹² mortos é igualmente alta, registando-se também o inverso. São exemplos de combustíveis mortos, os troncos, erva seca, folhas caídas, entre outros.

A distribuição e quantidade dos combustíveis é variável, ou seja, a tipologia do solo – se é planície, montanha... -, a exposição solar, os recursos hídricos disponíveis, entre outros (Ferreira de Castro *et al.*, 2006). Admitem-se dois tipos de distribuição: vertical e horizontal.

¹² “A humidade do combustível é a quantidade de água que ele contém, expressa em percentagem relativamente ao seu peso seco. [...] Tem uma importância central na ignição e no desenvolvimento da combustão. Quanto maior for a humidade contida nos combustíveis, mais difícil será a ignição e o desenvolvimento do incêndio” (Ferreira de Castro *et al.*, 2006, p.14).

A distribuição vertical está associada à presença de ervas rasteiras e de árvores altas, ou seja, verifica-se a existência de estratos que apresentam destes arbustos e eucaliptos¹³. No caso de continuidade vertical, ou seja, a interligação dos diversos combustíveis entre os estratos, verifica-se o cenário perfeito para a ocorrência de incêndios, atingindo assim os vários estratos (Ferreira de Castro *et al.*, 2006).

No caso de a distribuição ser horizontal, ou seja, o combustível apresenta-se todo no mesmo nível – apenas arbustos, por exemplo – estão reunidas as condições para as chamas se propagarem. No entanto, caso se verifique uma quebra no padrão dos combustíveis, como manchas, o fogo terá mais dificuldade em propagar-se (Ferreira de Castro *et al.*, 2006).

As características do relevo também demonstram afetarem diretamente o comportamento do incêndio, seja um terreno com elevações – entenda-se montanhoso -, com depressões (vales) ou com planuras (planícies) (Ferreira de Castro *et al.*, 2006).

A inclinação do terreno, o relevo, está diretamente relacionado com a progressão do incêndio, ou seja, a direção de propagação que as chamas tomam. Quando maior for o declive, maior é a rapidez de propagação do incêndio numa direção ascendente, o que releva que os incêndios atingem maior velocidade de consumo dos combustíveis quando o relevo tem o sentido ascendente. No caso dos declives, vales, ocorre um fenómeno denominado de “efeito de chaminé”¹⁴. O declive também tem influência na velocidade do incêndio. Quanto mais for o declive, mais rápida é a propagação das chamas (Ferreira de Castro *et al.*, 2006).

Por último, as condições meteorológicas também é uma das componentes de influência da intensidade e progressão dos incêndios, como suprarreferido. No caso, elementos como a temperatura, a humidade e os ventos (Ferreira de Castro *et al.*, 2006).

A temperatura refere-se ao nível de absorção de energia de um determinado corpo. Quanto maior for a temperatura, maior é o nível de seca da vegetação, o que permite um maior nível de propensão de ignição e desenvolvimento de incêndios (Ferreira de Castro *et al.*, 2006). Algo que, como já referido na presente investigação, tem sido cada vez mais recorrente pela elevada propensão de seca dos solos resultante das alterações climáticas.

A humidade atmosférica tem como principal medida o nível de vapor de água na atmosfera. Estando relacionada com a temperatura, quanto mais elevada for a temperatura, maior é a condensação da água, ou seja, maior é o nível de água condensado na atmosfera.

¹³ Os eucaliptos são uma espécie adaptável. Esta espécie possui características inflamáveis, ou seja, apresentam uma elevada propensão para a combustão. As folhas, por exemplo, são altamente inflamáveis, sobretudo quando secas (Oliveira *et al.*, 2022).

¹⁴ Condições extremas provocadas pelas “chaminés” denominação dos locais que apresentam linhas de água onde se verifica a união de duas encostas com um declive acentuado (Ferreira de Castro *et al.*, 2006).

Como referido, a humidade atmosférica também tem influência na humidade dos combustíveis (Ferreira de Castro *et al.*, 2006).

Por último, o vento – a movimentação do ar na atmosfera – afetam diretamente o sentido das chamas. É possível distinguir dois tipos de ventos na propagação de incêndios: os ventos de circulação atmosférica geral e os ventos locais (Ferreira de Castro *et al.*, 2006).

3.2 Caracterização dos Incêndios em Portugal

Em Portugal Continental, de acordo com o 7.º Relatório Provisório de Incêndios Rurais, em traços globais, o ano de 2023 apresentou uma totalidade de 33 031 hectares de área ardida (ICNF, 2024). No que respeita à perspetiva de distribuição por tipologia são de destacar os seguintes valores (ICNF, 2023) (ver Tabela I nos Apêndices):

- Incêndios Rurais (nº): 7 191 incêndios
- Povoamentos (*ha*): 18 888 hectares
- Matos (*ha*): 12 006 hectares
- Agrícola (*ha*): 2 137 hectares

Relativamente à distribuição geográfica da ocorrência de incêndios rurais o concelho de Odemira surge no topo da listagem, como o incêndio que teve início a 5 de agosto de 2023. De acordo com os dados do Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIF), presentes no referido relatório, este incêndio em Odemira totalizou 7 513 hectares¹⁵ ardidos tendo sido registada a seguinte distribuição (ICNF, 2023) (ver Tabela II em Apêndices):

- Povoamentos (*ha*): 5 443
- Matos (*ha*): 1 636
- Agrícola (*ha*): 434

Numa análise distrital, o distrito de Beja – que engloba o concelho de Odemira – ocupa a segunda posição no *ranking* de distritos com maior registo de área ardida. O distrito de Setúbal – que engloba os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines -, por sua vez, com um total de área ardida de 195 hectares (ICNF, 2023). Adotando uma perspetiva das NUTS3, o Alentejo Litoral teve uma totalidade de 5 654 hectares de área ardida, em 2023 (ICNF, 2023).

A distribuição mensal do número de incêndios registados, no período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de setembro de 2023, confirma a tendência de maior ocorrência dos mesmos nos meses de maio, com 1006, julho, 1193, e agosto, 1768. No entanto, é de notar o registo

¹⁵ De notar a divergência entre este valor e o valor avançado pelos OCS, sendo este último de 8.400 hectares.

elevado de incêndios no mês de fevereiro, 1003 incêndios (ver Tabela III nos Apêndices) (ICNF, 2023).

3.2.1 Incêndio em Odemira – Agosto de 2023

No decorrer do verão de 2023, os concelhos de Odemira e de Faro verificaram a ocorrência de um incêndio de grandes dimensões. O incêndio decorreu durante quatro dias – tendo sido dado o alerta no dia 5 de agosto de 2023 e considerado em fase de resolução no dia 11 de agosto de 2023 – e registou um número elevado de prejuízos (ECO Local, 2023).

De acordo com o ECO Local (2023), o incêndio terá tido origem na freguesia de São Teotónio, concelho de Odemira, “numa área de mato e pinhal” (Ibidem, 2023).

Já segundo a nota de imprensa publicada a 9 de Agosto de 2023 pelo Município de Odemira “O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Odemira está ativado desde as 14.30 horas do dia 6 de agosto, numa plena articulação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) no quadro do sistema integrado de operações de proteção e socorro.” Na mesma nota o Município sublinhou a que a atividade das entidades de segurança – Serviço Municipal de Proteção Civil e Guarda Nacional Republicana, “O regresso a casa em segurança foi uma prioridade de atuação do Serviço Municipal de Proteção Civil e da GNR junto da população.”

O incêndio que consumiu cerca de 8.400 hectares, num perímetro de 50 quilómetros, totalizou prejuízos a rondar os 15 milhões de euros (ECO Local, 2023). Ao que indicou o Público (Miguel Dantas, 2023), foram acionados mais de uma dezena de meios aéreos, mobilizados 1051 operacionais auxiliados por 320 veículos.

No que respeita aos prejuízos humanos, não foram conhecidas vítimas mortais, porém contabilizaram-se 42 pessoas feridas e 1459 deslocados (Ibidem, 2023).

4. Acordos/Programas para combater a Crise Climática

4.1 Programas Nacionais

A CC é, assim, a principal preocupação dos governos mundiais, pertencendo também o Governo português a este leque. Neste sentido, a nível nacional é possível destacar alguns programas com este intuito.

No que respeita às secas, ao longo do território nacional são diversos os municípios que apelam à sensibilização do consumo de água, promovendo a consciencialização à situação de seca. Com esse propósito, no ano transato, a Secretaria-Geral do Ambiente (2024) lançou a campanha “Água é Vida – não a desperdice” onde se apela a que todos os indivíduos adotem

comportamentos responsáveis com vista à racionalização do consumo de água, evitando, tal como a denominação da própria campanha indica, o desperdício de água.

“A par de soluções mais profundas e estruturantes, todos devemos estar envolvidas na proteção deste recurso tão vital à vida no Planeta, ajustando as nossas práticas diárias, num combate sério e firme contra o desperdício. A campanha água é Vida – não a desperdicei, alerta para a adoção de comportamentos que façam o bom uso da água.” (Secretaria-Geral do Ambiente, 2024)

Na temática de incêndios surgem programas como o “Aldeias Seguras”, o “Pessoas Seguras” e o “Portugal Chama”, são alguns exemplos de âmbito nacional.

- **Aldeias Seguras** – “[...] é definido como um ‘Programa de Proteção de Aglomerados Populacionais e de Proteção Florestal ‘e destina-se a estabelecer ‘medidas estruturais para a proteção de pessoas e bens, e dos edificados na interface urbano-florestal, com a implementação e gestão de zonas de proteção aos aglomerados e de infraestruturas estratégicas, identificando pontos críticos e locais de refúgio’.” (Aldeias Seguras, Pessoas Seguras, s.d)
- **Pessoas Seguras** – “[...] visa promover ‘ações de sensibilização para a prevenção de comportamentos de risco, medidas de autoproteção e realização de simulacros de planos de evacuação, em articulação com as autarquias locais.” (Aldeias Seguras, Pessoas Seguras, s.d)
- **Portugal Chama** – “[...] é muito mais do que uma campanha, é um apelo a ação, que lança um desafio a cada um dos portugueses para que se mobilizem e contribuam para um país protegido de incêndios rurais graves. É uma Campanha Nacional com a chancela da República Portuguesa, que integra a participação de todas as áreas governativas e serviços tutelados a prevenção e combate aos incêndios rurais.” (AGIF, s.d)

De modo a entender o impacto das diversas campanhas de consciencialização começaram a ser desenvolvidos relatórios e, posteriormente, ferramentas de medição que procuram analisar esses valores, como é o caso do “Barómetro de Avaliação do Impacto das Ações e Campanhas SGIFR”, desenvolvido no âmbito do programa “Portugal Chama” (AGIF, 2021).

“O Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) que procura reduzir o impacto dos incêndios rurais, promove diversas iniciativas e campanhas de sensibilização junto da população

portuguesa, no âmbito da campanha nacional ‘Portugal Chama’ – e é neste contexto que, no início de 2019, foi realizado um primeiro estudo de opinião, junto da população portuguesa [...] foi agora desafio desenvolver e implementar um instrumento de gestão e monitorização das ações e campanhas levadas a cabo pelo SGIFR, na perspetiva dos cidadãos.” (AGIF, 2021)

4.2 Acordos Internacionais

Também organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas têm desenvolvido esforços no sentido de combater e atenuar as consequências da CC. No sentido de mitigar os efeitos da CC e de reverter a evolução crescente destes efeitos foram redigidos diversos acordos intergovernamentais com moldura legal como a definição de Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), na Agenda 2030, o Acordo de Paris ou a COP28, entre outros. Em todos os acordos estabelecidos tenciona-se estabelecer metodologias e identificar matérias primas que impactem positivamente o ambiente e permitam a evolução mais sustentável da sociedade, ou seja, a promoção de uma sociedade que consegue autossustentar-se, a longo prazo, sem se autoprejudicar, nem aos restantes ecossistemas presentes na fauna e flora da Terra (ONU, s.d).

4.2.1 Agenda 2030 – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

Como referido, um dos acordos intergovernamentais é a Agenda 2030 na qual são delineados os objetivos para um desenvolvimento, consciente e sustentável, entre a comunidade global, promovido pela Organização das Nações Unidas (Agenda 2030, 2015).

A Agenda 2030 é uma parceria global adotada pelos Estados-Membros da Organização das Nações Unidas. Este contrato social, acordado em 2015, visa o alcance de 17 pilares até ao final da presente década, refere como prioridades a paz, o planeta, a prosperidade e parcerias em diversas áreas da sociedade como o ambiente, a educação ou a saúde (Agenda 2030, 2015).

A paz é espelhada pelo desejo de promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas. O pilar do planeta assenta na proteção dos recursos naturais e do clima da Terra para as gerações vindouras. A prosperidade faz menção ao pilar nomeadamente anteriormente, uma vez que faz menção à perspetiva de garantir vidas prósperas e em plenitude com a natureza. No que respeita ao pilar das parcerias almeja-se a implementação da Agenda 2030 em mais países por meio de acordos (Agenda 2030, 2015).

A CC é uma das temáticas abordadas pelos 17 ODS presentes neste acordo, à semelhança do que acontece com a Saúde Pública e com a Igualdade de Género, entre outros.

No caso da temática referida, apesar do 13º ODS ser exclusivamente destinado ao parâmetro da Ação Climática, o combate à CC é também integrado em alguns dos restantes Objetivos para o Desenvolvimento nomeadamente no:

- **1º ODS:** Este ODS tem como principal máxima a “erradicação da pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares” e, sendo as consequências das alterações climáticas especialmente expressivas nas populações mais pobres e, conseqüentemente, mais vulneráveis, a crise climática também é um dos pontos referidos neste ODS, “Até 2030, aumentar a resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade, e reduzir a exposição e a vulnerabilidade destes aos fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos sociais e ambientais” (Agenda 2030, 2015, ODS 1, ponto 1,5).
- **6º ODS:** O décimo sexto ODS tem é dedicado à correta utilização dos recursos hídricos e na disponibilização e distribuição de água potável para as populações. Tendo esta máxima em vista, um dos pontos abordados é, “Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.” (Agenda 2030, 2015, ODS 6, ponto 6.6)
- **11º ODS:** No que respeita ao décimo primeiro Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável, a principal missão assenta na procurar por desenvolver cidades e comunidades que visem a sustentabilidade para tal é necessário, entre outras medidas, “Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* nas cidades, incluindo prestar especial atenção à qualidade do ar, à gestão dos resíduos municipais e outros resíduos” (Agenda 2030, 2015, ODS 11, ponto 11.6) e “Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e povoados humanos que adotaram e implementaram políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres, e desenvolver e implementar [...] a gestão holística do risco de desastres, a todos os níveis.” (Agenda 2030, 2015, ODS 11, ponto 11.b)
- **12º ODS:** O ODS destinado ao consumo e produção assente na sustentabilidade aborda, igualmente, aspetos relacionados com o combate à crise climática, tais como, “Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais” (Agenda 2030, 2015, ODS 11, ponto 12.1) e “Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares tenham informação e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza” (Agenda 2030, 2015, ODS 11, ponto 12.8).

Como suprarreferido, o ODS 13 é o Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável dedicado à Ação Climática, ou seja, assenta na promoção da adoção de medidas, de caráter urgente, que propiciem o combate às alterações climáticas e as respetivas consequências. No enquadramento da presente investigação, são de destacar os seguintes pontos, “Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países” (Agenda 2030, 2015, ODS 11, ponto 13.1) e “Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas” (Agenda 2030, 2015, ODS 11, ponto 13.3).

4.2.2 Acordo de Paris

O Acordo de Paris é outro exemplo de um esforço protocolar intergovernamental para responder à CC. Em vigor desde 2015, mais precisamente adotado desde 12 de dezembro de 2015, este acordo visa atuar em prol da descarbonização das economias mundiais e, assim, contribuir para a estagnação da tendência evolutiva crescente da temperatura média global (República Portuguesa e Agência Portuguesa do Ambiente, 2015).

Apesar de atualmente, já termos ultrapassado o ano de alcance dos objetivos definidos, sendo que a janela temporal de ação estabelecida pelo Acordo de Paris era de cinco anos, mais precisamente de 2015 a 2020, é importante entender o papel que este foi um acordo internacional sem precedentes e que reflete a procura por uma maior consciencialização do impacto da vida humana na ação climática (República Portuguesa e Agência Portuguesa do Ambiente, 2015).

Augusto Santos Silva¹⁶, antigo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, destaca alguns dos pontos mais relevantes abordados neste acordo. O Acordo de Paris demonstrou preocupação em procurar soluções alternativas na exploração de combustíveis fósseis como matéria-prima energética. Para tal, são mencionadas as energias renováveis, nomeadamente eólica, hídrica, solar, gases renováveis e o hidrogénio verde. Outra das preocupações sublinhadas por Augusto Santos Silva é a menção de que o Acordo de Paris faz a uma correta racionalização dos recursos hídricos e uma correta governação e preservação dos oceanos. É também assinalada a salvaguarda da biodiversidade de espécies terrestres e marinhas.

¹⁶ Augusto Santos Silva foi Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros no XXI Governo Constitucional da República Portuguesa. Iniciou funções em novembro de 2015 cessando as mesmas em outubro de 2019 (XXI Governo Constitucional, s.d).

À luz da presente investigação é importante destacar os seguintes pontos estabelecidos no Acordo de Paris:

Artigo 1º: b) “Do aumento da capacidade de adaptação aos impactos adversos das alterações climáticas e de promoção da resiliência às alterações climáticas e de promoção da resiliência às alterações climáticas bem como de um modelo de desenvolvimento com reduzidas emissões de gases com efeito de estufa (...)” (Acordo de Paris, Artigo 1º, alínea b)

Artigo 4º: 2 – “Cada Parte [Estado] compromete-se preparar, comunicar e manter as sucessivas contribuições determinadas nacionalmente que pretende atingir. As Parte implementam medidas de mitigação doméstica, tendo em vista atingir os objetivos e tais contribuições.” (Acordo de Paris, Artigo 4º, ponto 2)

4 - “As Partes que são países desenvolvidos deveriam continuar a assumir a liderança através da adoção de metas absolutas de redução de emissões para toda a economia. As Parte que são países em desenvolvimento deveriam continuar a reforçar os seus esforços de mitigação, e são encorajadas a caminhar progressivamente para a adoção de metas de redução ou limitação de emissões para toda a economia, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.” (Acordo de Paris, Artigo 4º, ponto 4).

Artigo 12º - “As Partes comprometem-se a cooperar na adoção de medidas, conforme apropriado, para reforçar a educação, a formação, a consciencialização pública, a participação pública e o acesso público a informação em matéria de alterações climáticas reconhecendo a importância destas medidas para o fortalecimento de ações no âmbito do presente Acordo.” (Acordo de Paris, Artigo 12º).

4.2.3 COP 28

De 30 de novembro a 13 de dezembro de 2023, realizou-se a 28.^a *Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas* (COP28). Esta conferência teve lugar no Dubai, Emirados Árabes Unidos e contou com a presença da União Europeia e de 17 Estados-Membros.

Tal como presente na denominação deste evento, a COP28 procurar debater temas relacionados com as alterações climáticas, tais como, o balanço global das medidas que foram redigidas em anteriores COPs, medidas de atenuação dos efeitos das alterações climáticas, formas de adaptação à crise climática e respetivas consequências e o estabelecimento de financiamentos à ação climática, algo concordante com o que está estabelecido no 13º Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável (Conselho da União Europeia, 2024).

No que respeita ao balanço global foi sublinhada a necessidade de redução das emissões de gases com efeito de estufa em 43%, até 2030, e de 60%, até 2035. Isto admitindo que o pico

da emissão de gases com efeito de estufa, a nível mundial, será atingido até 2025 (Conselho da União Europeia, 2024). Ainda na questão dos balanços globais ficou reforçado o compromisso dos Estados-Membros em assumir o limite do aumento de 1,5°C da temperatura média global (Conselho da União Europeia, 16 de janeiro de 2024).

No campo da energia, e indo ao encontro do estabelecido em diversos acordos anteriores, nomeadamente o Acordo de Paris suprarreferido, é fundamental que o setor da produção energética faça a transição para uma ‘energia mais verde’, ou seja, que se verifique o abandono da exploração e utilização dos combustíveis fósseis e que se duplique a taxa de melhoria da eficiência energética pelo recurso de energias renováveis, até 2030 (Conselho da União Europeia, 16 de janeiro de 2024).

Seguindo a linha estabelecida na COP27, realizada no Egito, em 2022, a propósito da criação de um Fundo Nacional para Perdas e Danos consequentes dos fenómenos naturais extremos provocados pelas alterações climáticas, na COP28, os Estados-Membros comprometem-se em contribuir com um mais de metade do financiamento inicial, o que se traduz em mais de 400 milhões de euros (Conselho da União Europeia, 16 de janeiro 2024).

Espera-se que este compromisso financeiro seja acompanhado do estabelecimento e concretização de acordos mais ousados para atenuação dos efeitos das alterações climáticas (Conselho da União Europeia, 16 janeiro de 2024).

Com isto, a 28.^a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas visa a conquista dos seguintes objetivos (Conselho da União Europeia, 15 janeiro de 2024):

- Promover uma aceleração da transição energética;
- Estabelecer o financiamento da ação climática (Fundo Nacional para Perdas e Danos);
- Centre a ação climática na natureza, nas pessoas, nas vidas e nos meios de subsistência;
- Assentar todas as iniciativas no princípio da inclusão.

5. Medidas de Mitigação e Adaptação à Crise Climática em Portugal

Todos os acordos estabelecidos para a resolução da CC, ou que permitam uma mitigação das consequências da mesma, têm em vista o cumprimento de diversas medidas.

Tal como referido por Santos (2021) um dos principais passos está assente na transição energética. Apesar da produção dos combustíveis fósseis ter sido fundamental para o desenvolvimento da Humanidade, a perpetuação da exploração de tais combustíveis é nociva para o planeta Terra. A este propósito têm sido realizados diversos esforços, nomeadamente, como referido pela socióloga Luísa Schmidt, a imposição de certificados de emissão aos exploradores de combustíveis fósseis. Os certificados de emissão são emitidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). Estes documentos permitem regular a emissão de

gases com efeito de estufa promovida pelas empresas desta indústria. O acompanhamento próximo dos números reais das emissões permite perceber a evolução de uma indústria que é responsável por uma fatia significativa, 45%, da emissão dos GEE no território da União Europeia - uma vez que estes certificados apenas se destinam a empresas presentes na União Europeia (Agência Portuguesa do Ambiente, 2023) – e auxilia na fundamentação do estabelecimento de limites para a emissão destes gases.

De acordo com o Inventário Nacional de Emissões, publicado pela Agência Portuguesa do Ambiente, no período considerado entre o ano de 2017 e o ano de 2021 verificou-se um decréscimo de 66% nas emissões de GEE no setor energético. Em 2024, é esperado que Portugal registe emissões anuais de GEE na ordem das 40.7. (APA, 2023).

Outra resposta à CC é a utilização da Engenharia Climática, mais especificamente a Geoengenharia Solar. Esta tecnologia pode oferecer métodos de mitigação dos efeitos da CC, tal como detalhado pelo prof. António Gaspar Cunha,

“A Geoengenharia Solar [...] é uma tecnologia, ou são tecnologias, em que aerossóis de ácido sulfúrico poderão ser pulverizados na estratosfera com o intuito de refletir a luz solar e, desta forma, mitigar o efeito do aquecimento global provocado pela poluição. A injeção de um milhão ou mais de toneladas por ano na atmosfera, dependendo do efeito pretendido, circula rapidamente envolvendo a maior parte do planeta.” (Mendes *et. al.*, 2022, p. 24).

Com isto, o uso desta tecnologia tem como instância final ser um auxiliar ao controlo do aquecimento global. No entanto, o recurso a este tipo de tecnologias divide opiniões entre a comunidade científica. Numa carta aberta à Comissão Europeia, cerca de 500 cientistas demonstraram serem opositores a esta solução, uma vez que esta tecnologia levanta diversas incertezas quanto às consequências da sua utilização, sendo que os resultados obtidos em experiência laboratoriais não espelham o que poderia acontecer a nível mundial (Silva & Psara, 2023).

Ponto assente nas medidas já declaradas pelos organismos como a União Europeia, por meio dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, e nas campanhas desenvolvidas a nível nacional suprarreferidas, está a imperatividade de consciencializar todos os habitantes do planeta Terra. Sendo, por isso, importante a ação dos organismos de poder local mais próximos das populações, ou seja, das autarquias e entender como são desempenhados os esforços no sentido de combater este flagelo que é a CC.

Capítulo 2. | Relações Públicas

1. Conceito de Relações Públicas

A urgência em educar e consciencializar os cidadãos da sociedade global para adotarem uma postura ativa com fim ao desenvolvimento sustentável é um dos pilares comunicacionais dos Governos e instituições mundiais. Assim, é de notar a importância da comunicação entre as instituições, de cariz político, social ou empresarial, e os seus públicos – entenda-se investidores, clientes, comunidades, entre muitos outros.

É neste sentido que surge a prática das Relações Públicas, uma área das ciências sociais, cuja influência importa entender (Heath & Coombs, 2006).

No entanto, a existência de inúmeras discordâncias face à natureza e propósito da prática das Relações Públicas, tanto como atividade profissional como enquanto área de estudo académico, tem contribuído para o impasse no reconhecimento universal de uma definição. Esta dificuldade não se deve a uma escassez de estudos e contributos na área, mas pelo contrário, o surgimento de múltiplas definições contribui para diversos pontos de vista sobre esta temática que geram múltiplos entendimentos (Andrade, 1993).

Verificam-se, então, conflitos de perspetivas quanto à centralidade do papel das RP nas organizações, bem como sobre o real valor e contributo desta área de comunicação numa organização (Gonçalves, 2010). Atualmente, ainda se associa a perceção, errada, dos profissionais de Relações Públicas como os ‘RP das festas’ (Gonçalves, 2010), algo que se distancia consideravelmente da realidade destes profissionais:

“Costumava ser suficiente para um profissional de Relações Públicas ter uma excelente capacidade de escrita para elaborar um comunicado de imprensa ou ser o anfitrião perfeito de eventos; mas agora já não.” (Dilenschneider, 2022, p.2)¹⁷

Para Heath & Coombs (2006) esta dissonância resulta em entendimentos enviesados da realidade e do sentido das RP, tais como, a perceção das RP como uma área da comunicação destinada à alteração da realidade a favor dos interesses particulares das organizações.

Este enviesamento pode, eventualmente, estar fundamentado na origem das RP. Nos primórdios desta atividade, de acordo com Gower *in* Pompper (2023), o paradigma das práticas das RP assentava no Modelo do Agente de Imprensa, isto é, o objetivo do profissional de RP, era gerar notícias sobre o seu cliente com um ímpeto bastante publicitário. Acontece que os

¹⁷ “It used to be enough for a public relations professional to be great at writing a press release or terrific at throwing a party; no longer” (Dilenschneider, 2022, p. 2).

profissionais de RP da altura não se regiam por normas éticas ou por uma conduta deontológica. Daí, o recurso a mentiras, especulação, e até propaganda, ser uma constante no discurso destes profissionais.

Com a passagem do tempo e a quebra de paradigmas, é possível atualmente fazer uma diferenciação clara entre as práticas éticas de RP e as não éticas. Por outras palavras, a utilização de falácias e sensacionalismo não corresponde ao exercício atual da profissão de RP, tal como é defendido por autores como L'Etang (2008) e Smith (2014), que realçam o princípio das RP sublinhando que estas práticas comunicacionais são assentes na clareza e evidência dos factos. Assim, assiste-se também à quebra da unilateralidade, tal como sublinhado por Bernays (1952), que relembra o início das RP – princípio do século XX – enquadrado no paradigma vigente no qual apenas era reconhecida a unilateralidade, ou seja, somente eram considerados os interesses da organização.

Para Dilenschneider (2022) as RP são a única área que consegue responder às necessidades que surgem do trato entre seres humanos, ou seja, das relações societais. Assim, as RP assentam no uso da comunicação para a criação, manutenção e entendimento de relações entre indivíduos (indivíduo-indivíduo) e entre organizações e indivíduos (organização-indivíduo).¹⁸

Alguns autores reconhecem nas RP o poder de influência das organizações sobre os seus públicos (Nicholas & Lence, 2022). Corroborando, deste modo, o enunciado por Heath & Coombs (2006) suprarreferido.

“As RP são a arte e a ciência de atingir e influenciar os grupos de forma mais eficiente e económica possível” (Nicholas & Lence, 2022, p.5).¹⁹

Um dos exemplos mais marcantes desta perspetiva de influência por via da manipulação é Edward Bernays (1928), que posiciona o cerne das RP como sendo um “governo invisível”²⁰, isto é, uma função de manipulação e de alteração das opiniões dos públicos, com o propósito de concretizar unilateralmente os objetivos organizacionais.

Nos últimos anos, esta interpretação dos princípios basilares das Relações Públicas, como exercendo uma influência nos públicos, tem sido substituída pelo seu reconhecimento enquanto

¹⁸ “Using effective communications to forge, nurture, and sustain relationships between and among people their organizations and institutions is the core of public relations” (Dilenschneider, 2022, p.2).

¹⁹ “PR is the art and science of reaching and influencing those groups as efficiently and affordably as possible.” (Nicholas & Lence, 2022, p.5).

²⁰ “Invisible government” (Bernays, 1928, p.37)

função estratégica atenta às necessidades dos diversos stakeholders. Este entendimento como uma área estratégica da comunicação é crescentemente destacado nas propostas de definição concetual desta área das ciências sociais.

Heath & Coombs (2006) admitem a função estratégicas das RP e assumem a importância de reconhecer a bilateralidade dos interesses:

“As Relações Públicas são a função de gestão que implica planeamento, investigação, publicidade, promoção e tomada de decisões em colaboração para ajudar a capacidade de qualquer organização para ouvir, apreciar e responder adequadamente às pessoas e grupos cujas relações mutuamente benéficas a organização precisa de fomentar à medida que serve para alcançar a sua missão e visão” (Heath & Coombs, 2006, p. 7)²¹

Este posicionamento das RP, como tendo um carácter de gestão, já havia sido apontado por Cutlip, tal como refere Grunig (1992), na medida em que a perspectiva do conceito de RP defendido por Cutlip tem considerável influência nos estudos de Grunig. Na sua definição, Cutlip reconhece o ímpeto estratégico das RP, assim como a sua perspectiva bidirecional do processo de comunicação – que assenta nos modelos bidirecionais, simétrico e assimétrico de Grunig. A somar a isto, Cutlip demonstra igualmente a preocupação com a responsabilidade social e a ética da prática das RP (Grunig, 1992).

Cutlip, James Grunig & Todd Hunt, em 1984, editam o livro *Managing Public Relations*, uma obra de reconhecida importância para o enquadramento académico e científico das RP como área de estudo independente (Gonçalves, 2010), e que contribui para o aprofundar da perceção das RP como elemento essencial à função estratégica de uma organização.

Deste modo, a presente investigação adotará a visão de Grunig e de Hunt (1984) como estando na base da definição do conceito de RP:

“[As RP] são a gestão da comunicação entre uma organização e o seu público” (Grunig & Hunt, 1984, p.6)

²¹ “Public Relations is the management function that entails planning, reach, publicity, promotion, and collaborative decision making to help any organization’s ability to listen to, appreciate, and respond appropriately to those person and groups whose mutually beneficial relationships the organizations need to foster as it strives to achieve its mission and vision” (Heath & Coombs, 2006, p. 7).

É perante a dificuldade em alcançar um conceito unificado de RP, que os autores procuram desenvolver diversas teorias para entender este processo comunicacional e a relevância de cada tipologia de público para a organização.

A reflexão das várias perceções e metodologias das práticas de RP, desenvolvidas ao longo da História, permitiram a que Grunig & Hunt estabelecessem uma teoria na qual se distinguem quatro modelos da atividade de RP (Grunig & Hunt, 1984);²² o Modelo de Agente de Imprensa²³, o Modelo de Informação Pública²⁴, o Modelo Assimétrico Bidirecional²⁵ e o Modelo Simétrico Bidirecional (ou Modelo de Comunicação Excelente)²⁶ (Ibidem, 1984).

Primeiramente, importa entender as divergências entre os referidos modelos [Figura IV nos Apêndices].

Sucintamente, o Modelo de Agente de Imprensa não se coaduna com o respeito por uma conduta deontológica e ética, ou seja, neste modelo as RP apenas têm uma função de propaganda assente em informação tendenciosa (Ibidem, 1984). Tendo isto em consideração, o referido modelo não será aprofundado na presente investigação.

Segue-se o Modelo de Agente de Informação Pública, que estabelece como único propósito a “disseminação da informação”²⁷ (Grunig & Hunt, 1984, p.21). Deste modo, os profissionais de RP não procuram causar uma perspetiva dissimulada ao público, mas, pelo contrário, procuram garantir que o público-alvo disponha de todos os factos e esteja ciente da realidade dos eventos (Ibidem, 1984).

Ao contrário do que se verifica no Modelo de Agente de Imprensa e no Modelo de Informação Pública, que não consideram a existência de um sistema bilateral (Gonçalves, 2010), os Modelos de Comunicação Bidirecional consideram essa bilateralidade do sistema, dois canais, ainda que para Gonçalves (2010) o Modelo Assimétrico Bidirecional é percecionado como exercendo algum tipo de “persuasão científica”, isto porque as mensagens são fundamentadas através de uma pesquisa às atitudes e comportamentos do público-alvo (para quem se destina a mensagem), com o fim de adequar a mensagem às especificidades do recetor. Apesar de este modelo ter em consideração as características do público para o qual o processo

²² De notar, que estes modelos apenas se baseiam em constatações dos autores face à prática de Relações Públicas no mundo anglo-saxónico (Perspetiva Europeia das Relações Públicas).

²³ *Press Agency/Publicist Model*, na versão original

²⁴ *Public Information Model*, na versão original

²⁵ *Two-Way Asymmetric Model*, na versão original

²⁶ *Two-Way Symmetric Model*, na versão original

²⁷ “*Dissemination of information*” (Grunig & Hunt, 1984, p.21)

comunicacional se direciona, apenas visa alcançar os objetivos organizacionais. Perante este desequilíbrio é justificada a denominação referente à assimetria (Grunig & Hunt, 1984).

Assim, embora o modelo considere o *feedback* resultante da receção da mensagem, este apenas é analisado numa perspetiva de concordância com a perceção dos públicos desejada pela organização e não o inverso, ou seja, adaptando as estratégias da organização de acordo com a vontade dos públicos (Ibidem, 1984).

“Por assimétrico, ele [o Modelo Assimétrico Bidirecional] considera o facto de um indivíduo ou uma organização comunicar com o objetivo de alterar os conhecimentos, as atitudes ou o comportamento de outra entidade, mas não o seu próprio” (Grunig & Kim, 2021, p. 283).²⁸

Por sua vez, o Modelo Simétrico Bidirecional assenta numa perspetiva de diálogo, em contraste com o modelo suprarreferido. Gonçalves (2010) refere que este modelo é o que mais se distancia da relação ‘emissor-recetor’ vincadamente presente nos três modelos anteriormente mencionados. A simetria é revelada na medida em que o *feedback* é considerado uma variável importante para a adequação dos comportamentos e atitudes dos públicos face à organização, assim como, para a adequação das estratégias e atuação da organização à vontade dos públicos, promovendo o entendimento mútuo (Grunig & Grunig *in* Grunig, 1992). Grunig e Hunt (1984) adotam uma postura de priorização do diálogo e não da persuasão do público, o que implica uma troca de informação e conhecimento, garantindo a ambas as partes, organização e público, equilibrarem os seus interesses de forma harmoniosa.

“Simétrico significa que uma pessoa ou organização comunica com o entendimento de que a interação pode mudar uma ou ambas as partes.” (Grunig & Kim, 2021, p. 283).²⁹

Analisados brevemente os modelos, é possível notar como ponto de convergência a relevância que os últimos dois atribuem à procura de informação sobre o seu público – o contexto onde se insere, as suas necessidades e desejos, o que implica o recurso à investigação. No entanto, a natureza da pesquisa difere entre os modelos (Grunig & Hunt, 2007).

²⁸ “By asymmetrical, he meant that an individual or organization communicates in order to change the cognitions, attitudes, or behavior of another entity but not one’s own.” (Grunig & Kim, 2021, p. 283).

²⁹ “Symmetrical means that a person or organization communicates with the understanding that the interaction could change either or both parties.” (Grunig & Kim, 2021, p. 283).

A assimetria, destacada no modelo assimétrico, percebe a etapa da investigação sempre com a lente de “ajustar” a percepção do público de acordo com os interesses da organização. A investigação formativa atua como um instrumento de planeamento e definição de objetivos, ou seja, são recolhidas informações do perfil do público para quem se consiga direcionar a mensagem – como características e necessidades – para que a mesma seja adequadamente assente nestas especificidades, percebendo o nível de aceitação e tolerância do público (Grunig & Hunt, 1984; Grunig & Hunt, 2007). A investigação avaliativa refere-se a uma análise ao *feedback*, que no modelo assimétrico bidirecional apenas surge como um “acessório”, uma vez que a única variável a ser modificada é a percepção do público perante a organização e não o inverso (Grunig & Hunt, 2007).

Em contraste, o modelo simétrico bidirecional destaca a sua simetria por ter como tese basilar o equilíbrio entre o interesse dos públicos e o interesse da organização. A investigação formativa, na aplicação do referido modelo, revela a importância da percepção do público para determinar a forma como a mensagem será recebida por este. De sublinhar que esta investigação também tem em consideração o impacto da organização nos públicos em análise (Ibidem, 2007). Assim, a investigação avaliativa assenta na procura pelo entendimento mútuo (Grunig & Hunt, 1984). [Figura V nos Apêndices]

No capítulo dedicado aos Modelos das RPA da obra *Excellence in Public Relations and Communication Management* (1992), James E. Grunig e Larissa A. Grunig consideram o Modelo Simétrico Bidirecional como sendo mais eficaz do que o Modelo Assimétrico Bidirecional.

Esta teoria assente nos quatro modelos das RP foi alvo de algumas críticas, mas a presente investigação terá apenas em consideração as críticas referentes aos modelos bidirecionais.

No livro *Handbook of Public Relations*, de Robert Heath (2001), são apresentadas algumas apreciações críticas que outros investigadores e teóricos apontam aos modelos simétrico e assimétrico bidirecionais.

No que respeita às críticas que põem em causa a veracidade da presença dos modelos de RP, Grunig revela que numa outra versão da obra *Managing Public Relations* (1984) estes são fundamentos com enquadramentos históricos (Grunig & Kim, 2021).

Alguns teóricos como Miller (1989) cit in Heath (2001), revelam desconfiança face ao modelo simétrico bidirecional por acreditarem colidir com a esmagadora fatia das teorias que afirmam a presença da persuasão nos modelos comunicacionais, isto é, nas ciências da comunicação. Estes teóricos afirmam que as RP são sempre de cariz assimétrico.

Van der Meiler (1993) cit in Heath (2001) demonstra, igualmente, discordância face à constatação da existência de um modelo bidirecional assente na simetria. De acordo com Meiler

(1993), a simetria espelha uma posição de descrédibilização dos próprios interesses por parte da organização, tornando-se, assim, um modelo inviável (Meiler *in* Heath, 2001).

Perante as críticas que refletem a má receção de alguns teóricos ao modelo simétrico bidirecional, Grunig contrapõe com a tese de que o modelo simétrico bidirecional é mais benéfico para os interesses organizacionais – quando comparado com o modelo assimétrico bidirecional – pois, a organização está mais consciente dos seus interesses, visto que tem de abdicar de outros (Grunig *in* Heath, 2001).

Grunig assume, igualmente, que o recurso aos modelos bidirecionais deve ser concordante como o contexto de gestão vigente na organização, isto é, num dado momento a gestão poderá estar direccionada para a persuasão do público, adotando, por isso, o Modelo Assimétrico Bidirecional. Em contraste, num contexto em que o foco esteja na gestão de ambos interesses, o modelo a adotar deverá ser o modelo assente na simetria bidirecional (Ibidem, 2001).

Grunig admite também que o sucesso do Modelo Simétrico, referido por si próprio e Larissa Grunig em *Excellence in Public Relations and Communication Management* (1992) não é regra para todas os contextos de gestão (Grunig *in* Heath, 2001).

No entanto, o modelo simétrico bidirecional também é alvo de críticas relacionadas com uma postura de “conforto”³⁰ por parte das organizações que adotam este modelo. Cancele et al. (1997) *cit in* Heath (2001), são apoiantes desta visão, acreditando que a adoção de uma perspectiva de gestão das RP de cariz simétrico é, por outras palavras, uma postura de estagnação.

Grunig contrapõe dizendo que o modelo simétrico bidirecional nunca foi apresentado como sendo o abandono dos interesses da organização para favorecimento dos interesses dos seus públicos. Em contraste, o autor assume que este modelo espelha o contrário do referido na crítica, isto é, a promoção do balanço harmonioso dos interesses de ambas as partes. Poderá existir, eventualmente, um “conforto” na adoção do referido modelo, no entanto, pelo imperar do respeito da coexistência de ambos os interesses (Grunig *in* Heath, 2001).

As variáveis que permitem o estabelecimento de um modelo de gestão comunicacional excelente é algo que tem sido alvo de aprofundamento em diversos estudos (Grunig & Grunig *in* Grunig, 1992).

³⁰ “*accomodation*”, na versão original.

A procura pela excelência nas RP remonta à década de 80 do século XX. Em 1985, a *IABC Research Foundation*³¹ delineou uma investigação que pretendia definir os pilares que sustentam as RP excelentes, o “*excellent project*”. A referida investigação teve como questões centrais:

- “Quais as características de um departamento de comunicação excelente?”³² (Grunig, 1992, prefácio)”
- “Qual o impacto das RP excelentes para tornar uma organização mais eficaz e qual a contribuição das mesmas em termos económicos?”³³ (Grunig, 1992, prefácio)”

A par disto, James Grunig e Larissa Grunig *in* Botan & Hazleton (2006) afirmam que a investigação da teoria excelente das RP também teve como intuito encontrar a convergência entre os modelos teóricos para solucionar as questões mencionadas pela comunidade académica. Aliás, Grunig & Grunig (1989) destacam que os quatro modelos servem de suporte teórico para entender o papel que as RP têm em determinada organização.

Como referido, a comunicação bilateral, visível em ambos os modelos simétrico e assimétrico, revela a fusão dos princípios de gestão estratégica e comunicação nas relações estabelecidas entre a organização e respetivos públicos (Grunig & Grunig *in* Botan & Hazleton, 2006).

A investigação de um modelo excelente de RP teve assente, numa primeira fase, numa revisão literária do arquivo teórico assente na eficácia organizacional, no conceito das RP e no ponto de convergência entre estas temáticas (Ibidem, 2006).

Para responder à primeira questão suprarreferida, “Quais as características de um departamento de comunicação excelente?”, o grupo de investigação analisou literatura das áreas da psicologia, sociologia, ciência política, feminismo e estudos culturais para entender as características similares nas diversas estratégias e departamentos de RP em diferentes organizações. No entanto, tudo culminou na apresentação de uma formulação em que é centrada a necessidade de identificar os meios utilizados pelos departamentos de RP excelentes que contribuem para a eficácia das organizações (Ibidem, 2006).

³¹ Comité de investigação na comunicação empresarial e relações públicas criado pela *Internacional Association of Business Communication*, em 1982 (Grunig, 1992).

³² “*What are the characteristics of an excellent communication department?*”, na versão original do texto (Grunig, 1992, prefácio)

³³ “*How does excellent public relations make an organization more effective, and how much is that contribution worth economically?*”, na versão original (Grunig, 1992, prefácio)

Para tal, a investigação tomou o rumo de entender a importância de um processo de RP estratégicas, realçando a pertinência da existência das mesmas para a organização. Pretendo, assim, cessar uma das questões centrais para o entrave de um conceito global das RP, como mencionado no início do presente capítulo (Grunig & Grunig *in* Botan & Hazleton, 2006).

A conclusão do estudo das RP Excelentes apresenta a criação de um modelo que permite analisar e avaliar os departamentos de RP e, a somar a isto, definir diversas competências e funções que o responsável de RP deve reunir para alcançar a eficácia do departamento; e ser um modelo de entendimento para profissionais e académicos da área (Ibidem, 2006).

Os investigadores do estudo do modelo em análise determinavam a métrica da eficácia das organizações como o contributo, na prática do Modelo de RP Excelente, que estas têm para a comunidade em que estão inseridas (Ibidem, 2006).

Como referido no início do presente capítulo, as RP assentam na relação comunicacional que é estabelecida entre a organização e os seus públicos. Esta relação criam e influenciam a reputação da organização, sendo, por isso, o principal veículo de gestão reputacional da organização (Ibidem, 2006).

Posto isto, é notória a necessidade da gestão das relações que são mantidas entre os diversos públicos e a organização. O estudo da eficácia da organização na sua comunicação com os públicos permitiu a que os investigadores entendessem que a eficácia organizacional tem como alicerce as RP e que esta contribui para a concretização e alinhamento dos objetivos com a estratégia organizacional (Grunig *et al.* *in* Botan & Hazleton, 2006).

Esta teoria espelha a influência dos modelos simétrico e assimétrico bidirecionais, pela pertinência da escuta ativa para com os públicos (*feedback*) e, no caso do modelo que privilegia a simetria, a consideração das opiniões, desejos e necessidades dos públicos.

Reconhecendo a importância de uma gestão estratégica de RP de excelência, os investigadores estabeleceram quatro níveis que constituem a prática de uma comunicação excelente entre as referidas partes (organização e públicos), são eles: o nível de programa, que enumera as características dos programas para comunicar com públicos específicos; o nível departamental, que apresenta as características de um departamento de comunicação excelente; o nível organizacional, que explora a influência do modelo simétrico bidirecional na estrutura da organização; e o nível dos efeitos das RP excelentes, ou seja a análise avaliativa da conquista dos objetivos (Grunig & Grunig *in* Grunig, 1992; Grunig & Grunig *in* Brandon & Hazleton, 2006).

O nível de programa resultante do estudo da comunicação excelente das RP surge pela análise de diversos programas de comunicação de departamentos de RP excelentes (Grunig & Grunig *in* Brandon & Hazleton, 2006).

Grunig & Grunig (2001) cit in Grunig in Sriramesh et al. (2013) desenvolveram um modelo de análise de monitorização do ambiente no qual a organização está inserida, que sublinha a importância da monitorização das ferramentas de comunicação, como os *websites* e os media, por meio de processos como o *clipping*, por exemplo.

Grunig (2013) in Sriramesh et al. (2013) sublinha a importância dos departamentos das RP para que executem uma análise adequada à segmentação dos públicos e, por conseguinte, elaborem estrategicamente planos de relações que primem pela sustentabilidade, isto é, que promovam as relações de longa duração.

É neste sentido que surge a aplicação da Teoria Situacional dos Públicos como modelo imprescindível, de acordo com Grunig, para a identificação dos públicos.

1.1 Teoria Situacional dos Públicos

Grunig e Hunt apresentaram a Teoria Situacional dos Públicos na obra *Managing Public Relations* e desde então essa teoria tem sido amplamente utilizada para a categorização e classificação dos públicos em RP e regularmente revisitada e adaptada às contantes mudanças sociais.

Grunig revisita esta teoria diversas vezes em obras e artigos científicos, tal como foi o caso na obra publicada em 1989 para a Associação Norte Americana para a Educação Ambiental³⁴ e na *Public Relations and Communication Management: Current Trends and Emerging Topics*, 2013, em que participa como autor nalguns capítulos.

A Teoria Situacional dos Públicos põe em causa a existência do conceito de Opinião Pública³⁵, uma vez que reconhece a heterogeneidade dos grupos que se relacionam com a organização. Assim, de acordo com Grunig, diversos públicos têm opiniões distintas (Grunig in Grunig, 1989).

É de notar que o autor reconhece que a categorização dos públicos altera de acordo com as diferentes questões organizacionais, ou seja, o público que é ativo perante um problema pode não o ser quando confrontado com outra situação (Grunig in Grunig, 1989).

O autor e professor James Grunig classifica os públicos de acordo com os seguintes parâmetros (Grunig in Grunig, 1989):

- a resposta perante um problema;
- a frequência da comunicação;

³⁴ *North American Association for Environmental Education*

³⁵ Um conjunto de atitudes, comportamentos, opiniões e crenças sobre a mesma temática é expressa por um número representativos de uma comunidade (Davison, 2024)

- os efeitos cognitivos, as atitudes e os comportamentos adotados;
- a probabilidade de participação em fazer parte dos grupos de pressão.

De acordo com Grunig, a ideia de resposta ativa dos públicos face a questões que os afetam já tinha sido reconhecida por autores como John Dewey (1927) e Herbert Blumer (1946) (Grunig *in* Grunig, 1989).

Tal como apontado pelo modelo sistémico bidirecional, a escuta ativa aos públicos permite que as organizações reconheçam os interesses, opinião, desejos e necessidades dos mesmos, algo que é fundamental para perceber a probabilidade da resposta face ao surgimento de determinados problemas/questões (*issues*).

A Teoria Situacional dos Públicos reconhece a necessidade de analisar atentamente as posições dos diversos públicos face aos *issues* da organização. Algo defendido por diversos autores como Richardson (1988):

“Provavelmente, o primeiro passo para avaliar os problemas de RP com os quais a organização se confronta é a direção perceber que cada tipo de estabelecimento tem um certo número de públicos.”³⁶
(Richardson, 1988, p.3)

Assim, a análise tem como base duas variáveis dependentes (comportamento comunicacional ativo ou passivo) e variáveis independentes (enfrenta o mesmo *issue*, reconhece o *issue*, o nível de envolvimento na resolução do *issue*) (Grunig *in* Grunig, 1989).

No que respeita ao comportamento comunicacional surgem duas tipologias, como referido, a comunicação de cariz ativo e a comunicação de cariz passivo. A comunicação ativa assenta na procura pelas informações³⁷, ou seja, há uma constante procura e análise da informação existente sobre uma determinada questão. Por sua vez, a comunicação passiva diz respeito ao processamento da informação³⁸, isto é, a obtenção da informação é involuntária, mas há um aprofundamento da mesma (Ibidem, 1989).

O enfrentar do mesmo problema é uma variável de natureza independente. Esta variável é verificada quando o grupo de indivíduos é afetado pelo mesmo *issue* (Grunig *in* Grunig, 1989). E ao ser afetado pelo mesmo problema, o grupo de indivíduos pode estar ciente das

³⁶ “Probably the first step when assessing the public relations problems confronting an organization is for the management to realize that every type of establishment has a number of publics” (Richardson, 1988, p.3)

³⁷ *Information seeking*, na versão original.

³⁸ *Information processing*, na versão original.

implicações que esse *issue* tem nas suas vidas, ou seja, o grupo reconhece que é afetado por uma questão (Ibidem, 1989).

O que distingue os públicos na terceira variável independente é o comportamento que adotam face à existência e reconhecimento do problema. Desde modo, perante a confirmação das restantes variáveis independentes, os públicos podem apresentar um comportamento ativo pela resolução do problema ou, pelo contrário, permanecerem inertes à resolução do mesmo (Ibidem, 1989).

As variáveis dependentes e as variáveis independentes têm influência entre elas. De acordo com Grunig *in* Grunig (1989), se existir envolvimento dos públicos na resolução do *issue*, estes adotarão uma procura ativa pela informação, e vice-versa.

Assim, é possível identificar quatro tipologias de públicos: *Apathetic Publics*; *Single Issues Publics*; *Involving-Issues-Only Publics*; e, *All-Issue Publics* (Grunig & Hunt, 1984).

Os *Apathetic Publics* são públicos que têm uma participação quase nula na resolução do problema. Por vezes, nem reconhecem a existência do *issue* (Ibidem, 1984).

Os *Single-Issue Publics*, por sua vez, apenas têm participação ativa num número restrito de *issues*, estando, por norma, direcionados para problemas de menor nível de constrangimento para a generalidade dos públicos (Ibidem, 1984).

Involving-Issues-Only Publics, ou *Hot Issues Publics*, é a denominação dada aos públicos que apenas apresentam um comportamento ativo na resolução de *issues* quanto estes têm presença na agenda mediática. Por outras palavras, esta tipologia de públicos contrasta com os *Apathetic Publics* (Ibidem, 1984).

Por último, respeitando a ordem por nível de envolvimento na resolução do *issue*, surgem os *All-Issue Publics*. Estes públicos são ativos na resolução de todos os *issues* que os afetam (Ibidem, 1984).

Tal como existe heterogeneidade entre os públicos, também é de notar a volatilidade dos públicos perante os diferentes *issues*. Para melhor entendimento, por exemplo, indo ao encontro do tema da presente dissertação, os munícipes podem ser *All-Issue Publics* em determinados assuntos, mas perante outros podem ser identificados como *Apathetic Publics* (Ibidem, 1984).

Um processo comunicacional para ser estratégico tem, inevitavelmente, de ter em consideração a classificação do seu público-alvo, isto é, reconhecer, por exemplo, que se o público for um *All-Issue Public* terá uma resposta bastante ativa face à resolução do *issue*, em contraste, caso seja um *Apathetic Public* a sua ação será mínima ou mesmo nula na resolução do mesmo. No entanto, nenhum dos públicos teve ser ignorado. Sejam ativos (*All-Issue Public*) ou inativos (*Apathetic Public*) os profissionais de RP devem reconhecer a existência desses públicos, mesmo que estes não estejam diretamente implicados (Richardson, 1988).

Como referido anteriormente, esta teoria de identificação e classificação dos públicos é seguida por diversos académicos e profissionais. No entanto, é possível notar autores que apontam algumas críticas e lacunas na mesma.

Hallahan (2000) acrescenta a esta classificação os Públicos Inativos³⁹. De acordo com o autor, estas categorias de públicos não respondem às questões que os afetam, algo que seria semelhante aos *Apathetic Publics*. O autor aponta ainda que esta característica de “inatividade” está relacionada com as complexidades da sociedade atual.

“Hoje em dia, as pessoas fazem malabarismos com uma variedade de atividades e preocupações diferentes na sua vida quotidiana [...] As pessoas só conseguem lidar com um número limitado de problemas ou situações da sua vida de cada vez [...] As pessoas são seletivas quanto aos assuntos em que se envolvem ou que consideram importantes.”⁴⁰ (Ibidem, 2000, p.503)

Tendo em consideração a temática central da presente investigação Bueno (2018) realça as condições que afetam os diferentes públicos. O autor aponta condicionantes sociais-económicas, educativas e culturais como a perceção do risco, as fontes de informação consultadas e os hábitos culturais da comunidade podem afetar a receção e perceção da mensagem.

2. Comunicação Autárquica

Como anteriormente sublinhado, a presente investigação pretende entender a comunicação das Autarquias do Alentejo Litoral perante fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática. Tendo isto em vista é necessário perceber as especificidades da comunicação autárquica.

Primeiramente, é fulcral a correta perceção da distribuição do poder autárquico. No que respeita ao município, a Câmara Municipal surge como sendo o órgão de poder executivo e a Assembleia Municipal como tendo poder deliberativo. Por sua vez, a freguesia também é percecionada como órgão de poder deliberativo, no caso, a Assembleia de Freguesia, e pela Junta de Freguesia, órgão de poder executivo (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024). [ver Tabela IV nos Apêndices]

³⁹ *Inactive Publics*, na versão original

⁴⁰ “Today, people juggle a variety of different activities and concerns in their daily lives. [...] People can cope with only a limited number of problems or situations in their lives at one time. [...] people are selective about the issues in which they become involved or consider important”. (Hallahan, 2000, p.503)

As Autarquias, no que ao contexto nacional dizem respeito, como referido, são o órgão de poder com maior nível de proximidade às populações. De acordo com o Conselho das Finanças Públicas (s.d),

“As Autarquias Locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações. As freguesias e os municípios são as Autarquias Locais em Portugal, sendo a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal os seus respetivos órgãos executivos e a Assembleia de Freguesia e a Assembleia Municipal os respetivos órgãos deliberativos”. (Conselho das Finanças Públicas, s.d)

De acordo com o artigo 33º da Constituição da República Portuguesa, as Autarquias Locais têm, de entre um extenso leque de competências materiais, a competência de “Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado” (alínea bbb, ponto 1., artigo 33.º, Subsecção I, Secção III, Regime Jurídico das Autarquias Locais). De referir que está incluída nas responsabilidades do Presidente da Câmara Municipal, membro máximo de soberania da Autarquia Local, “Dirigir, em articulação com os organismos da administração pública com competência no domínio da proteção civil, o serviço municipal de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos e a coordenação das atividades a desenvolver naquele âmbito, designadamente em operações de socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe” (alínea v, ponto 1, artigo 35.º da Constituição da República Portuguesa). Tendo em consideração a existência de dois órgãos de poder executivo nas instituições de poder local, como suprarreferido, é também imperativo notar o dever do Presidente da Junta de Freguesia no que à temática da presente investigação diz respeito. De acordo com o Regime Jurídico das Autarquias Locais, o cargo mais alto da Junta de Freguesia tem o dever de “Colaborar com outras entidades no domínio da proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos, designadamente em operações de socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe.” (alínea m, ponto 1., artigo 18.º, Regime Jurídico das Autarquias Locais).

No entanto, é importante deixar a nota de que a importância e autonomia dos órgãos de poder local, especificamente das Autarquias, é indissociável do regime estatal. Bilhim (2004) denota o seguinte:

“A 25 de abril de 1974, o município era uma instituição administrativa e politicamente diminuída e desacreditada, resultado do modelo centralizador que presidiu à organização administrativa do Estado Novo.” (Bilhim, 2004, p.10)

Sendo as Autarquias uma organização de poder político local e como notório nas alíneas assentes na Constituição da República Portuguesa é de sublinhar as especificidades comunicacionais que estas revelam. Reconhecer essas especificidades entre as Autarquias com as suas comunidades é entender que a existência das RP neste processo comunicacional e a sua indivisibilidade na prestação de serviços públicos – neste caso, funções de desempenho autárquico (Brown *et al.*, 2013).

São identificáveis diversos valores, porém Camilo (1999) aponta especificamente para a importância de dois princípios no nível de interatividade entre municípios e Autarquias: o princípio da democracia e o princípio da eficácia. O princípio da democracia tem uma base especialmente política, ou seja, está diretamente relacionado com os órgãos representativos de poder, no caso a Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara. Este princípio preserva a concretização da vontade coletiva, isto é, o respeito de todos os municípios no exercício da democracia. Paralelamente, surge o princípio da eficácia. O referido princípio revela a ótica operacional da comunicação autárquica. Assim, surge em primeiro plano a mediação das atividades municipais na concretização dos objetivos da autarquia. Tendo isto em vista, a comunicação é encarada como um instrumento técnico para os objetivos referidos.

Os objetivos comunicacionais autárquicos são, invariavelmente, de natureza política. No entanto, a proximidade na interação com os públicos permite que seja também identificado, de acordo com Camilo (1998), os objetivos administrativos, que assentam numa visão de caráter técnico da execução eficaz das atividades da Autarquia. O autor refere a importância da adequabilidade dos meios de acordo com os objetivos autárquicos [ver Tabela V nos Apêndices].

Tal como reconhecido no Modelo das RP Excelentes, a comunicação autárquica também segue um modelo de identificação e categorização dos públicos.

De acordo com o referido autor, uma das vertentes da comunicação municipal é a informação. A informação municipal tem o intuito de disseminar, para a comunidade, informação de relevância como mudanças no enquadramento legal, decisões dos órgãos municipais deliberativos, entre outros (Camilo, 1998). Esta vertente está interligada ao direito à informação estabelecido na Constituição da República Portuguesa:

“Todos têm o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.” (ponto 1, artigo 37.º, Capítulo I, Título II da Constituição da República Portuguesa).

Camilo (1998) sublinha que a ação das Autarquias pode não ser restrita somente à difusão de informação, uma vez que, a postura prática da Autarquia – no desenvolvimento de ações, por exemplo – pode ser necessária para a fundamentação ou sensibilização dos munícipes face a determinados objetivos, visando a mudança ou implementação de determinados hábitos na comunidade.

A vertente informativa da comunicação municipal sincroniza-se com o apelo de consciencialização e sensibilização para a Crise Climática feito pelas organizações mundiais e, mais concretamente, responde diretamente ao objetivo 13º dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que menciona a necessidade de educar e consciencializar a população no âmbito da ação climática. Tal como reconhecido por Brown *et al.*, (2013):

“A prestação de informações sobre os serviços é uma forma de ajudar melhor as pessoas e as comunidades e de apoiar o seu bem-estar.” (Brown *et al.*, 2013, p.2)⁴¹

Ainda sobre a natureza da comunicação autárquica, Camilo (1998) sublinha a comunicação autárquica contínua. Esta característica revela a simbiose entre a comunicação e a vida municipal, ou seja, estas regem-se por um ritmo mútuo.

Tendo em consideração a investigação pela eficácia da comunicação autárquica perante fenómenos climáticos extremos, a comunicação autárquica contínua pode ser percecionada como um dos critérios a considerar.

Camilo (1998) aponta, igualmente, a comunicação concreta, isto é, a resposta direta às necessidades dos munícipes, revelando assim um modelo simétrico de comunicação. Esta comunicação deve ser concreta e rigorosa, pois será um dos veículos para transmitir a credibilidade da informação – e, conseqüentemente, da Autarquia – que reforçará a relação com os seus públicos (Brown *et al.*, 2013).

Segundo o professor Eduardo Camilo (1998), numa perspetiva generalista semelhante ao conceito de Opinião Pública, o público municipal são “todos os indivíduos, com residência no concelho ou fora dele, que são alvo de ações específicas de comunicação municipal “(Camilo,

⁴¹ “Providing information about services is one way to help people and communities function better and support their wellbeing.” (Brown *et al.*, 2013, p.2)

1998, p.134). No entanto, o autor reconhece heterogeneidade entre esses indivíduos e, por isso, alinhando com os objetivos municipais, são identificados grupos de públicos autárquicos (Ibidem, 1998).

No prisma da ação na vida política surgem os públicos politicamente ativos, que são identificados como os indivíduos que, na vida quotidiana, têm envolvimento na vida municipal ou que reúnem as competências necessárias para serem integrados no diálogo político municipal, e os públicos politicamente inativos, que apenas são envolvidos na vida municipal política de forma sazonal, como por exemplo, a propósito do exercício do direito ao voto (Ibidem, 1998).

A somar aos públicos políticos, surgem os públicos de índole político-administrativa. Os públicos político-administrativos são considerados como sendo:

“Municípios que participam ativamente na parametrização e aperfeiçoamento das atividades administrativas dos municípios.”

(Camilo, 1998, p.140)

Estes públicos são considerados estruturais para o planeamento estratégico das ações autárquicas, sendo assim, de utilidade extrema para a autarquia e, por isso, o seu *feedback* deve ser considerado.

Camilo (1998) identifica também os públicos administrativos. Estes públicos, por sua vez, podem ser constituídos por uma multiplicidade de grupos heterogéneos. Assim, a sua segmentação apresenta um leque diversificado de critérios e situações, assentes nas atividades de cariz autárquico que, por noma, não devem ser segmentadas – segmentação indiferenciada - ou seja, tendem a posicionar os municípios como um único grupo (Ibidem, 1998).

Ao considerar a heterogeneidade entre os municípios, as Autarquias adotarão estratégias de comunicação e atividades designadas para um grupo específico de municípios, como por exemplo os idosos, contrariando, assim, a perspectiva de segmentação indiferenciada, optando por uma segmentação específica (Ibidem, 1998). Camilo (1998) reconhece, ainda, a necessidade de percecionar os municípios como indivíduos de crenças e opiniões voláteis, ou seja, as suas necessidades não devem ser percecionadas como estáticas.

Esta perspectiva de Camilo (1998) interliga-se com o conceito, primeiramente, introduzido por Barber *cit in* Bilhim (2004). Este conceito diferencia os paradigmas da democracia no que respeita à aplicação da mesma nas intuições políticas. Assim, a democracia pode ser de cariz fraca, isto é, pouco envolvimento da população na vida política, tendo, neste caso, apenas participação quando se trata de momentos de votação geral, como são exemplos os períodos de

eleição de representantes políticos. Por contraste, o paradigma de democracia forte estabelece-se no ideal de participação cívica como dever dos cidadãos (Ibidem, 2004).

Mais uma vez, é possível estabelecer o paralelismo entre o Modelo Excelente das RP com a perceção segmentada dos públicos autárquicos, cruzando com a perspetiva de Eduardo Camilo e o paradigma da democracia forte. Deste modo, é perceptível a implicação dos públicos na comunicação organizacional e a importância do reconhecimento e adoção de um modelo informativo e bidirecional adequado à prática das Relações Públicas em cenário autárquico.

3. Comunicação Digital

As características da comunicação autárquica suprarreferidas são igualmente detetáveis quando desenvolvidas para meios de cariz digital e reforçam a importância destes, tal como mencionado no Modelo das RP Excelentes. Aliás, tal como referido por Silva *et al.* (2016), o aparecimento e crescente utilização das novas tecnologias⁴² contribuiu consideravelmente para mudanças comunicacionais em diversos níveis, nomeadamente na comunicação de cariz organizacional.

Poupinha & Espadinha (2005) reconhecem igualmente esta influência, admitindo que a mesma impacta as RP, modificando a forma como estas decorrem tradicionalmente.

É neste sentido que a prática das RP no universo digital, por meio de canais online, pode ser identificada por RP Digitais:

“Entendemos que as Relações Públicas Digitais sejam relacionamentos estabelecidos pelas organizações com as suas audiências no ambiente digital criando oportunidades através das plataformas de medias sociais e do amplo leque de ferramentas online disponível.”⁴³ (Terra *in* Porém *et al.*, 2019, p.19)

Neste sentido, Kent & Taylor (1998) abordam a importância de utilizar a multiplicidade de canais da *WWW* de forma a aproximar os públicos à organização, ainda que a perspetiva adotada pelos autores não seja afunilada para organizações de cariz governamental – como são as Autarquias – a mesma realidade também é aplicável nestas. Os *websites* podem ser um

⁴² De relembra, que a ampla utilização destas novas tecnologias, *World Wide Web (WWW)*, como referido por Kent & Taylor (1998), por outras palavras a *Internet*, remonta aos anos 90 do século XX (Silva *et al.*, 2016).

⁴³ “Entendemos que as Relações Públicas Digitais sejam os relacionamentos estabelecidos pelas organizações com as suas audiências no ambiente digital oportunizadas pelas plataformas de mídias sociais e pelo amplo ferramental online disponível.” (Terra *in* Porém *et al.*, 2019, p.19)

veículo de difusão de informação, dando palco para o cariz informativo identificado na comunicação autárquica, e, essencialmente, permite a interatividade, requerente no modelo simétrico bidirecional, promovendo o diálogo entre os dois polos deste processo comunicacional, o público e a organização (Ibidem, 1998).

“A tecnologia em si não pode criar nem destruir relações; é antes a forma como a tecnologia é utilizada que influencia as relações entre a organização e o público.”⁴⁴ (Ibidem, 1998, p.324)

Assim, comunicar digitalmente também deve ter a nuance estratégica, nomeadamente, a adequação das mensagens e as ferramentas para cada público (Corrêa, 2005). A introdução destas ferramentas se traduz também em vantagens no setor público, nomeadamente, “a melhoria dos serviços públicos e da transparência dos programas de reforma da administração pública.” (Marques, 2016, p.2). A digitalização da informação da Administração Pública é denominada de *e-Government* (Ibidem, 2016).

3.1 E-Government

De acordo com a Organização das Nações Unidas, entende-se por *e-governement*:

“[...] a utilização das TIC [Tecnologias de Informação e Comunicação] para prestar serviços públicos aos cidadãos e às empresas de forma mais eficaz e eficiente. É a aplicação das TIC nas operações da administração pública, alcançado objetivos públicos através de meios digitais”⁴⁵ (ONU, s.d).

O *e-Government* tem como principal intuito contribuir para a melhoria da resposta governamental – eficiência. A maior acessibilidade e rapidez no acesso à informação por parte dos consumidores promove a redução dos custos, nomeadamente em papel, nos processos burocráticos, inerentes aos serviços governamentais, e contribui para o diálogo entre as instituições governamentais e as partes interessadas (Parlamento Europeu, 2015).

Atualmente, o recurso a canais de comunicação digital, já não é considerado algo novo ou de efémera importância. Pelo contrário, é reconhecida a sua relevância e impacto nos dias

⁴⁴ “*Technology itself can neither create nor destroy relationships; rather, it is how the technology is used that influences organization-public relationships*”. (Kent & Taylor, 1998, p.324)

⁴⁵ “*E-governemnt can thus be defined as the use of ICTs to more effectively deliver government services to citizens and businesses. It is the application of ICT in government operations, achieving public ends by digital means.*” (ONU, 2025)

de hoje (ONU, 2024). De acordo com o Relatório de *e-Government* referente ao ano de 2024⁴⁶, elaborado pela *Organização das Nações Unidas*, a digitalização dos serviços e documentos das entidades governamentais adquire um cunho crucial, no que ao desenvolvimento sustentável diz respeito. Isto porque a referida acessibilidade iminente à digitalização do processo governamental, tanto da perspectiva informacional como participativa, contribui para a inclusão e resiliência das sociedades, em diversas situações, nomeadamente antes e durante cenários de desastre, algo a sublinhar na presente análise (ONU, 2018). De notar que este propósito serviu de alicerce para *Plano de Ação da UE 2016-2020* da Comissão Europeia. No referido plano, é claro o intuito de modernizar a Administração Pública,

“O *e-Government* permite apoiar os processos administrativos, melhora a qualidade dos serviços e aumenta a eficiência interna do setor público. Os serviços públicos digitais reduzem a carga administrativa, reduzem os encargos administrativos das empresas e dos cidadãos, tornando as suas interações com as administrações públicas mais rápidas e eficientes, mais cómodas e transparentes e menos dispendiosas.”⁴⁷ (Comissão Europeia, 2016, p.1).

Dar especial enfoque à questão da transparência, igualmente declarada no Princípio da Abertura e Transparência⁴⁸, revela o seguinte - e que está alinhado com a fase informacional conforme infra se desenvolverá:

“as entidades de administração pública devem partilhar informações e dados entre si e permitir que os cidadãos e as empresas tenham acesso, controlem e corrijam os seus próprios dados; permitir aos utilizadores acompanhar os processos administrativos que os envolvem; colaborar com as partes interessadas (como as empresas, os investigadores e as organizações sem fins lucrativos) e abrir-se a

⁴⁶ *E-Government Survey 2024*, publicado pela Organização das Nações Unidas

⁴⁷ “*eGovernment supports administrative processes, improves the quality of the service and increases internal public sector efficiency. Digital public services reduce administrative burden on businesses and citizens by making their interactions with public administrations faster and efficient, more convenient and transparent, and less costly.*” (Comissão Europeia, 2016, p.1).

⁴⁸ *Openness & transparency*, no idioma original do documento

elas na conceção e prestação de serviços.”⁴⁹ (Comissão Europeia, 2016, p.3)

No que respeita ao processo do *e-Government*, existe algum debate nas fases do mesmo. No entanto, há um amplo reconhecimento de três fases: fase informacional (*informational*), fase interacional (*interactional*) e fase transacional (*transactional*) (Parlamento Europeu, 2015). Para a temática analisada na presente dissertação, as duas primeiras fases – informacional e internacional – são de extrema importância.

Entende-se como fase informacional, “a forma como a informação é fornecida aos cidadãos” (Ibidem, 2015, p.3)⁵⁰ e por fase interacional, “onde os cidadãos têm a possibilidade de colocar questões, apresentar queixas ou procurar fontes de informação” (Ibidem, 2015, p.3)⁵¹

De notar ainda que as interações de *e-Government* podem ter três sentidos: governo-cidadão (G2C)⁵²; governo-empresa (G2B)⁵³, governo-governo (G2G)⁵⁴.

A necessidade, sublinhada por entidades como a Organização das Nações Unidas, da aplicação do *e-Government* também é reconhecida por entidades portuguesas, algo que tem justificado a elaboração de diversos estudos por parte de entidades como a *Agência para a Modernização Administrativa* ou o *Observatório da Sociedade da Informação* e com enquadramento legal na Resolução do Conselho de Ministros nº22/2001.

Atualmente, o *e-Government* tem aplicabilidade não só ao nível da acessibilidade dos serviços, mas contribui igualmente para a comunicação organizacional e vai de encontro à Teoria das Relações Públicas Excelentes. Em situações de anomalia, como, por exemplo uma crise, a plataformas digitais podem ser meios relevantes de difusão de informação.

⁴⁹ “Public administrations should share information and data between themselves and enable citizens to access control and correct their own data; enable users to monitor administrative processes that involve them; engage with and open up to stakeholders (such as businesses, researchers and non profit organisations) in the designs and delivery of services.” (Comissão Europeia, 2016, p.3)

⁵⁰ “in which Information is delivered to citizens” (Parlamento Europeu, 2015, p.3).

⁵¹ “where citizens have the ability to ask questions, make complaints or search information sources” (Parlamento Europeu, 2015, p.3)

⁵² *Government-to-citizens*

⁵³ *Government-to-business*

⁵⁴ *Government-to-government*

*apresentação decrescente dos níveis

Capítulo 3. | Gestão de Crise

1. Conceito de Crise e de Gestão de Crise

Tal como analisado no capítulo I da presente dissertação, atualmente, a sociedade é cada vez mais fustigada por fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática (Ulmer *et al.*, 2011). Neste contexto as autarquias, enquanto órgão de poder local que garante uma maior proximidade ao cidadão, deparam-se com a possibilidade de eventuais cenários de crise, tendo por isso que adequar a comunicação autárquica aos mesmos.

No panorama organizacional, a crise é um fenómeno que pode acontecer a qualquer organização, pelo que a prevenção dever ser sempre considerada (Coombs, 2012). Uma crise pode ser verificável nos mais diversos procedimentos operacionais do quotidiano da organização (Drennan *et al.*, 2024), na sua reputação e na relação com os públicos (Bittar, 2012). As crises são, por isso, fenómenos que perturbam a “normalidade” da organização e da sociedade (Ulmer *et al.*, 2011).

Fearn-Banks (2017, p.1) define crise como:

“(…) uma ocorrência importante com um resultado potencialmente negativo que afeta a organização, a empresa ou a indústria, bem como os seus produtos, serviços ou bom nome junto do público.”⁵⁵

Definição concordante com, por exemplo, a apresentada por Zaremba (2014, p.21):

“um acontecimento anómalo que pode afetar negativamente uma organização e que requer uma comunicação organizacional eficiente para reduzir os danos relacionados com o acontecimento.”⁵⁶

Drennan *et al.*, (2024, p.2) expandem o seu conceito de definição de crise alertando para as diferentes perceções que cada indivíduo tem desse fenómeno:

“Um conjunto de circunstâncias em que os indivíduos, as instituições ou as sociedades enfrentam ameaças que ultrapassam as normas de funcionamento quotidiano e rotineiro, mas em que o significado e o

⁵⁵ “A crisis is a major occurrence with a potentially negative outcome affecting the organization, company, or industry, as well as its public products, services, or good name.” (Fearn-Banks, 2017, p.1)

⁵⁶ “An anomalous event that may negatively affect an organization and requires efficient organizational communication to reduce the damage related to the event.” (Zaremba, 2014, p.21)

impacto dessas circunstâncias variam de acordo com as percepções individuais”.⁵⁷

Algo enfatizado igualmente pela *Swedish Emergency Management Agency* (2008), que alerta que uma “dissociação de percepções” pode ser a razão para uma má gestão do processo de comunicação de crise de uma organização.

Como mencionado, a ocorrência de crises é hoje em dia uma possibilidade altamente recorrente. Neste sentido, essa “inevitabilidade” fomenta a necessidade de perceber como a comunicação pode ser eficaz perante estes cenários e, por conseguinte, há uma crescente contribuição por parte dos profissionais e académicos da área nesse sentido (Ulmer *et al.*, 2011). De acordo com estes autores (2011), há um reconhecimento crescente por parte das organizações do papel essencial dos profissionais de áreas tanto da comunicação como dos próprios líderes organizacionais, no sentido de garantir uma comunicação adequada em caso de uma crise. Guth (1995), concorda igualmente com esta perspetiva destacando o papel dos profissionais das RP nestes cenários.

A maioria dos estudos desenvolvidos sobre esta vertente das RP assenta na forma como se responde à crise e como o contexto da ocorrência da mesma têm reflexo na resolução ou no agravamento da situação como, por exemplo, ao afetar a reputação (Heath & O’Hair, 2009).

De acordo com Ribeiro *et al.* (2020, p.3), entende-se por comunicação de crise:

“o conjunto de medidas estratégicas desenvolvidas por uma organização que visa evitar a ocorrência de uma crise e/ou mitigar o impacto negativo na imagem da organização quando se verifica uma crise.”

Definição essa que se encontra concordante com a apresentada pela *Swedish Emergency Management Agency* (2008, p.9):

“as informações trocadas por e entre autoridades públicas, organizações, meios de comunicação social, indivíduos e grupos afetados antes, durante e após uma crise.”⁵⁸

⁵⁷ “a set of circumstances in which individuals, institutions or societies face threats beyond the norms of routine, day-to-day functioning, but the significance and impact of these circumstances will vary according to individuals perceptions.” (Drennan *et al.*, 2024, p.2)

⁵⁸ “the information that is exchanged by and between public authorities, organizations, the media, affected individuals and groups before, during and after a crisis.” (Swedish Emergency Management Agency, 2008, p.9)

Reconhecer a potencialidade de uma crise é fundamental para prevenir a mesma. As organizações que estudam esta possibilidade estão mais conscientes dos diferentes cenários e preparam-se, de certa forma, para os mesmos (Guth, 1995).

De notar que a gestão incorreta de uma crise pode provocar danos irremediáveis. Ulmer *et al.*, (2011) apontam para o exemplo das organizações que nunca recuperam uma imagem confiável junto dos seus públicos. Noutros casos, esta má gestão de crise pode resultar na criação de uma dupla crise (Frandsen & Johansen, 2017). Como tal, prevenir a ocorrência de uma crise também é reconhecer a presença de riscos. Assim como acontece com as pessoas, também as organizações se deparam diariamente com situações de risco (Drennan *et al.*, 2024, p.2):

“A possibilidade de acontecer algo que terá impacto nos objetivos; frequentemente especificado como um acontecimento ou conjunto de circunstâncias (positivas ou negativas) que daí advirão”.⁵⁹

Assim sendo, é possível notar a correlação entre risco e crise. De acordo com Heath & O’Hair (2009), a manifestação de um risco pode ser reflexo de o início de uma situação de crise. Quando um risco é mal gerido, ou quando o nível de gravidade do mesmo é incorretamente percecionado, e não são aplicadas estratégias de resposta e de ação adequadas, geram-se situações de crise (Ibidem, 2009). Perante isto, o IRGC (2005) fez referência à importância de uma comunicação eficaz – podendo remeter para a base teórico do Modelo das RP Excelentes referido no capítulo 2.

Como referido, os riscos são, por norma, encarados como eventos que ocorrem com uma frequência alta, isto é, nem todos os riscos devem ser percecionados como indícios irrevogáveis da ocorrência de uma crise. Perceber esta diferenciação é, por exemplo, ter em mente os riscos financeiros. Estes, por vezes, apesar de serem riscos, traduzem-se em formas de investimento para a empresa. Compreender isto é entender que as situações de crise são eventos com um nível de gravidade superior, ou seja, estes adquirem um estatuto de importância distinto, pois requerem ações estrategicamente delineadas, quer no que diz respeito às mensagens a transmitir, como ao mensageiro (Heath & O’Hair, 2009).

As crises podem resultar na deterioração das relações com os *stakeholders*, o que resultará na instabilidade da estrutura organizacional (Coombs & Holladay, 2010; Coombs, 2012).

⁵⁹ “The change of something happening that will have an impact on objectives; often specified as an event of circumstances and the consequences (both positive and negative) that will flow from this.” (Drennan *et al.*, 2024, p. 2)

Tendo em consideração o objeto de estudo da presente investigação – os fenômenos naturais extremos consequentes da Crise Climática – a crise que impacta a autarquia apresenta-se como podendo ser um entrave ao bem-estar e segurança dos munícipes, sejam as famílias que lá vivem, sejam as empresas ou entidades lá sediadas. Algo que poderá resultar em consequências terrivelmente lamentáveis. Camps (2017) apresenta a esquematização de um risco neste contexto [Figura VI nos Apêndices] contabilizando a ‘ameaça’⁶⁰, a ‘vulnerabilidade’⁶¹ e as ‘recursos de resposta’ – que se entende como sendo os recursos de resposta. Como ‘ameaça’ considera-se a estimativa de ocorrência de um fenômeno de causa ambiental de grandes dimensões (catástrofe) num local durante uma determinada temporal. Por ‘vulnerabilidade’ entende-se o mínimo de capacidade que um indivíduo ou coletivo possuem para antecipar, deparar-se e recuperar de um cenário de crise (perigo) provocado por um evento natural. Por sua vez, os ‘recursos de resposta’ contempla um leque que vai desde recursos técnicos a recursos humanos (Ibidem, 2017).

O ideal é que, na iminência da ocorrência de uma crise, esta seja resolvida com o menor número de consequências possíveis, esperando-se que o nível de gravidade seja igualmente baixo. No entanto, por vezes, as organizações deparam-se com a irremediabilidade das consequências nalgumas dimensões organizacionais (Kovoor-Misra, 2020), sendo que, a reputação é uma das dimensões mais sensíveis e frágeis numa crise (Heath & O’Hair, 2009).

Durante uma situação de crise o racional pode ser superado pela emocional, ou seja, a rapidez do escalar de uma situação que se demonstra como perigosa e, como suprarreferido, potencialmente irrecuperável, pode levar à tomada de decisões pouco estratégicas e eficazes. Perante esta conjuntura, seguir um plano de ação adquire uma importância elevada, mesmo que, por vezes, quase impossível dado os contornos impressionantes da situação de crise (Fearn-Banks, 2017). É neste sentido que a gestão de crise se torna para além de pertinente e essencial, tratando-se de um:

“(…) processo de planeamento estratégico para uma crise ou um ponto de viragem negativo, um processo que elimina parte do risco e da incerteza da ocorrência negativa, permitindo assim que a organização tenha um maior controlo do seu próprio destino” (Ibidem, 2017, p. 2)⁶²

⁶⁰ *amenaza*, no idioma original.

⁶¹ *vulnerabilidad*, no idioma original.

⁶² “*Crisis management is a process of strategic planning for a crisis or negative turning point, a process that removes some of the risk and uncertainty from the negative occurrence and thereby allows the organization to be in greater control of its own destiny.*” (Fearn-Banks, 2017, p. 2)

“A gestão de crise destina-se a afastar ou reduzir as ameaças, fornecendo recomendações para lidar corretamente com as crises” (Coombs, 2007, p.4)⁶³

De acordo com Coombs (2007) a gestão de crise assenta em 4 fatores, que são interdependentes: Prevenção⁶⁴, Preparação⁶⁵, Resposta⁶⁶ e Revisão⁶⁷ [ver Tabela VI nos Apêndices].

2. Processo de Comunicação de Crise

Estes elementos podem ser reconhecidos no processo de comunicação de crise. Este processo, composto por três fases, tem início com a fase antecedente à ocorrência de uma crise – pré-crise (Coombs & Holladay, 2010).¹

A fase de pré-crise apresenta um cenário no qual a iminência do perigo pode não ser ainda uma realidade visível e reconhecida por todos. Assim, é nesta fase que se procede à prevenção e mitigação, ainda que por vezes na forma tentada, da crise (Coombs & Holladay, 2010). Tal como referido por Coombs (2007), os elementos de Prevenção e Preparação são fulcrais para o diagnóstico da envolvente, promovendo uma análise ativa dos riscos, por parte dos profissionais de relações públicas.

É nesta fase preparatória, em pré-crise, que se procede ao reconhecimento das ameaças que serão efetivamente realidade e em que se avalia o quão vulneráveis as populações e ecossistemas a ser vítimas das ameaças” (Bueno, 2018). Esta análise de identificação das possíveis fraquezas contribuirá para que a resolução da crise seja mais rápida e eficaz (Frandsen & Johansen, 2017). Indriunas (2023) corrobora com esta necessidade de reconhecer a vulnerabilidade da crise indicando, por isso, os principais passos a adotar. Primeiramente, é fulcral entender as questões a que a organização está sujeita, quer no seu setor de atividade, quer no contexto em que se inserem. Um exemplo são as organizações que se têm deparado com crises consequentes, isto é, crises que advêm como consequência de uma ocorrência maior. Por isso, no caso particular das crises ambientais, as autarquias deverão procurar registar o

⁶³ “Crisis Management is designed to ward off or reduce the threats by providing recommendations for properly handling crises” (Coombs, 2007, p. 4)

⁶⁴ *Prevention*, no original

⁶⁵ *Preparation*, no original

⁶⁶ *Response*, no original

⁶⁷ *Revision*, no original

histórico de ocorrência das crises. Este histórico será a base para a etapa de elaboração do diagnóstico que se sucede. A análise SWOT⁶⁸ é uma das ferramentas a ser utilizada na fase do diagnóstico (Ibidem, 2003). Neste sentido, os *media* podem ser considerados uma fonte a considerar, pois, como indicado por Camps (2017), durante a cobertura noticiosa de uma crise – aqui na ótica de crises consequentes de fenómenos climáticos e desastres ambientes – os jornalistas detêm a apontar para situações semelhantes que ocorreram no passado.

O diagnóstico, presente na fase que antecede a ocorrência de uma crise, deve ser elaborado por um grupo de profissionais preparados e bem informados – especialistas (Ruff & Aziz, 2016; Gama, 2005). Este coletivo é apelidado de equipas de crise e pode ser constituído tanto por colaboradores interinos à organização, como por indivíduos que sejam prestadores de serviço de consultoria, como são exemplo as agências de relações públicas (Indriunas, 2023). Ambas as soluções têm vantagens e desvantagens, sendo que Indriunas (2023) não aponta a valorização de uma opção em deterioração da outra, mas alerta para o facto de, em casos de prestação de serviços, os colaboradores podem demonstrar resistência, prejudicando a eficiência exigida numa equipa de crise (Ibidem, 2023).

A equipa de crise deve ter reuniões regulares onde deve imperar o esclarecimento de toda a possível (no período antecedente a uma crise) e a ocorrência efetiva (período durante crise) de uma situação crise. Ruff & Aziz (2016) e Gama (2005) sugerem a multidisciplinidade da equipa, para que esteja presente um especialista de cada área da organização, o que permitirá desenvolver planos mais realísticas.

Como suprarreferido, na fase da Preparação, proposta por Coombs (2007), é onde se ocorre o delinear do plano de crise. Gama (2005) reconhecem a importância destas equipas multidisciplinares – “equipas de socorro”, como referido pela autora – serem expostas a situações de iminência de situações de crise falseadas, por outras palavras, a realização de simulações. Mesmo reconhecendo que, no tema em ótica, as entidades colaborantes têm planos de socorrismo/crise próprios, o entender de como será articulada a difusão de informação (Swedish Emergency Management Agency, 2008), que se quer atual e recorrente, sobre a situação, nomeadamente aos *media*, pode contribuir para gerir e diminuir os efeitos graves consequentes da crise. Estas simulações detêm um cariz de introspeção e reconhecimento dos pontos que se encontram frágeis – como também supraindicado por Frandsen & Johansen (2017), contribuindo com elementos relevantes para a análise SWOT. Gama (2005) destacada

⁶⁸ “A sigla SW.O.T. deriva das palavras inglesa, Strengths (pontos fortes), Weakness (pontos fracos), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças). A análise SWOT deve ser dinâmica, dado que a organização sofre mudanças e o ambiente externo não é constante ao longo do tempo” (Santos, 2003, p.43).

que este processo também é benéfico na promoção para o processo de familiarização e entendimento entre os membros da equipa de crise.

No âmbito da criação de instrumentos no período que antecede uma crise, é de notar igualmente a criação e manutenção das relações com a comunidade (Zaremba, 2014) durante esta fase, tal como apontado, numa perspetiva mais ampla, por Fearn-Banks (2017, p.3) de modo a:

“Construir uma relação positiva com os líderes da comunidade, organizações, famílias e indivíduos. As táticas podem incluir conselhos consultivos, *open houses*, gabinetes de porta-vozes, anúncios de serviço público, atividades de RSE (responsabilidade social empresarial), exposições, bolsas de estudo.”⁶⁹

Zaremba (2014) aponta para a necessidade de identificar os públicos – semelhante a elaborar a proceder à aplicação da Teoria Situacional dos Públicos – de modo a entender quais as mensagens a difundir para cada um. Neste processo de identificação dos públicos, é igualmente importante ter ciente quais os canais a serem adotados para a comunicação entre os diferentes públicos, tais como, população, entidades de autoridade local e *media* (Swedish Emergency Management Agency, 2008). Ainda na elaboração de simulações de crise – o mais próximo da realidade - também se destaca a importância de abranger os diferentes públicos (Ibidem, 2008) para que estes estejam já familiarizados com a informação, evitando assim que o primeiro contacto seja realizado no período em que a crise já está a ocorrer. Esta pode ser uma forma de contribuir para a educação e consciencialização do público face à crise (Heide, 1989). Será igualmente uma forma de contribuir para respeitar o ODS 13 – como apontado no capítulo I da presente dissertação.

Durante a fase de pré-crise, também deve ser dada atenção à relação da organização com os *media*, nomeadamente no que respeita à sua influência na perceção da Opinião Pública perante uma situação de crise, podendo ser um elemento prejudicial à gestão da crise, como infra será explorado (Gama, 2000, p.540).

Para que esta relação com os *media* seja credível, nomeadamente, na prestação de informação de crise é importante que seja designado, pela organização, um porta-voz que transmita coesão, espelhando a articulação com a estrutura organizacional (Bueno, 2018).

⁶⁹ “Community Relations: Building a positive relationship with community leaders, organizations, families, individuals. Tactics may include advisory boards, open houses, speakers’ bureaus, public service announcements, CRS (corporate social responsibility) activities, exhibits, scholarships.” (Fearn-Banks, 2017, p.3)

Segue-se a fase da crise, ou seja, o momento (ou período temporal) em que a crise está a acontecer. É neste momento que se toma a iniciativa de agir e são operacionalizadas as estratégias de reposta elaboradas anteriormente (Coombs & Holladay, 2010). Durante este período, a informação tem especial importância (Coombs, 2007) - nomeadamente perante situações que podem colocar em causa a segurança e bem-estar da população, como é o caso de fenómenos como incêndios e secas.

Na comunicação ativa com os *media* e restantes *stakeholders*, é importante que os profissionais de relações públicas tenham perceção da pertinência da informação que dispõe sobre o fenómeno (Bueno, 2018). Estes profissionais devem ter igualmente em atenção as respostas que os públicos procuram, de modo a fornecer as informações necessárias para que estejam se mantenham informados e conscientes da situação (Zaremba, 2014; Swedish Emergency Management Agency, 2008). No entanto, Bueno (2018) alerta para a perspetiva que, apesar de se prezar por uma comunicação transparente, não é desejável que a mesma surta o pânico ou crie falsas certezas), com infra se desenvolverá.

É neste sentido que se torna fundamental recorrer a uma interajuda de recursos para que a prestação de socorro seja coincidente com a realidade, por exemplo as informações disponibilizadas pela proteção civil autárquica devem ser concordantes com o apoio disponibilizado pelas unidades de saúde (Ibidem, 2018). A *Swedish Emergency Management Agency*, (2008) destaca a importância de existir este elo de comunicação entre a organização e as autoridades competentes.

É ainda durante este período da crise que o porta-voz, idealmente pertencente à equipa de crise (Swedish Emergency Management Agency, 2008) – designado na fase de preparação para a situação de crise - tem um papel de extrema importância para a disseminação da mensagem e como representante da organização junto dos media (Coombs & Holladay, 2010; Bueno, 2018). O porta-voz, também denominado de *spokesperson*, é escolhido internamente, sendo o principal canal de transmissão da mensagem, devendo ter bem ciente o fenómeno de crise e tendo bem definidas as mensagens chave, previamente definidas, em mente (Ruff & Aziz, 2016). Gama (2005) sublinha a importância de a escolha do porta-voz ser prévia à situação de crise. De acordo com Bueno (2018) a somar ao conhecimento pleno das informações a serem divulgadas, o porta-voz tem de ter especial noção do processo de produção noticiosa e dos públicos. No caso da comunicação autárquica é o Presidente da Câmara Municipal que toma a palavra como porta-voz. Tal como referido no ponto 1 do artigo 35 do Regime jurídico das autarquias locais, uma das competências do Presidente da Câmara Municipal é “Representar o município em juízo e fora dele.” (alínea a), ponto 1, artigo 35º., Subsecção I, Secção III, Regime Jurídico das Autarquias Locais).

A última fase da crise, denominada de pós-crise, diz respeito ao rescaldo do evento, isto é, um acompanhamento e reflexão de todos os conteúdos, como por exemplo, a produção noticiosa, referente à crise (Coombs & Holladay, 2010; Zaremba, 2014).

Tal como referido por Gama (2000, p.538),

“Qualquer plano de crise deve ser sistematicamente reavaliado e reformulado, permitindo à organização agir de acordo com a particularidade de cada situação de crise.”

Zaremba (2014) realça que a organização deve ter presente que o que tende a ficar na memória coletiva a longo-prazo são as ações e postura que a organização adotou durante o período de crise do que, necessariamente, os contornos da situação de crise.

2.1 A relação com os *media*

Como suprarreferido, durante situações de crise, a informação é o elemento mais importante (Santos & Franzoni, 2020) e, igualmente, neste contexto os órgãos de comunicação social assumem a posição de principais agentes na difusão das mesmas para a vasta maioria do público (Santos & Franzoni, 2020; Coombs, 2007; Swedish Emergency Management Agency, 2008). Heide (1989) revela que é fundamental a organização proceder a um bom planeamento das interações a ter com os media durante situações de crise, nomeadamente se for uma crise com contornos trágicos. No entanto, o reconhecimento da prioridade deste público não deverá toldar a identificação da importância dos restantes públicos (Zaremba, 2014). Neste sentido, os jornalistas procuram, cada vez mais, saber a verdade da crise, o detalhe, “o outro lado” (Bittar, 2012). Perante fenómenos perigosos – como incêndios – que exigem a ação rápida é essencial que as informações, partilhadas pelas fontes responsáveis – neste caso, a autarquia e autoridades competentes - sejam diretas, credíveis e claras. Exemplos dessas mensagens são relacionadas com procedimentos de evacuação, reconhecimento de locais de assistência e socorro, linhas telefónicas com as autoridades competentes locais, entre outras (Bueno, 2018). Assim, nunca deverá haver espaço para a omissão de informações (Bittar, 2012) ou para o surgimento de informações contraditórias no futuro, criando situações incongruentes.

“Evitar respostas certas ou absolutas ao público e aos meios de comunicação social até que estejam disponíveis informações suficientes” (Ulmer et al., 2011, p. 61).⁷⁰

“O pior erro é passar uma informação que os jornalistas podem, por outros meios, confirmar que não é verdadeira” (Figueira, 2006, p.7).

Ainda sobre a omissão de informações, é de destacar que a postura “*no comments*”⁷¹, ou seja, a negação de comentar a situação de crise, não é benéfica para a organização. Ao adotar uma postura demasiado defensiva a organização distancia-se da responsabilidade da situação impactando reputação e contribuindo para o enfraquecimento da imagem organizacional junto dos públicos (Zaremba, 2014).

Um desses públicos poderá ser os *media*. Estes também tendem a assumir posições, favoráveis ou desfavoráveis, mais ou menos crítica, à postura de gestão da crise adotada pela organização (Gama, 2000; Gama, 2005). Neste sentido, e para evitar cenários de criação de *fake-news*, é fundamental que os profissionais de comunicação mantenham uma boa relação com os jornalistas, tal como mencionado por Gama (2000, p.540):

“Para a existência de uma relação eficiente entre os profissionais de relações públicas e os jornalistas, é necessário que os primeiros reconheçam que têm por missão informar os jornalistas sobre o que de mau ou de bom ocorre na organização e que os jornalistas percebam também o sentido de oportunidade da notícia.”

Bittar (2012, p.12) adota uma visão mais extrema sobre os cenários de relacionamento frágil entre organização e jornalistas:

“Nesse momento [de crise], a imprensa torna-se arrogante, exigente envolvendo principalmente quem não tem bom relacionamento com os jornalistas.”

⁷⁰ “Avoid certain or absolute answers to the public and media until sufficient information is available” (Ulmer et al., 2011, p.61)

⁷¹ “Sem comentários”, em português.

No entanto, é necessário que o profissional de comunicação pautar a comunicação transparente pelo bom senso, tal como reconhecer a intenção da imprensa em receber essas informações e o veículo em que são difundidas ajudará a evitar possíveis cenários de dificuldades (Campos, 2017; Swedish Emergency Management Agency, 2008). Por vezes, o profissional de comunicação terá de recorrer a diferentes canais de *media* para fazer com que as suas mensagens atinjam o público-alvo (Reynolds & Seeger, 2005). Isto, tal como mencionado por críticos do jornalismo do sensacionalismo como Figueira (2006) e Bittar (2012), perante determinadas situações certos órgãos de comunicação social podem extrapolar a gravidade das informações que lhes são dadas em demasia. Zaremba (2014) destaca a importância de, na fase preparatória de crise, os profissionais de crise avaliarem quais os meios a serem benéfico para a transmissão das informações de acordo com as especificidades de cada crise. Campos (2017) destaca ainda que nestas situações de cariz mais delicado que envolvem a colaboração de entidades e meios de socorro, a informação a ser vinculada após validação da central de comandos, sendo que algumas podem ser alvo de sigilo.

3. A Ética das RP na Gestão de uma Crise

A gestão da comunicação durante uma situação de crise é bastante exigente para os profissionais de comunicação e relações públicas. Perante um cenário imprevisível e de rápida mudança, a ética/conduita deontológica é, por vezes erradamente, prejudicada. A ética baseia-se num sistema de valores e crenças que permite distinguir os comportamentos e atitudes erradas das não erradas, sendo, assim, a métrica de julgamento dos mesmos (Ulmer *et al.*, 2011).

A tomada de decisões, especialmente morais, é algo difícil e que ocorre diariamente na vida em cidadania e profissional. Por isso, o código ético/deontológico deve ser sempre respeitado no decorrer do exercício das funções profissionais e em situações extraordinárias, que possam colocar em causa a credibilidade dos profissionais (John III & Pearson, 2016). Perante fenómenos de crise a probabilidade de incorrer em tomadas de decisão que põe em causa a ética é maior (Indriunas, 2023):

“Ética empresarial: são questões que dizem respeito à má conduta legal e/ou moral da organização. Entre as várias possibilidades, podemos citar casos de corrupção, adulteração ou emissão de informações.”

Os códigos deontológicos são:

“uma reflexão moral centrada nos deveres e direitos de uma profissão, que estabelecem as normas morais mínimas exigíveis à

sua atividade.” (Gonçalves, 2019, p.47) e “Os códigos deontológicos têm uma função sociológica, conferem identidade ao grupo profissional – daí que acompanhem a evolução das profissões” (Ibidem, 2019, p.49).

Ao longo das décadas têm sido estabelecidos diversos códigos de conduta com o intuito de credibilizar e regulamentar a profissão de relações públicas (Ibidem, 2019), como exemplo o Código de Atenas (1968)⁷², Código de Lisboa (1989)⁷³, ou mais recentemente os *Global Principles of Ethical Practice in Public Relations and Communication Management*⁷⁴. Esta multiplicidade, à semelhança do que acontece com a definição do próprio conceito das Relações Públicas, deve-se a uma dificuldade em perceber a seriedade desta área, pela ideia da proximidade com a Propaganda (Ibidem, 2019). Em paralelo com o estabelecimento destes códigos têm sido publicados guias éticos originados pela necessidade de adaptação dos profissionais de RP às constantes mudanças das sociedades, nomeadamente associadas aos desenvolvimentos tecnológicos, como a Inteligência Artificial⁷⁵.

Em 2010, a IPRA – Associação Internacional de Relações Públicas - apresentou o código de conduta e ética profissional [ver Documento I nos Apêndices] que deve ser seguido pelos seus associados. Este código teve por base os anteriores códigos éticos para os profissionais de RP, sendo estes, o Código de Veneza (1961), o Código de Atenas (1965) e o Código de Bruxelas (2007).

A aplicação dos princípios referidos no IPRA são identificáveis em diversos códigos éticos organizacionais. Internacionalmente, é exemplo o Código da Global Alliance⁷⁶ [ver

⁷² Código de Ética Internacional dos Profissionais de Relações Públicas instituído pela IPRA – Associação Internacional das Relações Públicas publicado em 1968 após conferência na cidade de Atenas, Grécia (Código de Atenas, 1968).

⁷³ Código Europeu da CERP – Conferência Europeia das Relações Públicas sobre a deontologia profissional das Relações Públicas com última atualização a 13 de maio de 1989 (Código de Lisboa, 1989).

⁷⁴ Code of Ethics (2018). Global Alliance. Acessível em: <https://www.globalalliancepr.org/code-of-ethics> [17-07-2024]

⁷⁵ O *Chartered Institute of Public Relations* em associação com a *Canadian Public Relations Society* publicaram, em 2020, um Guia de Ética da Inteligência Artificial que serve de apoio ao processo de tomada de decisão dos profissionais de RP perante cenários de interferência de tecnologias de Inteligência Artificial (Valin & Gregory, 2020).

⁷⁶ “A *Global Alliance for Public Relations and Communication Management* é a confederação das principais associações e instituições de gestão de relações públicas e comunicação do mundo, representando mais de 360.000 profissionais e académicos em todo o mundo.” (Global Alliance, s.d)

Documento II nos Apêndices], como referido anteriormente. Em âmbito nacional, associações de organizações como a APECOM transpõem, adaptando à sua realidade, os valores que permitem, assim, regulamentar e legitimar o exercício das funções dos profissionais de RP (Gonçalves, 2019).

Tomando em consideração o setor das organizações em análise na presente investigação, é fundamental perceber a existência de um código ético aplicado às autarquias.

O *Código de Ética e Conduta da Direção-Geral das Autarquias Locais* (DGAL), publicado a 21 de outubro de 2022 em Diário da República, pretende instituir as normas éticas e conduta dos colaboradores e dirigentes das autarquias locais, pelo respeito dos direitos dos cidadãos.

No segundo ponto do artigo 1º do capítulo I do referido código é apontada a preservação do princípio da veracidade, ou seja, cumprir com os pontos 8 e 9 do código IPRA nomeados como “Falsidade” e “Engano”, respetivamente.

“O Código de Ética e Conduta apresenta-se também como um instrumento de prevenção e deteção do risco de fraude, corrupção e demais ilícitos criminais de que os trabalhadores e dirigentes tenham conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas.”
(Ponto 2., Artigo 1º, Capítulo I do Código de ética e de Conduta da DGAL)

O artigo 2º do presente código em análise apresenta uma listagem dos princípios éticos pelos quais a estrutura da organização autárquica deve cumprir:

- Princípio da Legalidade;
- Princípio do Serviço Público;
- Princípio da Justiça, razoabilidade e imparcialidade;
- Princípio da Igualdade;
- Princípio da Proporcionalidade;
- Princípio da Colaboração e Boa-Fé;
- Princípio da Informação e Qualidade;
- Princípio da Lealdade e Cooperação;
- Princípio da Transparência e Integridade;

“The Global Alliance for Public Relations and Communication Management is the confederation of the world’s major PR and communication management associations and institutions, representing over 360.000 practitioners and academic around the world.” (Global Alliance, s.d)

- Princípio da Participação;
- Princípio da Competência e Responsabilidade;
- Princípio dos dados Pessoas.

No quadro [ver Documento III nos Apêndices] é possível perceber que nos referidos princípios estão subjacentes os pontos presentes no Código do IPRA.

É de notar que no Artigo 24º a presença das consequências, perante a verificação de uma conduta ilícita, ou seja, “o desrespeito ou incumprimento” (Ponto 1, Artigo 24º, Capítulo IV, Código de Ética e Conduta da DGAL, 2022) do presente código de qualquer indivíduo a quem o mesmo seja aplicável.

No entanto, é importante reconhecer que o Código de Ética e Conduta da DGAL (2022) não se aplica estritamente aos profissionais de comunicação/RP, sendo abrangente a todos os colaboradores e dirigentes da estrutura organizacional autárquica.

Sebastião & Neto (2019), ao refletirem sobre a importância dos códigos de ética na profissionalização das RP, consideram que pensar no delimitar de uma conduta correta no exercício das funções dos profissionais de RP é algo positivo. Os autores enfatizam a importância do ensino de disciplinas de ética em âmbito académico, pois é recomendado que esta reflexão da conduta e a perceção dos comportamentos e valores a adotar nas RP seja reconhecida pelos estudantes (Ibidem, 2019). No entanto, e mesmo sublinhando importância para os profissionais de RP, os autores alertam que códigos já elaborados surgem como sendo diretivas de comportamento que não são facilmente monitorizadas quando aplicáveis no mundo real (Ibidem, 2019).

Neste sentido, reforça-se a necessidade de o profissional de RP agir sempre de forma ética mesmo em situações de crise como as analisadas na presente dissertação. É fulcral que o profissional de RP siga uma conduta respeitadora do bem-comum e pela credibilidade da profissão. Assim, os profissionais de RP e de comunicação integrantes nas Autarquias devem pautar sempre as suas decisões por uma conduta íntegra.

PARTE III_PARADIGMA METODOLÓGICO: OPERACIONALIZAÇÃO

Após o enquadramento teórico, este capítulo visa explorar a metodologia da presente investigação. Antes de iniciar a investigação⁷⁷ é necessário estabelecer um enquadramento metodológico adequado, na medida em que se pretende fundamentar teoricamente a metodologia investigativa, credibilizando o conhecimento gerado e tornando-o, assim, conhecimento científico (Coutinho, 2014). A metodologia interliga a literatura e a fundamentação teórica do estudo – metateoria, como apresentado por Lor (2019) -, com os processos utilizados para a obtenção de resultados. Desde modo, a metodologia pode ser percebida como sendo ‘o caminho’ que o investigador segue para chegar ao ‘destino’, os resultados da investigação (Jonker & Pennink, 2010). Por outras palavras, a metodologia pode ser definida como

“[...] a metodologia é considerada como sendo uma espécie de ‘leitura de ação’, mais precisamente como um ‘relato da ação’. Por ‘relato de ação’ entende-se um tipo de relato preparatório, baseado num conjunto de premissas, de considerações (teóricas) e de condições práticas, segundo as quais o investigador estrutura a lógica da sua investigação em função da questão [de partida] a que pretende responder.”⁷⁸ (Jonker & Pennink, 2010, p.22)

Neste sentido, são apresentados métodos/conceções de investigação (*research design*) de cariz interativo, que têm como elemento central a pergunta de partida (Gaudet & Robert, 2018): Abdução (*Abduction*); Indução (*Induction*); Dedução (*Deduction*). A presente investigação enquadra-se no método dedutivo.

O método dedutivo, ao contrário dos restantes, define as teorias como essenciais e só a partir das mesmas é que se procura a verificação nas observações (dados) (Ibidem, 2018). Neste sentido, primeiro procurou-se o conhecimento teórico desenvolvido para, posteriormente, se proceder à escolha das técnicas de recolha e análise dos dados.

⁷⁷ É o processo assente na procura por estabelecer significados que, organizado de forma sistemática, permite refletir sobre determinados eventos e, assim, encontrar relações entre estes (Coutinho, 2014; Futi & Bumba, 2021). “Uma investigação é, por definição, algo que se procura” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p.31).

⁷⁸ “[...] methodology is regarded as a kind of ‘action reading’ or more precisely as, an ‘action repertoire’. Action reading means: preparing a type of repertoire, based on a set of premises, (theoretical) considerations and practical conditions, according to which the researcher structures the logic of his research given the question he wants to answer”. (Jonker & Pennink, 2010, p.22)

Em contraste, o método da abdução assenta na tese de que no processo de elaboração da investigação, o investigador deve ter já no seu horizonte o conhecimento científico que pode ser alcançado através da realização da sua investigação e, de que forma, se trata de uma investigação com utilidade (Ibidem, 2018). Neste caso, o *modus operandi*⁷⁹ será a constante validação ou não das hipóteses inicialmente delineadas.

Por sua vez, o método de indução tem como propósito fundamentar um determinado fenómeno através de observações, dando primazia aos resultados já produzidos (dados). A identificação de semelhantes observações permitirá ao investigador encontrar repetições noutros fenómenos. Este método é totalmente dirigido para a produção de conhecimento científico e, por isso, é o mais aplicado em metodologias qualitativas (Ibidem, 2018).

Ao identificar estes métodos o autor pode, assim, ‘posicionar’ a perspectivas de investigação. A existência de duas perspectivas de investigação – investigação qualitativa e investigação quantitativa têm sido reconhecidas por diversos autores (Abuhamda *et al.*, 2021). Resumindo o conceito de cada natureza investigativa, estas podem ser definidas como:

“A investigação quantitativa é uma investigação empírica em que os dados são apresentados sob a forma de números.”⁸⁰ (Punch, 2013, p.3)

“A investigação qualitativa é uma investigação empírica em que os dados não se apresentam sob a forma de números.”⁸¹ (Ibidem, 2013, p.3)

No que respeita à investigação qualitativa – natureza da presente investigação -, esta visa o entendimento daquilo que não pode ser clarificado através de cálculos racionais, provenientes de ciências matemáticas, isto é, o objeto de estudo tem cariz subjetivo, em que o cerne da investigação assenta na interpretação subjetiva do objeto de investigação (Coutinho, 2014) e aprofunda o entendimento do mesmo (King & Horrocks, 2010). Esta metodologia é amplamente usada em estudos das ciências sociais, como é o presente caso, visto que a natureza humana diverge de ser humano para ser humano (Coutinho, 2014), ou seja, esta tem como propósito o entendimento de um fenómeno de acordo com o estudo das perspectivas e circunstâncias dos agentes ativos do mesmo (participantes) (McMillan & Schumacher, 2005; Ritchie *et al.*, 2003). Esta metodologia abrange diversas abordagens (Ritchie *et al.*, 2003) como

⁷⁹ Expressão do latim. “Maneira de praticar uma operação ou de desenvolver determinada atividade”. Dicionário Priberam (s.d)

⁸⁰ “Quantitative research is empirical research where the data are in the form of numbers.” (Punch, 2013, p.3).

⁸¹ “Qualitative research is empirical research where the data are not in the form of numbers.” (Punch, 2013, p.3)

a investigação comparativa. Tal como a própria designação indica, esta abordagem apresenta ao investigador uma “lente de comparação” de análise aos diversos pontos e contraste do objeto de estudo. Berger (1998) sublinha a importância da similaridade dos critérios de análise para que seja possível “julgar” de forma justa as realidades analisadas. Neste sentido, a principal vantagem em adotar esta abordagem é a possibilidade de perceber e, consequentemente, entender as diferentes realidades do mesmo fenómeno em diversos contextos (Ibidem, 1998) e ter noção da sua evolução numa janela temporal (Chan & Lee, 2017).

Para a aplicação da investigação qualitativa, tal como defendido por Flick (2018), é crucial identificar o propósito de investigação - questões de partida -, pois estas podem ser o primórdio do aprofundar de novas abordagens a determinados assuntos. É neste sentido que Jonker & Pennink (2010) reconhecem a postura curiosa do investigador, ao contrário, da adoção de uma postura de *expertise*⁸².

De notar, a existência de uma outra tipologia de investigação, menos reconhecida que as anteriores (Creswell, 2009). Creswell, (2015) define a investigação mista como:

“Uma abordagem à investigação nas ciências sociais, comportamentais e da saúde, em que o investigador recolhe dados quantitativos (fechados) e qualitativos (abertos), integra os dois e, em seguida, faz interpretações com base nos pontos fortes combinados de ambos os conjuntos de dados para compreender os problemas de investigação”⁸³ (Creswell, 2015, p.2).

Desta forma, a aplicação desta natureza investigativa permite a criação de um quadro metodológica específico que admite a adoção de dados qualitativos e quantitativos. Assim, o investigador obterá diversas vantagens, tais como o acesso a uma dualidade de perspectiva que incentivará um entendimento mais extenso [ver Tabela VII ver Apêndices] (Ibidem, 2015). No entanto, tal como é verificável com as restantes investigações – qualitativa e quantitativa -, também a metodologia mista tem desvantagens, nomeadamente, a possibilidade de enviesamento (*bias*), pelas diferenças entre os dados [ver Tabela VIII nos Apêndices] (McLeod, 2024). Neste sentido, McLeod (2024) a estruturação/conceção dos métodos permite a que o investigador tenha um racional (fio condutor) na sua investigação. De acordo com Morse &

⁸² Especialista, em português.

⁸³ “An approach to research in the social, behavioral, and health sciences in which the investigator gathers both quantitative (closed-ended) and qualitative (open-ended) data, integrates the two, and then draws interpretations based on the combined strengths of both sets of data to understand research problems.” (Creswell, 2015, p.2).

Niehaus (2016), defende que a investigação mista tem como cerne o pensamento qualitativo, recorrendo a métodos quantitativos e qualitativos, integrando o rigor científico.

Creswell (2015) aponta três concepções da metodologia mista: Conceção Convergente⁸⁴; Conceção Sequencial Explicativa⁸⁵; Conceção Sequencial Exploratória⁸⁶.

Na Conceção Convergente – a aplicada na presente dissertação -, tal como a denominação indica, o investigador recorre à recolha dos dados, de forma separada, e, posteriormente, procede à uma comparação dos mesmos (Ibidem, 2015), com o objetivo de tornar os resultados cientificamente fundamentados (McLeod, 2024).

Por sua vez, as Concepções Sequenciais apresentam um padrão dos dados, isto é, só após a análise de uma natureza dos dados é que se avança para os outros. No caso da Conceção Sequencial Explicativa os primeiros dados a serem analisados são os de natureza quantitativa, que irão permitir complementar a análise aos restantes dados (Creswell, 2015). Tal permitirá a cobrir as fragilidades apontadas aos inicialmente analisados (McLeod, 2024). A Conceção Sequencial Exploratória adota a mesma lógica de que os dados se complementam, no entanto, o ponto de partida são os dados de cariz qualitativo. A investigação qualitativa permitirá descortinar o objetivo central do estudo e respetivos contornos. Deste modo, será possível a que o investigador desenvolva um mecanismo com ferramentas para estudar os dados quantitativos (Creswell, 2015; McLeod, 2024).

Como referido, na Conceção Convergente o investigador a um estudo comparativo.

“Os estudos comparativos são investigações que visam analisar e avaliar, com métodos qualitativos e quantitativos, um fenómeno e/ou factos entre diferentes áreas, sujeitos e/ou objetos para deter semelhanças e/ou diferenças.”⁸⁷ (Coccia & Benati, 2018, p.1)

⁸⁴ *Convergent Design*, no idioma original

⁸⁵ *Explanatory Sequential Design*, no idioma original

⁸⁶ *Exploratory Sequential Design*, no idioma original

⁸⁷ “Comparative studies are investigations to analyze and evaluate, with quantitative and qualitative methods, a phenomenon and/or facts among different areas, subjects, and/or objects to detect similarities and/or differences.” (Coccia & Benati, 2018, p.1)

⁸⁵ “The underlying goal of comparative analysis is to search for similarity and variance.” (Mills et al., 2006, p.621)

⁸⁵ “Comparative studies are investigations to analyze and evaluate, with quantitative and qualitative methods, a phenomenon and/or facts among different areas, subjects, and/or objects to detect similarities and/or differences.” (Coccia & Benati, 2018, p.1)

De acordo com Mills *et al.*, (2006): “O objetivo subjacente à análise comparativa é procurar a semelhança e as variantes.”⁸⁸ (Mills *et al.*, 2006, p.621)

“Envolve pegar numa entidade ou num dado [...] e compará-lo com outros para identificar semelhanças ou diferenças.”⁸⁹ (Given, 2008, p.100)

Uma das abordagens de aplicação dos estudos comparativos é o estudo de caso – *case study* (Given, 2008). De acordo com Yin (2003), o recurso a uma metodologia comparativa de estudo de caso demonstra-se adequada quando o cerne da questão de partida é a procura por entender como e a razão do fenómeno acontecer. O mesmo autor sublinha a importância de ser um fenómeno que não implique a intervenção do investigador e que seja verificável na ‘vida real’. A credibilidade e rigor de um estudo de caso, tal como sublinhado por Dooley (2002), deve contemplar os seguintes elementos (Quadro I):

1.	Determinar e definir as questões da investigação; ⁹⁰
2.	Selecionar os casos e determinar as técnicas de recolha e análise de dados; ⁹¹
3.	Preparar a recolha de dados; ⁹²
4.	Recolher dados no terreno; ⁹³
5.	Avaliar e analisar os dados; ⁹⁴
6.	Elaborar as conclusões. ⁹⁵

Quadro I – Elementos de um estudo de caso (Dooley, 2002)

⁸⁶ “The underlying goal of comparative analysis is to search for similarity and variance.” (Mills *et al.*, 2006, p.621)

⁸⁷ “It involves taking one entity or piece of data [...] and comparing it with others to identify similarities or differences.” (Given, 2008, p.100)

⁸⁹ “It involves taking one entity or piece of data [...] and comparing it with others to identify similarities or differences.” (Given, 2008, p.100)

⁹⁰ “Determine and define the research questions” (Dooley, 2002, p.338)

⁹¹ “Select the cases and determine data-gathering and analysis techniques” (Dooley, 2002, p.338)

⁹² “Prepare to collect data” (Dooley, 2002, p.338)

⁹³ “Collect data in the field” (Dooley, 2002, p.338)

⁹⁴ “Evaluate and analyse the data” (Dooley, 2002, p.339)

⁹⁵ “Prepare the report” (Dooley, 2002, p.339)

A presente dissertação assenta na investigação de natureza mista, com base no método dedutivo, com aplicação da conceção convergente, e metodologia de estudo de caso, como suprarreferido. De modo, a seguir a estrutura sugerida por Dooley (2002) é fundamental começar por entender o problema de investigação, por outras palavras, a questão de partida.

1. Questão de Partida

De acordo com Quivy & Campenhoudt (1995), a investigação deve estar assente num princípio/ideia que seja o ponto orientador para a definição da estrutura de pesquisa, possibilitando, assim, um estudo coerente com a temática escolhida. Jonker & Pennink (2010) defendem que este questionamento inicial da investigação assenta num raciocínio de cariz complexo que tem origem em noções teóricas.

“A melhor forma de começar um trabalho de investigação em ciências sociais consiste em [o investigador] esforçar-se por enunciar o projeto sob a forma de uma pergunta de partida” (Campenhoudt & Quivy, 1995, p.44). “A questão de partida é o cerne da conceção da investigação qualitativa” (Gauted & Robert, 2018, p.10)⁹⁶.

Autores como Quivy & Campenhoudt (1995) e McMillan & Schumacher (2005) defendem que este é o cerne da investigação e que deve, por isso, ser formulado de forma clara e direta. Reconhecendo esta importância, formulou-se a seguinte questão de partida para a presente investigação:

“Como comunicam as Autarquias do Alentejo Litoral face a fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática?”

1.1 Objetivos de Pesquisa

Como apresentado na questão de partida suprarreferida, a presente investigação tem como propósito entender a ação comunicacional das autarquias da Costa Litoral Alentejana – Município de Alcácer do Sal; Município de Grândola; Município de Santiago do Cacém; Município de Sines; e Município de Odemira – perante fenómenos naturais extremos, consequentes da Crise Climática, mais concretamente, perante a ocorrência de períodos longos de seca e de incêndios. Aprofundando este intuito, será pertinente entender a forma como as referidas autarquias fornecem a informação necessária e adequada à segurança e ao bem-estar da população. No final, ambiciona-se entender a importância que os profissionais de

⁹⁶ “The research question is the hearth of your qualitative research design.” (Gauted & Robert, 2018, p.10)

comunicação das autarquias, da referida área do território português, encaram e atuam, e se desenvolvem mensagens preventivas, face à iminência de fenómenos naturais extremos, consequentes da Crise Climática, que eventualmente assolem as suas comunidades.

De acordo com Kruger (2023, p.87), a pesquisa pela resposta à questão de partida deve ter como base um conjunto de respostas que são ao longo da pesquisa, por outras palavras:

“os objetivos específicos são respostas parciais e intermediárias para o problema [questão de partida]”.

Neste sentido, é necessário apontar que os objetivos auxiliam o investigador a identificar a natureza da investigação e, por consequência, a reconhecer os procedimentos que deve adotar, como por exemplo, selecionar as técnicas mais adequadas (Alves, 2013).

A presente investigação apresenta os seguintes objetivos:

- a) Reconhecer a existência de uma comunicação focada nos fenómenos naturais extremos, consequentes da Crise Climática, por parte das Autarquias do Alentejo Litoral para a população idosa;
- b) Entender o papel dos gabinetes de comunicação das Autarquias do Alentejo Litoral na gestão da comunicação de fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática;
- c) Perceber como é realizada a disseminação de informação nos *websites* autárquicos sobre fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática;
- d) Contribuir para o reconhecimento da importância do campo disciplinar das Relações Públicas, na comunicação autárquica em situações de fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática.

1.2 Hipóteses

Perante a necessidade de realizar uma investigação rigorosa, e pautada por um raciocínio lógico, é fundamental a formulação de hipóteses.

“[As hipóteses são] é uma ideia ou suposição que é feita com base em informações.” (Mar Orozco *et al.*, 2020, p.5)⁹⁷

⁹⁷ “es una idea o supuesto que se hace a partir de información previa.” (Mar Orozco *et al.*, 2020, p.5)

As mesmas deverão auxiliar uma seleção de dados pertinentes para consolidar a resposta à questão de investigação (Quivy l& Campenhoudt, 1995), podendo verificar-se como sendo verdadeiras ou não (Alvariñas-Villaverde & Pino-Juste *in* Brandão *et al.*, 2019). Neste sentido, Bell (1993, p.39) simplifica o conceito referindo que num trabalho investigativo, “As hipóteses fazem [...] afirmações sobre relações entre variáveis e oferecem ao investigador uma linha de orientação quanto à forma como o palpite original poderá ser testado”.

McMillan e Schumacher (2005) apresentam seis parâmetros para a elaboração das hipóteses de investigação: Relação entre as variáveis; Verificabilidade; Suporte Teórico, e Clareza. Seguindo estas pistas, propõem-se as seguintes hipóteses para a presente investigação:

H1: A comunicação autárquica é extremamente relevante, na comunicação de fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática.

H2: Os gabinetes de comunicação das Autarquias do Alentejo Litoral têm um papel ativo na gestão da comunicação de fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática.

H3: As Autarquias do Alentejo Litoral elaboram e divulgam documentos que promovem a adoção de uma conduta preventiva da parte das populações face a fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática.

H4: No processo de comunicação autárquica acerca de eventuais fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática, há lugar a uma participação ativa dos munícipes.

2. Desenho da Investigação

Como indiciado anteriormente, a presente investigação é de natureza mista, assente num método dedutivo, com aplicação da conceção convergente numa metodologia de estudo de caso sobre a comunicação de crise nas autarquias do Alentejo Litoral face à temática em ótica. Neste sentido, a investigação foi organizada em dois momentos: Primeiro foi realizada uma análise de Conteúdo aos *Websites* Autárquicos, seguida da realização de entrevista ou aplicação de inquérito por questionário aberto aos Gabinetes de Comunicação das Autarquias do Alentejo Litoral.

2.1. Técnicas de Recolha de Dados

No primeiro momento, aplicou-se a análise de conteúdo aos *websites* das três Autarquias em estudo, através da recolha informação traduzida em dados quantitativos, como infra se aprofundará no ponto 2.3. De notar que os *Websites* Autárquicos foram consultados na janela temporal compreendida de 25 de agosto a 31 de agosto de 2024.

Posteriormente, foram recolhidas informações junto da amostra do corpo técnico das autarquias – responsáveis e técnicos dos respetivos gabinetes de comunicação através de

entrevistas (técnica qualitativa), realizadas via plataforma *Zoom*, e um inquérito por questionário aberto (técnica qualitativa). De notar que tanto as entrevistas como a aplicação do inquérito por questionário aberto ocorreram nos dias 13 de setembro e 16 de setembro de 2024.

2.2. Análise de Conteúdo aos *Websites* Autárquicos

A análise de conteúdo é crucial numa investigação científica, nomeadamente nas ciências humanas e sociais (Marying, 2021; Mills & Bricks, 2014), e permite explorar, de forma descritiva, o material textual em análise através da categorização temática (Drisko & Maschi, 2016). Algo que as ciências sociais, nomeadamente na área da comunicação, irrevogavelmente fazem (Mills & Bricks, 2014).

O estabelecimento de um sistema de análise de conteúdo é uma técnica flexível e possibilita a que o investigador identifique e analise ou detete a ausência de conteúdos (Drisko & Maschi, 2016; Schreier, 2012). No entanto, existem diversas abordagens de análise de conteúdo, pelo que, à semelhança do que acontece com a definição de RP, não existe um método exclusivo de análise de conteúdo (Mills & Bricks, 2014).

Na década de 90 do século XX, tal como revelado por Carley (1990), a análise de conteúdo podia ser enquadrada em três tipos de categorias: análise conceptual (*conceptual analysis*); análise de procedimento (*procedural analysis*), e análise relacional (*relational analysis*).

“A análise conceptual centra-se na extração dos conceitos que estão explícitas ou implicitamente presentes no texto.” (Ibidem, 1990, p.2).⁹⁸

Esta análise assenta na interpretação das palavras ou conceitos presentes no texto. Por sua vez, a análise de procedimento está relacionada com uma análise automatizada da organização do conteúdo, isto é,

“A análise de procedimento centra-se na extração de procedimentos que o autor do texto utiliza para realizar uma determinada tarefa” (Ibidem, 1990, p.2).⁹⁹

⁹⁸ “*Conceptual analysis centers on extracting what concepts are explicitly or implicitly present in the text*” (Carley, 1990, p.2).

⁹⁹ “*Procedural analysis centers on extracting the procedures that the author of the text uses to perform some task.*” (Carley, 1990, p.2).

Atualmente, os *softwares* de identificação de palavras-chave (*hashtags*)¹⁰⁰ presentes, por exemplo, nos algoritmos das redes sociais, têm como princípio base esta tipologia de análise de conteúdo. Por último,

“A análise relacional centra-se na extração do modelo mental implícito no texto.” (Ibidem, 1990, p.2)¹⁰¹

Ou seja, esta abordagem de análise do conteúdo reconhece a importância dos conceitos (palavras-chave) estarem associados a outros conceitos (Ibidem, 1990).

No entanto, análise de conteúdo não se restringe à análise textual. Neuendorf (2017) realça que existe uma panóplia de conteúdo que pode ser analisado, como imagens, transcrição de discursos, comportamentos, entre outros. A análise de conteúdo procura, assim, reconhecer significados nos dados (Bardin, 2016; Schreier, 2012).

Schreier (2012) e Bardin (2016) são alguns dos autores que apontam a importância da criação de categorias— *coding frame*. A validação das categorias está estreitamente relacionada com a congruência da justificação, isto é,

“O *coding frame* pode ser considerado válido na medida em que as suas categorias representem adequadamente os conceitos da sua questão de partida e, para o conseguir, [o investigador] tem de adaptar o seu quadro de modo a adequar-se ao seu material”¹⁰²
(Schreier, 2012, p.7)

Lima (2014) aponta a os elementos que devem constituir o *coding frame* [ver Tabela IX nos Apêndices], corroborando com a necessidade de as categorias terem um elemento descritivo que justifique a criação das mesmas. Os critérios da análise de conteúdos dos websites autárquicos desenvolver-se-á de seguida.

Com a análise de conteúdo aos *websites* autárquicos, procurou entender-se como é realizada a comunicação autárquica dos fenómenos climáticos naturais extremos resultantes da Crise Climática através desta ferramenta digital que representa um canal de excelência na relação com os municípios.

¹⁰⁰ “Uma palavra ou frase com o símbolo (#) à frente, utilizada em sites e aplicações de redes sociais para que o utilizador possa procurar conteúdos com o mesmo tema.” Oxford Learner’s Dictionaries (s.d)

¹⁰¹ “*Relational analysis centers on extracting the mental model implicit in the text.*” (Carley, 1990, p.2).

¹⁰² “*Your coding frame can be regarded as valid to extent that your categories adequately represent the concepts in your research question, and to achieve this you have to adapt your frame so as to fit your material.*” (Schreier, 2012, p.7)

A evolução da comunicação nos *media* digitais está intimamente relacionada com a evolução das formas de comunicação da Humanidade e evolui adaptando-se às necessidades e desafios da mesma (Corrêa, 2005). Os *media* digitais:

“[...] são quaisquer tecnologias ou práticas *on-line* que permitem a partilha de conteúdo, opiniões, ideias, experiências e medias, possibilitando debates sobre o que é relevante.”¹⁰³ (Corrêa, 2009, p.164)

É neste sentido que a comunicação nestes suportes atinge uma nova concetualização e apresenta as suas próprias características.

“Conceituamos comunicação digital de *per si* como o uso das Tecnologias Digitais de Informação e comunicação (TIC’s), e de todas as ferramentas delas decorrentes, para facilitar e dinamizar a construção de qualquer processo de comunicação Integrada nas organizações. Falamos, portanto, da escolha daquelas opções tecnológicas, disponíveis no ambiente ou em desenvolvimento, cuja aplicação é o mais adequado para uma empresa específica e respetivos públicos específicos.” (Corrêa, 2005, p.102)

Esta definição compreende a digitalização da comunicação é verificada, isto pois, quer a nível interno, através dos sistemas de intranet/portais, quer a nível externo, como os *websites* e redes sociais, a difusão de informação e comunicação entre os diversos públicos adquire cada vez mais destaque e presença nestas ferramentas (Corrêa, 2009). No entanto, também entende a necessidade de saber qual a informação adequada para a digitalização e respetiva ferramenta (Corrêa, 2005).

2.2.1 Critérios da Análise

Como referido anteriormente, a análise de conteúdos pressupõe o estabelecer de categorias /critérios– *coding frame*. Neste sentido, antes de se proceder à pesquisa de informação nos referidos *websites*, foram definidos os critérios e indicadores constituintes dos mesmos, assim como, a representação numérica dos parâmetros de avaliação – métricas de contabilização dos indicadores.

¹⁰³ “[...] são quaisquer tecnologias ou práticas *on-line* que permitem o compartilhamento de conteúdo, opiniões, ideias, experiências e mídias, possibilitando conversações sobre o que é relevante.” (Corrêa, 2009, p.164)

2.2.1.1 Critério de Formato

O Critério de Formato centra-se na avaliação das aplicações de atualização e na tecnologia do *website* autárquico. Trata-se, assim, de uma perspetiva de análise dos *websites* em que é privilegiado a acessibilidade e a organização da informação nesta ferramenta digital.

Baseado nos critérios “Conteúdos: Tipo e Atualização” e “Acessibilidade, Navegabilidade e Facilidade de Utilização”, assentes nos seguintes propósitos (Soares *et al.*, 2021):

- “Conteúdos: Tipo e Atualização [...] centra-se na avaliação do tipo e da atualização dos conteúdos disponibilizados nos websites da câmara” (Soares *et al.*, 2021, p.12).
- “Acessibilidade, Navegabilidade e Facilidade de Utilização [...] avaliação da utilização do website da câmara, nomeadamente na facilidade com que o cidadão consegue aceder, navegar e ‘localizar-se’ no site” (Soares *et al.*, 2021, p.12).

O ‘Critério de Formato’ considera a agregação dos propósitos suprarreferidos. Neste sentido, este critério considera os seguintes indicadores [Quadro II]:

Critério do Formato - Indicadores	
A1	Informação da Autarquia
A2	Informação sobre os Serviços Municipais
A3	Material Noticioso (<i>Media room</i>)
A4	Indexação nos motores de busca interno
A5	Tempo de carregamento da página principal
A6	Informação geográfica
A7	Conteúdos multimédia
A8	Ferramenta de <i>download</i>
A9	Acesso a partir de canais móveis

Critério do Formato - Indicadores			
Indicador		Definição	Fundamento Teórico
A1	Informação da Autarquia	“Avalia a existência no website da Câmara de informação relativa à missão e à constituição da Câmara [organograma/estrutura orgânica] [...] ao contacto geral da Câmara (incluindo email, morada física)”.	<ul style="list-style-type: none"> • Soares <i>et al.</i>, 2021, p.13
A2	Informação sobre os Serviços Municipais	“Avalia a existência no website da Câmara de informação sobre os serviços prestados pela Câmara nomeadamente, a lista completa dos serviços, o local de prestação de cada serviço, o responsável por cada serviço, o horário de funcionamento do serviço, o contacto [...] do serviço”.	<ul style="list-style-type: none"> • Soares <i>et al.</i>, 2021, p.13
A3	Material Noticioso (<i>News room</i>)	Avalia a existência e acessibilidade de um espaço noticioso em que são partilhados conteúdos informativos sobre a autarquia.	<ul style="list-style-type: none"> • Gouveia, 2004
A4	Indexação nos motores de busca interno	“Avalia a indexação do website da Câmara nos motores de busca”	<ul style="list-style-type: none"> • Soares <i>et al.</i>, 2021, p.13
A5	Tempo de carregamento da página principal	“Avalia o tempo que demora a carregar a página principal do website da Câmara”.	<ul style="list-style-type: none"> • Soares <i>et al.</i>, 2021, p.13
A6	Informação geográfica	Avalia a existência de informação acerca da geografia, coordenadas do GPS, relevo do espaço, localização em mapa.	<ul style="list-style-type: none"> • Soares <i>et al.</i>, 2021
A7	Conteúdos Multimédia	“Avalia a disponibilização dos conteúdos multimédia [...] no website da Câmara”	<ul style="list-style-type: none"> • Soares <i>et al.</i>, 2021, p.13
A8	Ferramenta de <i>download</i>	Avalia a existência de uma ferramenta unilateral de descarregamento de documentos (<i>download</i>) de informação. Possibilitando a arquivação pessoal da mesma na perspetiva do utilizador	<ul style="list-style-type: none"> • Isabel & Bailoa, 2015

A9	Acesso a partir de canais móveis	“Avalia a existência de APP com acesso aos serviços e se o website se adapta (ou tema instância específica) para a visualização em pequenos ecrãs (smartphones; tablets).”	• Soares <i>et al.</i> , 2021, p.13
----	----------------------------------	--	-------------------------------------

Quadro II - Avaliação aos *Websites* Autárquicos do Alentejo Litoral

Indicadores do Critério de Formato

2.2.1.2 Critério do Conteúdo

O segundo critério, denominado de ‘Critério de Conteúdo’, tem como intuito perceber a existência de aplicações e informação relacionadas com os fenómenos climáticos extremos, consequentes da Crise Climática. Neste sentido, é possível subagrupar os indicadores [Quadro III] do referido critério em três grupos:

- **Subindicador 1:** Este subindicador integra os indicadores que fornecem informação sobre o fenómeno ‘incêndio’. Integra os indicadores, B1, ‘Barómetro do Nível de Incêndio’, e B2, ‘Informação sobre Medidas de Prevenção de Incêndio’;
- **Subindicador 2:** Este subindicador agrega os indicadores que fornecem informação sobre o fenómeno ‘seca’. Integra os indicadores, B3, ‘Indicação do Nível de Seca’, e B6, ‘Informação sobre Medidas de Prevenção de Seca’;
- **Subindicador 3:** Este subindicador contempla os indicadores que fornecem informações relevantes para ambos os fenómenos – incêndios e seca. Integra os indicadores, B4, ‘Termómetro Diário’, e B5, ‘Informação sobre a Evolução da Temperatura’.

Critério de Conteúdo - Indicadores	
B1	Barómetro do Nível de Incêndio
B2	Informação sobre Medidas de Prevenção de Incêndio
B3	Indicação do Nível de Seca
B4	Termómetro Diário
B5	Informação sobre a Evolução da Temperatura
B6	Informação sobre Medidas de Prevenção de Seca

Critério de Conteúdo - Indicadores			
Indicador	Definição	Fundamento Teórico	
B1	Barómetro do Nível de Incêndio	“As autarquias locais prosseguem as suas atribuições através de exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas, designadamente: a) De consulta”	<ul style="list-style-type: none"> • Diário da República n.º 176/2013, Série I de 2013-09-12, Artigo 3º, alínea a
B2	Informação sobre Medidas de Prevenção de Incêndio	“Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas.” ODS 13, ponto 13.3	<ul style="list-style-type: none"> • ONU, 2024, Agenda 2030
B3	Indicação do Nível de Seca	“As autarquias locais prosseguem as suas atribuições através de exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas, designadamente: a) De consulta”	<ul style="list-style-type: none"> • Diário da República n.º 176/2013, Série I de 2013-09-12, Artigo 3º, alínea a
B4	Termómetro Diário	A temperatura é uma das variáveis mais recorrentes para a medição do clima. No caso, os valores médios da temperatura máxima e mínima. A subida dos valores médios da temperatura máxima tende a estar associada à ocorrência dos fenómenos climáticos extremos, consequentes da Crise Climática, abordados na presente dissertação.	<ul style="list-style-type: none"> • IPMA, 2024
B5	Informação sobre a Evolução da Temperatura	“Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas.” ODS 13, ponto 13.3	<ul style="list-style-type: none"> • ONU, 2015
B6	Informação sobre Medidas de Prevenção de Seca	“Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas.” ODS 13, ponto 13.3	<ul style="list-style-type: none"> • ONU, 2015

Quadro III - Avaliação aos *Websites* Autárquicos do Alentejo Litoral
Indicadores do Critério de Conteúdo

2.2.1.3 Critério de Participação

À semelhança do que dois critérios apresentados anteriormente, o critério de participação teve como base o quarto critério presente no relatório de Soares *et al.* (2021), nomeado de ‘Participação’. Assim, o objetivo desenhou-se de forma igual:

“Avaliação na avaliação do tipo e nível de participação e envolvimento que a câmara oferece aos cidadãos.” (Soares *et al.*, 2021, p.16)

No entanto, ao contrário do desenho apresentado em Soares *et al.*, (2021), o Critério de Participação da presente investigação apresentou dois indicadores: Canais de contacto para *feedback*/esclarecimento de dúvidas; Presença nas Redes Sociais.

O indicador C1, ‘Canais de contacto para *feedback*/esclarecimento de dúvidas’, justifica-se não só pelo propósito apresentado por Soares *et al.*, (2021), mais especificamente a função definida para o subindicador iii do referido indicador – tal como referido no Quadro III –, como também, pelos fundamentos teóricos já previamente aprofundados no Capítulo 2 da presente dissertação. São estes:

- o Modelo Simétrico Bidirecional, apresentado por Grunig & Hunt (1984), que aponta para uma perspetiva de diálogo na relação organização-públicos. Este modelo valoriza o recurso ao *feedback* do público como sendo um ponto fulcral para dar indício a organização deve delinear a sua estratégia. Como já referido, o propósito final deverá ser promover o entendimento entre as partes envolvidas;
- o *e-Government* que promove a aplicação de processos que melhorem a eficiência das entidades governamentais, nomeadamente contribuindo para o diálogo entre instituições governamentais e as partes interessadas (Parlamento Europeu, 2015).

O indicador C2, ‘Presença nas Redes Sociais’, encontra base na fundamentação teórica do indicador anterior – Modelo Simétrico Bidirecional (Grunig & Hunt, 1984) e *e-Government* (Parlamento Europeu, 2015). No entanto, diferencia-se do anterior no propósito apontado por Soares *et al.*, (2021) – tal como indicado no Quadro IV.

Critério do Participação- Indicadores	
C1	Canais de contacto para <i>feedback</i> /esclarecimento de dúvidas
C2	Presença nas redes sociais

Indicador		Definição	Fundamento Teórico
C1	Canais de contacto para <i>feedback</i> /esclarecimento de dúvidas	“Avalia a disponibilidade no website da Câmara para [...] os serviços da autarquia” e espaço de Perguntas Frequentes (FAQ – <i>Frequent Asked Questions</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Soares <i>et al.</i>, 2021, p.15 • Modelo Simétrico Bidirecional (Grunig & Hunt, 1984) • <i>e-Government</i> (Parlamento Europeu, 2015)
C2	Presença nas redes sociais	“Avalia a existência de presença da Câmara em redes sociais, tais como <i>Facebook, X, Instagram, Youtube</i> , outras”.	<ul style="list-style-type: none"> • Soares <i>et al.</i>, 2021, p.15 • Modelo Simétrico Bidirecional (Grunig & Hunt, 1984) • <i>e-Government</i> (Parlamento Europeu, 2015)

Quadro IV - Avaliação aos *Websites* Autárquicos do Alentejo Litoral
Indicadores do Critério de Participação

2.2.2 Métricas de contabilização dos indicadores

A análise aos *websites* autárquicos, no que respeita à contabilização das métricas, teve como base a “regra de valoração” dos subindicadores apresentada no relatório de Soares *et al.* (2021). Desta forma, foram estabelecidos quatro níveis, tendo estes a seguinte interpretação:

- **1** – se foi identificada a existência de todos os elementos
- **0,5** – se foi identificada a existência de dois ou três elementos
- **0,25** – se foi identificada a existência de apenas um dos elementos
- **0** – se não foi identificada a existência de nenhum elemento

2.3 Entrevistas e Inquérito por Questionário Aberto

Após a análise de conteúdos dos *Websites* Autárquicos, prosseguiu-se com as entrevistas e aplicação do inquérito por questionário aberto, pois, neste ponto, já haveria sido possível obter algumas informações sobre o tipo de comunicação que cada município faz sobre o tema em estudo.

A entrevista é um dos métodos mais privilegiados em pesquisas de contacto diretos com o objeto de estudo (pesquisas de campo) (Pádua, 2002), isto porque, “[...] os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humano.” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p.191). Dado este amplo uso das entrevistas em investigações, nomeadamente académicas, o entendimento geral da metodologia pode ser identificado como uma vantagem para o investigador, “A maioria de nós está familiarizado com o termo entrevista, pelo que, [o investigador] ao recrutar participantes para o seu estudo, estes saberão o que esperar.”¹⁰⁴ (Cassell & Cassell, 2015, p.74).

Autores como Salvador (1980) *cit in* Rosa & Arnoldi (2017) concordam com a tese de que as entrevistas são uma técnica usual e válida quando os investigadores procuram consolidar, de forma segura e credível, as informações encontradas noutras fontes, aprofundar informação encontrada *a priori* ou ter acesso a informação não presente nas demais fontes, como fontes documentais. É por esta razão que esta técnica é geralmente reconhecida como sendo imprescindível na recolha de dados para o estudo de objetos das ciências sociais (Ibidem, 2017). Assim, pode definir-se entrevista, no enquadramento de investigação de cariz académico, como “técnica formal através da qual um investigador solicita dados verbais evidentes a um informador conhecedor”¹⁰⁵ (Remenyi, 2011, p.1). Na presente dissertação, recorreu-se à aplicação de uma entrevista guiada, ou seja, uma entrevista com assente num guião, isto é, a seleção *a priori* dos temas a serem abordados e à formulação das questões (Patton, 1990, *cit in* Rosa & Arnoldi, 2017).

De notar que perante a impossibilidade de uma entrevista, a autora do presente estudo recorreu à aplicação de um inquérito por questionário aberto. O inquérito por questionário aberto “utiliza questões de resposta aberta. Este tipo de questionário proporciona resposta de maior profundidade, ou seja, dá ao inquirido uma maior liberdade de resposta, podendo estar redigida pelo próprio” (Sá e Silva, 2018, p.41).

¹⁰⁴ “[...] most of us are familiar with the term interview and with what the expectations surrounding an interview are, so when recruiting participants to your study they will know what to expect.” (Cassell & Cassell, 2015, p. 74).

¹⁰⁵ “[interview is] a formal technique whereby a researcher solicits verbal evidence or data from a knowledgeable informant.” (Remenyi, 2011, p.1).

A escolha dos entrevistados deve ser cuidadosa de modo a ser uma “representação significativa do grupo social que se pretende analisar, tal como defendido por Guerra (2006). Para o presente estudo foram contactados, via email, os gabinetes de comunicação dos Municípios do Alentejo Litoral. Os contactos foram procedidos para os endereços eletrónicos gerais ou específicos de cada gabinete, disponíveis nos respetivos websites municipais. Neste sentido, no primeiro contacto, foi concedida, ao grupo de amostra, uma breve introdução, do tema do estudo e o pedido de realização da entrevista [ver Documento IV nos Apêndices]. De notar que a posterior contextualização do estudo foi realizada através da ‘Declaração do Uso de Informação’ – com reforço no início da entrevista, via plataforma Zoom, - documento para o qual foi requerida a assinatura a todos os entrevistados. O presente documento serve como apresentação do intuito do estudo e finalidade do mesmo, assim como prova de consentimento da gravação – quando aplicável – arquivo, tratamento e publicação das informações resultantes da entrevista, para fins académicos [ver Declaração I, II e III nos Apêndices]. O documento do inquérito por questionário aberto aplicado ao Município de Alcácer do Sal tinha igualmente integrado de uma contextualização e pedido de identificação do entrevistado [ver Declaração IV nos Apêndices].

Assim sendo, os contactos com as respetivas entidades tiveram as seguintes especificidades [ver Quadro V abaixo]:

Cronologia de contactos com as Autarquias						
Nome	1º Contacto	Follow-up¹⁰⁶	Validação	Dia de Entrevista	Duração da Entrevista	Formato
Alcácer do Sal	2 de Setembro de 2024	Não Aplicável	Sim	13 de Setembro de 2024	Não Aplicável	Entrevista (Respostas por Escrito)
Grândola	2 de Setembro de 2024	Sim	Não	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Santiago do Cacém	2 de Setembro de 2024	Sim	Sim	13 de setembro de 2024	18 minutos 57 segundos	Videochama da Plataforma Zoom

¹⁰⁶ Reforço do primeiro contacto, via email ou chamada telefónica.

Sines	2 de Setembro de 2024	Sim	Não	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Odemira	2 de Setembro de 2024	Sim	Sim	16 de outubro 2024	23 minutos e 34 segundos	Videochama da Plataforma Zoom

Quadro V – Cronologia de contactos com as Autarquias

Tal como perceptível no Quadro V, foi possível proceder à realização da entrevista com duas Autarquias – Santiago do Cacém e Odemira – e à obtenção das respostas via inquérito por questionário de uma Autarquia – Alcácer do Sal. As restantes Autarquias – Grândola e Sines – não se demonstraram colaborantes com o estudo.

O quadro abaixo [ver Quadro VI] identifica os entrevistados:

Identificação dos Entrevistados/Inquiridos		
Nome	Cargo/Função	Autarquias
Ana Isabel Martins Mendes	Técnica Superior de Comunicação no Gabinete de Comunicação	Autarquia de Alcácer do Sal
Maria Teresa dos Santos Pereira Chaves	Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem	Autarquia de Santiago do Cacém
Isabel Maria Guilherme Costa Vilhena Ramos da Silva	Chefe de Divisão do Gabinete de Comunicação	Autarquia de Odemira
Luís Carlos Afonso dos Santos Guerreiro	Secretário de Apoio à Vereação	Autarquia de Odemira

Quadro VI – Identificação dos Entrevistados/Inquiridos

2.3.1 Guião das Entrevistas/Inquérito por Questionário Aberto

A análise temática assenta na estruturação do conteúdo da entrevista e inquérito por questionário aberto através do agrupar dos conceitos em temas e subtemas (King & Horrocks, 2010). A visualização da análise temática pode apresentar diversas formas, tais como a

organização numérica que permitirá criar um sistema de classificação por níveis dos respetivos temas (Ibidem, 2010).

O guião da entrevista deve estar assente na transparência dos grandes temas que se pretende dar cobertura (domínios) e ter uma fundamentação teórica sólida para garantir uma maior adequabilidade à pessoa entrevistada. Deste modo, permitir-se-á a flexibilização da conversa, que contribui para a perceção do posicionalmente do entrevistado face a determinados assuntos (Sá *et al.*, 2021).

Prosseguindo com a procura de resposta à pergunta que motiva a presente investigação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas – entrevistas com perguntas previamente definidas, mas com flexibilidade para a fluidez da conversa - aos técnicos municipais responsáveis pela comunicação das autarquias em análise – Santiago do Cacém e Odemira – e um inquérito por questionário aberto aplicado à autarquia de Alcácer do Sal.

As questões efetuadas foram agrupadas em três categorias:

i) Plano de Comunicação de Crise

ii) Ferramentas de Comunicação Autárquica

iii) Perceção do Nível de Conhecimento e Consciencialização dos Municípes

3.1.1.1 Categoria de Plano de Comunicação de Crise

As questões integradas na primeira categoria, “Plano de Comunicação de Crise”, foram formuladas com o intuito de entender se os municípios, em análise na presente investigação, reconhecem a importância da comunicação de crise e a aplicação estratégica da mesma. Para tal, é fundamental entender se existe um plano de comunicação específico para situações de crise relacionadas com fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática. Tal como referido por Coombs (2007) a gestão estratégica de uma crise permite eliminar ou mitigar as consequências negativas provenientes da mesma. Esse planeamento, sendo estratégico, deve ter como base um processo de diagnóstico (procedimento da fase de pré-crise) e de estabelecimento de regras e ações a serem concretizadas, ou seja, um plano de gestão de comunicação crise (Fearn-Banks, 2017).

Nesta categoria estão contempladas as seguintes oito questões abaixo [ver Quadro VII]:

Plano de Comunicação de Crise		
Dados/Fontes	Base Teórica	Questões
• ODS 13º (Agenda 2030, ONU)	“ODS 13 – Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos: 13.1. Reforçar a	Q.1. Perante fenómenos como incêndios e secas como encara a importância da comunicação autárquica na promoção da

<ul style="list-style-type: none"> • Vertente informativa da comunicação municipal (Brown <i>et al.</i>, 2013) 	<p>resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países; 13.3. Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas” (Agenda 2030).</p> <p>A vertente informativa da comunicação municipal sincroniza-se com o apelo de consciencialização e sensibilização para a crise climática. A disponibilização de informação sobre os serviços promove o bem-estar das comunidades e pessoas (Brown <i>et al.</i>, 2013)</p>	<p>segurança e bem-estar da população?</p>
<ul style="list-style-type: none"> • ODS 6º (Agenda 2030, ONU) • ODS 11º (Agenda 2030, ONU) • Importância do plano de comunicação de crise (Coombs, 2007) • A importância da multidisciplinidade da equipa (Ruff & Aziz, 2016) 	<p>“ODS 6 – Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável de água potável e do saneamento para todos</p> <p>6.6. Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão de água e do saneamento” (Agenda 2030)</p> <p>“ODS 11 – Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e</p>	<p>Q.2. Que ações de comunicação concretas face à prevenção de incêndios existem preparadas para os municípios? E para outros fenómenos climáticos de seca extrema, vaga intensa de calor, etc.?</p> <p>Q.2.1. Por exemplo, a Câmara Municipal desenvolve ações de racionalização do consumo de água e de práticas de</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Transparência, credibilidade e rapidez na transmissão de mensagens em cenário de crise (Bueno, 2018). 	<p>sustentáveis: 11.b “Até 2020, [...] desenvolver e implementar [...] a gestão holística do risco de desastres, a todos os níveis” (Agenda 2030)</p> <p>A comunicação concreta, isto é, que responde às necessidades dos municípios deve ser concreta e rigorosa, pois será um dos veículos a transmitir a credibilidade da informação -e, conseqüentemente, da autarquia – que reforçará a relação com os públicos (Brown <i>et al.</i>, 2013).</p> <p>Perante fenômenos perigosos – como incêndios – que exigem a ação rápida é essencial que as informações sejam diretas, credíveis e claras. Exemplos dessas mensagens são relacionadas com procedimentos de evacuação, reconhecimento de locais de assistência e socorro, linhas telefônicas com as autoridades locais, entre outras (Bueno, 2018).</p>	<p>agricultura sustentável para os municípios? Como é feita a comunicação dessa iniciativa?</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Importância de estabelecer um Plano de Comunicação de Crise (Coombs, 2007) • Multidisciplinaridade da equipa de gestão de 	<p>Plano de gestão de crise, ou seja, assiste-se ao estabelecer de todas as regras e ações a serem concretizadas na iminência da ocorrência de uma crise (Coombs, 2007).</p>	<p>Q.3. A autarquia tem um plano de comunicação preparado para ser aplicado na prevenção e perante a ocorrência de fenômenos ambientais?</p> <p>Q.3.1 [Perante resposta Positiva] Como foi desenhado</p>

<p>crise (Ruff & Aziz, 2016)</p>	<p>Ruff & Aziz (2016) sugerem a multidisciplinidade da equipa, para que esteja presente um especialista de cada área da organização o que permitirá desenvolver planos mais realísticas.</p>	<p>esse plano de crise? Existe uma equipa multidisciplinar? Pode explicar como tudo se processa e quais os recursos a serem acionados?</p> <p>Q.3.2 [Perante resposta Negativa] Quer dizer que a autarquia não considerou um Plano de Comunicação de Crise no caso da ocorrência de fenómenos naturais extremos?</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Índice de Envelhecimento no Alentejo Litoral (Portada, 2024). • Etapa formativa da investigação (Grunig & Hunt, 1984; Grunig & Hunt, 2007). 	<p>De acordo com dados da Pordata – Base de Dados Portugal Contemporâneo – da Fundação Francisco Manuel dos Santos, o rácio de percentagem de população idosa por 100 jovens, em 2023, foi de: 288,7% em Alcácer do Sal; 219,5% em Grândola; 211,9% em Odemira; 238,6% em Santiago do Cacém; e 161,4% em Sines [Tabela XI nos Apêndices] (Portada, 2024).</p> <p>A investigação formativa atua como um instrumento de planeamento e definição de objetivos, ou seja, são recolhidas informações do perfil do público para quem se pretende direccionar a mensagem – como características e necessidades – para que a mesma seja adequadamente assente nestas especificidades, percebendo o nível de aceitação</p>	<p>Q.4. Dado o número elevado de idosos na região do Alentejo, a Câmara Municipal tem alguma atenção específica na sua comunicação com este grupo etário que pode, eventualmente, apresentar maior fragilidade perante fenómenos com incêndios e secas?</p>

	e tolerância do público (Grunig & Hunt, 1984; Grunig & Hunt, 2007).	
--	---	--

Quadro VII – Questões da Categoria ‘Plano de Comunicação de Crise’

3.1.1.2 Categoria de Ferramentas de Comunicação

A segunda categoria, “Ferramentas de Comunicação”, agrega questões que pretendem explorar quais as ferramentas de comunicação privilegiadas pelas autarquias. Aqui podemos considerar a relação com os media e os dispositivos de divulgação de informação em formato online ou offline. Tal como destacado por Coombs (2007), a relação com os media tem considerável importância, pois estes são eficazes e credíveis veículos de difusão de informação. No caso de ferramentas relacionadas com as TIC, como websites, ou de suportes *offline*, como folhetos, também estes são veículos de divulgação de informação. A divulgação de informação, quando pautada pela honestidade e seriedade, contribuir significativamente para a transparência das informações (Silva *et al.*, 2018).

Nesta categoria estão contempladas as quatro questões seguintes [Quadro VIII]:

Ferramentas de Comunicação Autárquica		
Dados/Fontes	Fundamentação Teórica	Questões
<ul style="list-style-type: none"> • Relação com os media (Coombs, 2007). 	<p>Os media são um dos principais veículos de disseminação da informação sobre o fenómeno (Coombs, 2007). Para evitar cenários de criação de <i>fake-news</i>, é fundamental que os profissionais de comunicação mantenham uma boa relação com os jornalistas (Gama, 2000).</p>	<p>Q.5. A Câmara Municipal privilegia o contato com os órgãos de comunicação social, nomeadamente regionais, na disseminação de informação em situações de crise ambiental face a fenómenos extremos?</p> <p>Q.5.1 [Perante resposta positiva do plano de comunicação de crise] Existe algum Plano de Prevenção preparado que regularmente seja disseminado com apoio desses meios regionais?</p>
<ul style="list-style-type: none"> • A transparência na Administração 	<p>A divulgação da informação contribuiu significativamente de</p>	<p>Q.6. Quais são as ferramentas de comunicação mais utilizadas pela</p>

Pública (Silva <i>et al.</i> , 2018)	forma positiva para a eficiência dos resultados e para a transparência das informações (Pires, 2012, cit in., Silva <i>et al.</i> , 2018)	Autarquia? Revista Mensal? Websites? Folhetos? Q.7. Qual a ferramenta de comunicação privilegiada em situações de alerta?
--------------------------------------	---	--

Quadro VIII – Questões da categoria ‘Ferramentas de Comunicação Autárquica’

2.3.1.3 Categoria de Percepção do Nível de Conhecimento e Consciencialização dos Municípios

A terceira e última categoria, “Percepção do Nível de Conhecimento e Consciencialização dos Municípios”, visa entender, ainda que num nível superficial, qual a percepção que os responsáveis pelos gabinetes de comunicação dos referidos Municípios têm do público-alvo dos esforços comunicacionais no âmbito da temática em estudo.

Nesta categoria estão contempladas as seguintes três questões [ver Quadro IX abaixo]:

Percepção do Nível de Conhecimento e Consciencialização dos Municípios		
Dados/Fontes	Fundamentação Teórica	Questões
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do Impacto das Ações e Campanhas do SGIFR – Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF, 2021). 	<p>O Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) desenvolveu um barómetro que pretende avaliar o impacto que as campanhas dos incêndios rurais tinham no nível de entendimento e consciência das populações impactadas pelas mesmas. Entre as dimensões avaliadas este “A população está mais sensibilizada para o tema?” e “Mais informação/comunicação, ações de sensibilização”.</p>	<p>Q.8. Considera que os seus municípios estão bem informados sobre os fenómenos climáticos extremos que os podem atingir?</p> <p>Q.8.1. [Perante resposta positiva] Então, numa situação dessas, todo o município está preparado para atuar em conjunto com o envolvimento da população?</p> <p>Q.8.2. [Perante resposta negativa] Então, como é garantida a segurança da população se esta não está preparada para reagir?</p>

Quadro IX – Questões da categoria ‘Percepção do Nível de Conhecimento e Consciencialização dos Municípios

2.3.2 Processo de Análise

Após a realização das entrevistas procedeu-se à transcrição das mesmas. No que respeita ao inquérito por questionário aberto procedeu-se à leitura das respostas. Após estes processos, procurou-se filtrar as respostas de cada Autarquia, de acordo com o quadro de métricas, que integra as categorias e subcategorias.

2.3.2.1 Métricas de Análise das Entrevistas/Inquérito por Questionário Aberto

Indo ao encontro das categorias estabelecidas na formulação das questões, foi criado o seguinte quadro de análise [Quadro X] – aplicado a cada Autarquia:

Métricas de Análise das Entrevistas/Inquérito por Questionário Aberto		
Categorias	Subcategorias	Dados/Fontes
Plano de Comunicação de Crise	Importância da Comunicação Autárquica	<ul style="list-style-type: none">• ODS 13º (Agenda 2030, ONU)• Vertente informativa da comunicação municipal (Brown <i>et al.</i>, 2013)
	Ações de Comunicação	<ul style="list-style-type: none">• ODS 6º (Agenda 2030, ONU)• ODS 11º (Agenda 2030, ONU)• Importância do plano de comunicação de crise (Coombs, 2007)• A importância da multidisciplinidade da equipa (Ruff & Aziz, 2016)• Transparência, credibilidade e rapidez na transmissão de mensagens em cenário de crise (Bueno, 2018).
	Existência de um Plano de Comunicação	<ul style="list-style-type: none">• Importância de estabelecer um Plano de Comunicação de Crise (Coombs, 2007)

	Existência de uma equipa multidisciplinar	<ul style="list-style-type: none"> • Multidisciplinaridade da equipa de gestão de crise (Ruff & Aziz, 2016)
	Recursos a serem acionadas em situações de crise	<ul style="list-style-type: none"> • Importância de estabelecer um Plano de Comunicação de Crise (Coombs, 2007)
	Comunicação com idosos	<ul style="list-style-type: none"> • Índice de Envelhecimento no Alentejo Litoral (Portada, 2024). Etapa formativa da investigação (Grunig & Hunt, 1984; Grunig & Hunt, 2007).
Ferramentas de Comunicação Autárquica	Contacto com os OCS	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com os media (Coombs, 2007).
	Ferramentas de Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • A transparência na Administração Pública (Silva <i>et al.</i>, 2018)
Perceção do Nível de Conhecimento e Consciencialização dos Municípios	Perceção de informação dos Municípios	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do Impacto das Ações e Campanhas do SGIFR – Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF, 2021).

Quadro X – Métricas de Análise das Entrevistas/Inquérito por Questionário Aberto

Por fim, foram comparadas as informações entre cada Autarquia, procurando perceber as semelhanças e diferenças entre cada contexto.

PARTE IV_PARADIGMA DA CODIFICAÇÃO: RECOLHA E TRATAMENTO RESULTADOS

1. Enquadramento das Autarquias do Alentejo Litoral

O Alentejo Litoral, região situada no sudoeste da Região Alentejana de Portugal, tem uma extensão territorial total de 5.309,41 km² e é composto por 5 municípios: Alcácer do Sal; Grândola; Odemira; Santiago do Cacém e Sines (INE, 2023) [Figuras VII e VIII nos Apêndices].

Por se situarem na parte sul do território português, zona em que estão integradas as referidas autarquias (Alentejo), em geral, caracteriza-se pelo seu clima mediterrâneo, ou seja, por ter verões com temperaturas elevadas e baixa precipitação e por ter invernos com temperaturas baixas e elevada precipitação, “com as respetivas amplitudes e intensidade a aumentar no sentido litoral para o interior” (ICNF, s.d, p.13). Sendo possível destacar um aumento na temperatura quando comparada com outros períodos na História, tal como salientado no Capítulo I sobre a Crise Climática, “[...] este aumento deverá situar-se, genericamente, entre os 0,5°C e 1°C, sendo que em alguns meses do verão e, sobretudo, na parte final do verão e na transição para o outono, este aumento tenderá a exceder mesmo 1°C, sendo mais vincado nas médias temperaturas máximas.” (ICNF, s.d, p.13).

No que respeita, em específico à região do Alentejo Litoral, de acordo com a janela temporal apresentada pelo IPMA (2016) *cit in* ICNF (s.d) o mês de janeiro - considerado o mês mais frio do ano - caracteriza-se por apresentar uma temperatura média de 10,10°C, enquanto, por sua vez, o mês de agosto – considerado o mês mais quente do ano – caracteriza-se por apresentar uma temperatura máxima de 24,25°C.

No que refere à percentagem de precipitação, o mês de dezembro demonstra ser o mais chuvoso com precipitação média acumulada de 109,85 mm. Pelo contrário, o mês de julho é referido como o mais seco por apresentar uma precipitação média acumulada de 2,69 mm (ICNF, s.d).

1.1 Enquadramento Estatístico

Autarquia	Distrito	Nº Habitantes (2023)¹⁰⁷ (INE, 2023)	Nº Freguesias	Km² de Área (2022) (INE, 2022)	População +/- 65 anos (2023) (INE, 2023)
Alcácer do Sal [Figura IX nos Apêndices]	Setúbal	11 082	4*	1 500	32,3%
Grândola [Figura X nos Apêndices]	Setúbal	14 165	4**	826	27,4%
Odemira [Figura XI nos Apêndices]	Beja	33 124	13***	1 721	22,2%
Santiago do Cacém [Figura XII nos Apêndices]	Setúbal	28 246	8****	1 060	29,9%
Sines [Figura XIII nos Apêndices]	Setúbal	14 771	2*****	203	23,3%

Tabela X – Enquadramento Estatístico das Autarquias

*Freguesia da Comporta; Freguesia de São Martinho; Freguesia do Torrão; União de Freguesias de Alcácer do Sal (Câmara Municipal Alcácer do Sal, s.d)

**Freguesia de Melides; Freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra; Freguesia de Carvalhal; Junta de Freguesia de Azinheira dos Barros e S. Mamede de Sádão (Câmara Municipal de Grândola, 2023)

***Freguesia de Vila Nova de Milfontes; Freguesia de Longueira/Almograve; Freguesia São Teotónio; Freguesia Sabóia; Freguesia Santa Clara-a-Velha; Freguesia Boavista dos Pinheiros; Freguesia Luzianes- Gare; Freguesia São Salvador e Santa

¹⁰⁷ De acordo com o método de classificação dos municípios apresentado no “Método de Avaliação da Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesa” de Soares *et al.*, (2021), as autarquias em ótica enquadram-se na Classe A, “Classe A – População superior a 100.000 habitantes (municípios grandes)” (Soares *et al.*, 2021, p.11).

Maria; Freguesia São Luís; Freguesia São Martinho das Amoreiras; Freguesia Relíquias; Freguesia Colos; Freguesia Vale de Santiago (Câmara Municipal Odemira, s.d)

****Freguesia Abela; Freguesia de Alvalade; Freguesia de Cercal do Alentejo; Freguesia de Ermidas-Sado; Freguesia de Santo André; Freguesia de São Francisco da Serra; União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra; União de Freguesia de São Domingos e Vale de Água (Câmara Municipal de Santiago do Cacém, s.d)

*****Freguesia de Sines e Freguesia de Porto Covo (Câmara Municipal de Sines, s.d)

De acordo com os dados presentes na tabela é possível aferir que, de entre as Autarquias em análise na presente dissertação, a autarquia de Odemira é a que apresenta um número mais elevado de população residente, 33 124 habitantes, sendo, igualmente, a autarquia como maior extensão territorial, 1 721 km², e com maior número de freguesias, 13 no seu total. No entanto, é de notar que a autarquia com percentagem mais elevada de população igual a superior aos 65 anos não é necessariamente a que apresenta maior densidade populacional ou extensão territorial, no caso, no que respeita à população idosa, a autarquia de Alcácer do Sal distingue-se das demais com 32,3% de população +/- de 65 anos.

Nas referidas autarquias é possível destacar as seguintes individualidades territoriais que podem afetar diretamente os fenómenos climáticos extremos em análise:

- **Autarquia de Alcácer do Sal:** Reserva Natural do Estuário do Sado¹⁰⁸. Esta reserva tem uma extensão de 23.160 hectares, composta, maioritariamente, por zonas húmidas com canais, esteiros e sapais (Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2022).
- **Autarquia de Grândola e Autarquia de Santiago do Cacém:** Serra de Grândola. Este conjunto de terrenos com relevo consideravelmente acidentado apresenta uma altitude máxima de 326 metros e abrange os concelhos de Santiago do Cacém e de Grândola, tendo uma composição de espécies arbóreas de clima mediterrâneo como pereiras bravas, roseiras bravas, medronheiros, entre outros. (Câmara Municipal de Grândola, s.d)
- **Autarquia de Grândola, Santiago do Cacém e Odemira:** Serra do Cercal. Esta serra, tem altitude máxima de 341 metros, estendendo-se pelos concelhos de Grândola, Santiago do Cacém e de Odemira (Associação de Desenvolvimento do Alentejo Litoral, s.d).

¹⁰⁸ “A Reserva Natural do Estuário do Sado apresenta vários modos de contacto entre a terra e a água, fazendo a transição entre o último relevo estremenho, a serra da Arrábida, e as planícies alentejanas. De grandes dimensões, inclui um troço de rio [Rio Sado], bancos de vasa e areia, salinas – maioritariamente desativadas – belas praias e dunas costeiras, bem como montados, pinhais e áreas agrícolas.” (Natural, s.d).

2. Apresentação e Análise dos Resultados: *Websites* Autárquicos

2.1 Critério de Formato

A análise aos *websites*, na ótica de critério de formato [ver Gráfico I no final da página], permitiu obter as seguintes ilações:

- Ambas as autarquias de Sines e de Odemira totalizaram 9 pontos, o que se traduz na contabilização máxima de pontos em todos os indicadores analisados;
- Em contraste, as autarquias de Grândola e Santiago do Cacém totalizaram 8 pontos cada, tendo ambas somado 0 pontos no indicador A9 (Acesso a partir de canais móveis);
- Em intermédio, a autarquia de Alcácer do Sal totalizou 8,25 pontos. A ausência da totalização da pontuação máxima em todos os critérios deveu-se à soma de apenas 0,25 pontos no critério A6 (Informação geográfica) [ver Imagem I no final da página].

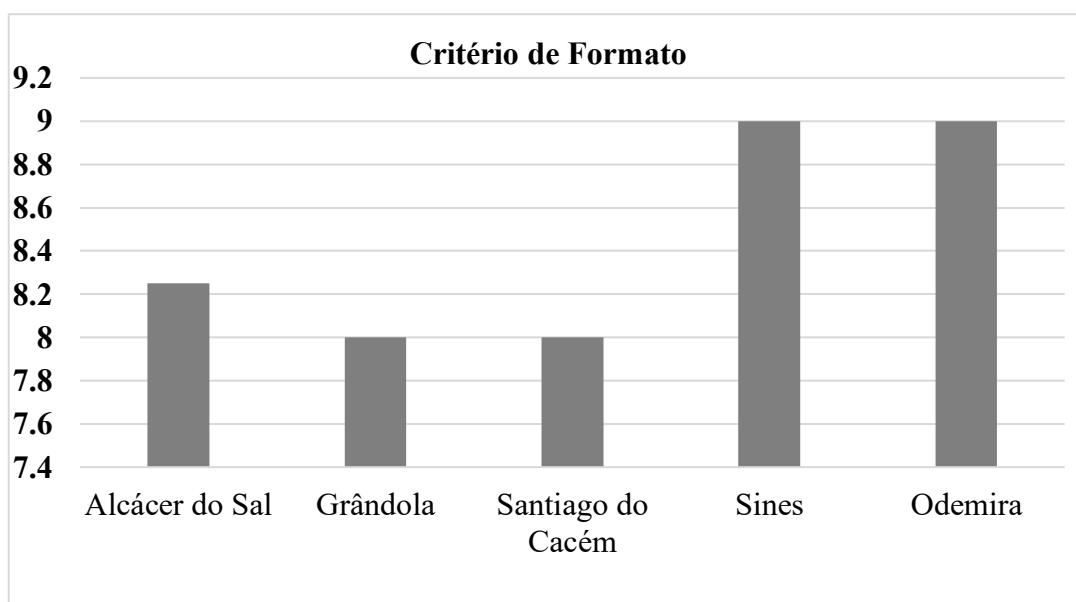


Gráfico I – Avaliação dos *Websites* Autárquicos do Alentejo Litoral: Critério de Formato

Morfologia e geologia

No território do concelho distinguem-se três grandes unidades morfológicas: a planície litoral, o relevo residual do maciço de Sines (que apenas sobressai no Monte Chãos) e a escarpa oriental, que limita a planície litoral e é parte do maciço da Serra do Cercal. A costa, que o cabo de Sines separa em dois setores algo diferenciados - mais arenoso a norte, mais rochoso a sul -, é um outro elemento importante da morfologia. A principal origem de materiais pétreos do território municipal é a pedreira de Monte Chãos, explorando os gabro-dioritos.

Clima

O clima do concelho tem um caráter mediterrânico acentuado, que a influência atlântica modera em alguns aspetos. Assim, verifica-se que o regime termopluviométrico é tipicamente mediterrâneo, mas a variação da humidade do ar (sempre alta ao longo de todo o ano) e a incidência de nevoeiros e neblinas revelam a influência atlântica. Os rumos de ventos que registam maior frequência são o N (dominante no Outono) e NW (dominante no resto do ano). Os ventos dominantes de NW transportam massas de ar marítimo carregadas de humidade.

Imagem I – Informação Geográfica da Autarquia de Sines *Website* da Autarquia de Sines (2024)

2.2 Critério de Conteúdo

A análise aos *websites*, na ótica de critério de conteúdos [ver Gráfico II no final da página], permitiu obter as seguintes ilações:

- A autarquia de Odemira foi a que apresentou destacou-se das restantes, tendo atingido o número mais elevado de ponto, 5 pontos. A totalidade dos pontos não foi atingida, visto que a referida autarquia não somou pontos no indicador B1 (Barómetro do Nível de Incêndio)
- Ambas as autarquias de Santiago do Cacém e Sines totalizaram 4 pontos;
- A autarquia de Santiago do Cacém não atingiu a totalidade máxima de pontos, visto que não somou pontos nos indicadores B2 (Informação sobre Medidas de Prevenção de Incêndio), B5 (Informação sobre a Evolução da Temperatura);
- A autarquia de Sines não atingiu a totalidade máxima de pontos, visto que não somou pontos nos indicadores B3 (Indicação do Nível de Seca) e B4 (Termómetro Diário);
- Por sua vez, as autarquias de Alcácer do Sal e de Grândola apenas totalizaram 2 pontos do teto máximo de 5 pontos;
- A autarquia de Alcácer do Sal não somou pontos nos indicadores B1 (Barómetro do Nível de Incêndio), B2 (Informação sobre Medidas de Prevenção de Incêndios); B3 (Indicação do Nível de Seca), B5 (Informação sobre a Evolução da Temperatura).
- A autarquia de Grândola não somou pontos nos indicadores B3 (Indicação do Nível de Seca), B4 (Termómetro Diário), B5 (Informação sobre a Evolução da Temperatura) e B6 (Informação sobre Medidas de Prevenção de Seca).

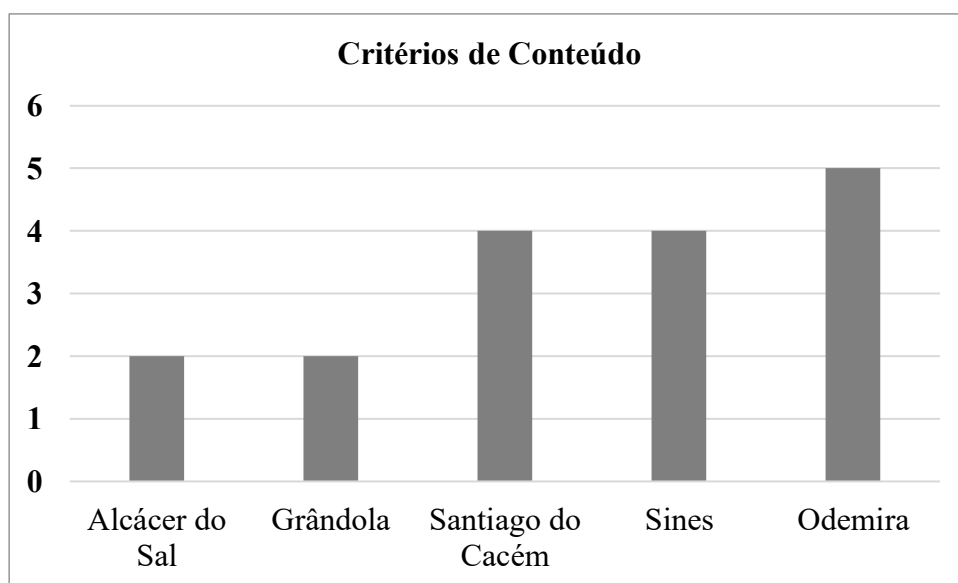


Gráfico II - Avaliação dos *Websites* Autárquicos do Alentejo Litoral: Critério de Conteúdo



Imagem II – Barómetro do Nível de Incêndio da Autarquia de Santiago do Cacém
Website da Autarquia de Santiago do Cacém (2024)

Incêndios Florestais

PREVENÇÃO

Os incêndios florestais são uma das principais catástrofes em Portugal. Constituem uma fonte de perigo para as pessoas e bens, além de provocarem danos ambientais. As causas são muito variadas, mas muitos dão-se por descuido humano. Nos dias mais quentes, com vento e humidade baixa, o risco de incêndio é maior. **Aumente a sua atenção.**

Siga as medidas de prevenção contidas neste folheto e divulgue-as.

SE MORA JUNTO A UMA ÁREA FLORESTAL

- Limpe o mato à volta da sua habitação.
- Separe as culturas com barreiras corta-fogo (por exemplo um caminho).
- Guardie, em lugar seguro e isolado, a lenha, o gasóleo e outros produtos inflamáveis.
- Afaste da madeira, papel, roupa ou outros materiais combustíveis, as velas e candeeiros a petróleo ou a gás.
- Nunca deixe as crianças sozinhas em casa e fechadas à chave. Não as deixe brincar com fósforos ou isqueiros.

Tenha sempre à mão

- Algo com que possa extinguir um foco de incêndio (extintor, mangueira, enxadas, pás).
- Rádio e lanterna a pilhas, pilhas de reserva, material de primeiros socorros e sapatos fortes e isolantes do calor.

Prepare e treine com a sua família

- Um plano de evacuação de sua casa.
- Um ponto de encontro, ou um modo de contacto, para evitar ficarem separados durante um incêndio.

SE FOR PASSEAR À FLORESTA

- Não deite fósforos ou cigarros para o chão.
- Não deite pela janela do automóvel cinzas ou pontas de cigarro.
- Leve a refeição preparada. **Não acenda fogueiras.**
- As fogueiras só podem ser feitas nos locais próprios, e com os seguintes cuidados especiais:
 - remova as folhas secas;
 - ponha um círculo de pedras em redor do fogo;
 - molhe bem o local à volta;
 - mantenha por perto um recipiente com água;
 - vigie-a atentamente;
 - apague-a muito bem com água e terra;
 - nunca faça fogueiras em dia de muito vento;
 - não abandone na floresta nenhum lixo, incluindo garrafas de vidro.

QUEIMADAS E FOGUETES são causas de muitos incêndios florestais.

- É proibido realizar-se queimadas e queima de sobrantes nos espaços rurais durante o período crítico (compreendido, normalmente, de 1 de Julho a 30 de Setembro).
- É proibido o lançamento, durante o período crítico, de quaisquer tipos de foguetes, de balões com mecha acesa e a utilização de fogo de artifício.

A realização de queimadas só é permitida fora do período crítico e desde que o índice de risco de incêndio seja inferior ao nível elevado.

Antes de fazer uma queimada peça autorização à Câmara Municipal e informe-se das condições de segurança junto dos Bombeiros da sua área.

- Não faça queimadas nas proximidades das florestas.
- Diga aos seus vizinhos quando a vai fazer.
- Durante a queimada tenha sempre à mão enxadas, pás, mangueiras e outras ferramentas.

Imagem III – Informação sobre Medidas de Prevenção de Incêndio – edição adultos
Câmara Municipal de Sines (s.d)

Seca

Vamos poupar água?

A água é um recurso natural limitado e essencial à vida. A sua distribuição no planeta, e no nosso país, não é uniforme. A sua falta é um problema mundial.

Com o crescimento da população, o desenvolvimento agrícola e industrial, é cada vez mais difícil satisfazer as necessidades crescentes de água. Sendo a água património comum, cada um de nós deve sentir-se responsável pelo uso que dela faz.

REDUZA O CONSUMO em casa, no local de trabalho ou na escola. Muita água é gasta desnecessariamente porque se julga inesgotável. Se não a desperdiçar hoje teremos mais amanhã.

Siga as recomendações contidas neste folheto e divulgue-as.

CANALIZAÇÃO

- Instale um misturador de água quente e fria nas torneiras, de forma a evitar desperdício de água.
- Não deixe as torneiras a pingar.
- Mantenha em bom estado a canalização de torneiras, autoclismo e máquinas. Mande arranjá-los se perderem água.
- Se um cano rebentar chame de imediato um canalizador.
- Se detectar uma fuga de água na via pública (rua ou jardim) avise a Câmara Municipal ou outra entidade competente.

CASA DE BANHO

- Evite os banhos de imersão.
- Tome duchas rápidas e não deixe a água a correr enquanto se ensaboa.
- Feche a torneira enquanto escova os dentes ou se barbeia.
- Descarregue o autoclismo só quando for necessário.
- Não utilize a sanita como caixote do lixo.
- Reduza a quantidade de água por cada descarga do autoclismo. Para tal coloque no depósito uma garrafa de plástico cheia de água ou opte por um autoclismo com depósito duplo.

COZINHA

- Na compra de electrodomésticos opte pelos de menor consumo de água e electricidade.
- Utilize as máquinas de lavar roupa e loiça com a carga completa. Uma máquina cheia consome menos água do que duas com a carga incompleta.
- Quando tiver pouca quantidade de roupa lave-a à mão. Aproveite alguma água para lavar o chão.
- Se lavar a loiça manualmente utilize a bacia do lava-loiça ou um alguidar. Evite lavá-la em água corrente mas, se o fizer, não deixe a água a correr continuamente. Antes da lavagem pode limpar a loiça e deixá-la "de molho".

JARDIM

- Nunca regue o jardim nas horas de maior calor. Se regar da manhã cedo ou à noite poupa a água que se perde com o calor do sol.
- Se possível faça a rega com água de poços e ribeiros, recupere a água da chuva ou reutilize a de uso doméstico (ex.: de lavagem de fruta e legumes).
- Há plantas que necessitam pouca água, evite regá-las sem necessidade.
- Opte pelo cultivo de plantas naturais da região porque estão melhor adaptadas ao clima.
- Cubra a terra do jardim com casca de pinheiro ou outro material apropriado. Desta forma diminui-se o contacto directo da luz solar com o solo, conservando a humidade da terra.
- Se tiver piscina cubra-a quando não estiver a ser utilizada e limpe o filtro frequentemente.

LAVAGEM DO CARRO

- Reduza o consumo de água na lavagem do carro. Procure lavá-lo com menos frequência.
- Opte por baldes de água; evite a utilização da mangueira mas, caso o faça, feche a torneira quando não estiver a utilizar a água.

Imagem IV – Informação sobre Medidas de Prevenção de Seca – edição adultos
Câmara Municipal de Sines (s.d)

2.3 Critério de Participação

A análise aos *websites*, na ótica de critério de participação [ver Gráfico III no final da página], permitiu obter as seguintes ilações:

- Ambas as autarquias de Grândola e de Odemira totalizaram 2 pontos;
- Seguiu-se a autarquia de Sines que contabilizou, na totalidade, 1,5 pontos, visto que somou apenas 0,5 pontos no indicador C1 (Canais de contacto para *feedback*/esclarecimento de dúvidas) [ver Imagem V na página 105];
- Por sua vez, as autarquias de Alcácer do Sal e Santiago do Cacém totalizaram a mesma pontuação, demonstrando de apenas 0,25 pontos no mesmo indicador C1 (Canais de contacto para *feedback*/esclarecimento de dúvidas);

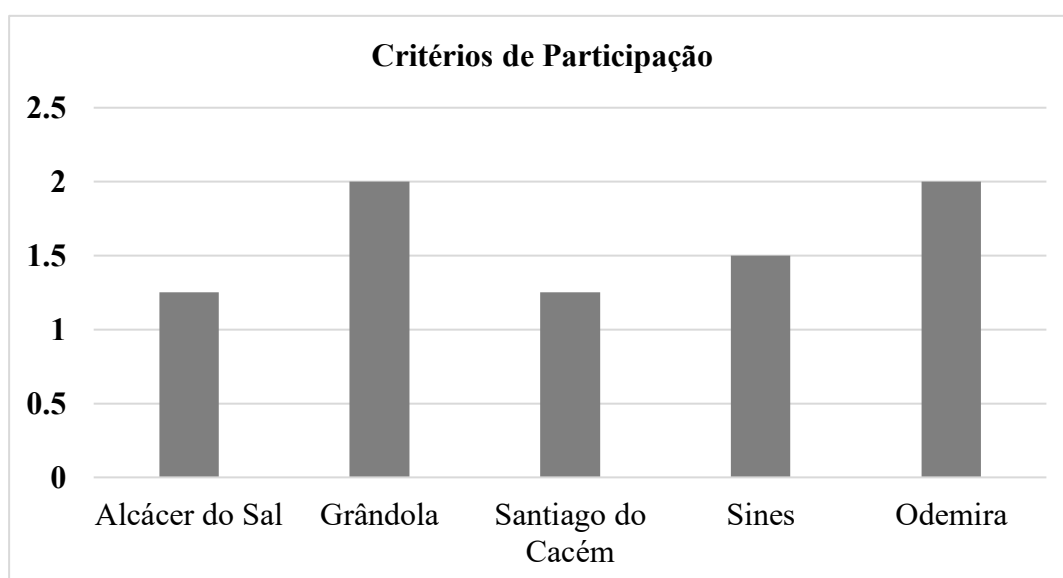


Gráfico III - Avaliação aos *Websites* Autárquicos do Alentejo Litoral: Critério de Participação



Imagem V – Canais de contacto para *feedback*/esclarecimento de dúvidas da Autarquia de Grândola
Website da Autarquia de Grândola (2024)

2.4 Resultados

Autarquias	Pontuação Total
Alcácer do Sal	11,5
Grândola	12
Santiago do Cacém	13,25
Sines	14,5
Odemira	16

Quadro XI – Avaliação aos *Websites* Autárquicos do Alentejo Litoral: Resultados

Em suma, a Autarquia de Odemira reúne a com pontuação total mais elevada dos municípios analisados.

No que respeita aos critérios, o Critério de Conteúdos foi o critério que apresentou maior discrepância no registo de pontuação entre as autarquias analisadas, sendo que entre a autarquia com melhor pontuação e a autarquia com menor pontuação distam 3 pontos. De destacar que no referido critério, o indicador B3 (Indicação do Nível de Seca) foi o que registou maior défice de pontuação, tendo apenas sido detetado na autarquia de Odemira [ver Figura XIV nos Apêndices] e Santiago do Cacém [ver Figura XV nos Apêndices].

3. Apresentação e Análise dos Resultados: Entrevistas e Inquérito por Questionário Aberto

Tal como referido anteriormente, a análise às entrevistas e ao inquérito por questionário aberto foi organizada tendo como cerne as três dimensões presentes na formulação das questões: Plano de Comunicação de Crise; Ferramentas de Comunicação Autárquica e Perceção do Nível de Conhecimento dos Municípios.

Neste enquadramento é possível entender que os Gabinetes das 3 autarquias suprarreferidas – Alcácer do Sal [ver Tabela XII nos Apêndices], Santiago do Cacém [ver Tabela XIII nos Apêndices] e Odemira [ver Tabela XIV nos Apêndices] – revelam privilegiar o papel da comunicação autárquica na difusão de informação educacional, na ótica de prevenção e reacionária, para as respetivas populações sobre os fenómenos em ótica. No caso da Autarquia de Odemira este aspeto foi bastante sublinhado. Isabel Vilhena, Chefe de Divisão do Gabinete de Comunicação da Autarquia de Odemira, realçou o reconhecimento da comunicação autárquica como fonte de extrema importância para a difusão de informação fidedigna e com elevada proximidade às populações. Assim, estas Autarquias revelam estar em concordância com o apontado no ODS 13 (Agenda 2030, ONU) e com a vertente informativa da comunicação autárquica (Braun *et al.*, 2013), pois admitem reconhecer o papel de agente ativo que as organizações – neste caso, autárquicas – têm na vinculação de informação em prol da educação e de comportamentos conscientes de prevenção e atuação face aos referidos fenómenos. No decorrer das entrevistas/inquérito por questionário aberto é notória a atenção que também é dada à heterogeneidade das áreas de competência das equipas (Ruff & Aziz, 2016). A cooperação entre entidade sublinha que os Gabinetes de Comunicação das Autarquias não atuam isoladamente, mas sim integrados num sistema de atuação com as diversas entidades competentes, revelando o cariz multidisciplinar dos profissionais que colaboram para as ações no âmbito da comunicação autárquica. Em conformidade está a menção ao Serviço Municipal de Proteção Civil [SPMC]¹⁰⁹ No entanto, é de destacar que também foram mencionadas entidades que divergiam de Autarquia para Autarquia. No caso da Autarquia de Alcácer do Sal, Ana Mendes, Técnica Superior de Comunicação do Gabinete de Comunicação, revelou, de forma sucinta, que a comunicação autárquica, neste caso, segue também as diretrizes do Setor

¹⁰⁹ “Em cada município existe uma comissão municipal de proteção civil (CMPC), organismo que assegura a nível municipal a coordenação em matéria da proteção civil, cuja composição é definida na Lei de Bases da Proteção Civil.” (DL n.º44/2019, de 01/04, artigo 3º, ponto 1).

de Educação Ambiental Municipal¹¹⁰ - departamento interino da referida Autarquia. A Autarquia de Santiago do Cacém, por sua vez, indicou a presença ativa da Guarda Nacional Republicana [GNR] – na comunicação sobre a temática de incêndios – ao abrigo do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente [SPNA]¹¹¹.

Nos 3 cenários autárquicos foi admitida a existência de um Plano de Crise desenhado estrategicamente para as situações de alerta e iminência de fenómenos, como os destacados na presente dissertação, que colocam em causa a segurança e bem-estar da população (Coombs, 2007). Dizer que os planos referidos têm intervenções ativas das diretrizes preventivas nos planos, com enquadramento legal, obrigatoriamente desenvolvidos pela Proteção Civil¹¹².

No que respeita à abordagem temática dos esforços comunicacionais estes Municípios revelam incluir tanto a temática dos incêndios como da seca – no alinhamento de racionalização do consumo de água.

No âmbito dos incêndios, as referidas Autarquias admitiram ter em atenção a promoção de ações comunicacionais na ótica da prevenção deste fenómeno. O formato de entrevista – possibilitado no contacto com as Autarquias de Santiago do Cacém e de Odemira – permitiram aprofundar a tipologia destas ações. Ambas as Autarquias revelam que vinculam estas informações com o recurso de programas de cariz nacional como ‘Aldeias Seguras, Pessoas Seguras’ e ‘Portugal Chama’, este último apenas referido pela Autarquia de Santiago do Cacém.

No âmbito do fenómeno de seca, como referido previamente, a abordagem este cenário adquire, notoriamente, uma estratégia comunicacional de prevenção nestas Autarquias, uma vez que as informações vinculadas são enquadradas no sentido de apelar à racionalização e uso sustentável do consumo de água (ODS 11º, Agenda 2030, ONU). Numa ótica mais específica, é de destacar que a Autarquia de Santiago do Cacém apontou que comunica anualmente a ‘Campanha de Poupança de Água’ através de, por exemplo, o desenvolvimento de um guia prático de comportamento a serem adotados pelos munícipes [ver Figura XX nos Apêndices].

¹¹⁰ O Setor de Educação Ambiental pertence à Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos do Município de Alcácer do Sal. Esta Divisão também abrange o Setor de Cemitérios, Setor Local do Torrão, Unidade de Espaços Verdes e Higiene Urbana (Setor de Espaços Verdes / Setor de Resíduos de Limpeza) e Unidade de Gestão de Frota (Setor de Gestão de Frota/Setor de Oficina e Mecânica) (Município de Alcácer do Sal, s.d).

¹¹¹ “A GNR, através do SEPNA, constitui-se como polícia ambiental, competente para vigiar, fiscalizar, noticiar e investigar todas as infrações à legislação que visa proteger a natureza, o ambiente e o património natural, em todo o território nacional, sem prejuízo das competências próprias dos vigilantes da natureza. [...] Atividade Diária - A Sensibilização para a proteção da natureza e do Ambiente e para a Defesa da Floresta contra Incêndios; A proteção dos recursos naturais: solo, água e ar” (GNR, s.d)

¹¹² “Compete à câmara municipal, através do SMPC, elaborar o plano municipal de emergência de emergência de proteção civil, os planos municipais especiais de emergência de proteção civil e acompanhar a sua execução.” (Lei nº44/2019, de 01/04, artigo 5º, ponto 1)

Teresa Chaves, Chefe de Divisão de Comunicação e Imagem, indicou que a Autarquia de Santiago do Cacém também aplica esta estratégia de consciencialização dos recursos hídricos, no âmbito da seca, junto da comunidade de agricultores do concelho, em cooperação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA)¹¹³ e a Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA)¹¹⁴. No caso da Autarquia de Odemira, a gestão da água na autarquia foi classificada pelos entrevistados como sendo um assunto de cariz ‘sensível’, o que notoriamente impacta a ação da Autarquia. Deste modo, a comunicação na temática de racionalização do consumo de água é de frequência pontual, mas não deixa de ser integrada na ação comunicacional da Autarquia. A título de exemplo, e tal como descrito no Boletim Autárquico do concelho [Figura XIX nos Apêndices], esta comunicação é aplicada no formato de campanhas, referida por Luís Afonso Guerreiro, Secretário de Apoio à Vereação da Autarquia de Odemira, como a distribuição gratuita de redutores de caudais para colocar nas torneiras¹¹⁵. Isabel Vilhena, Chefe da Divisão do Gabinete de Comunicação da Autarquia de Odemira, apontou para a ambivalência desta campanha revelando que ao diminuir o desperdício de água, o valor da fatura de água também será menor para os municípios – “*oferta de redutores de caudal para reduzir a quantidade de água consumida e depois, obviamente, de água fatura.*”. Por sua vez, a Autarquia de Alcácer do Sal revela a elaboração de exposições de ‘Campanhas de Poupança de Água’. De referir que, apesar de não ter sido mencionado pelo Município, a autora da presente dissertação destaca a presença de um *banner* de comunicação da ‘Campanha de Sensibilização para a Poupança de Água, com o mote “*Água é um recurso finito... todas as gotas contam. POUPE ÁGUA.*”, na assinatura do email [Figura XVIII] nos Apêndices].

A comunicação adaptada a grupos vulneráveis não aparenta estar esquecida na estratégia comunicacional destas Autarquias. Como demonstrado nos dados da Portada, remetentes ao ano de 2024, (Enquadramento das autarquias), a população do Alentejo Litoral apresenta uma elevada percentagem de população idosa, pelo que as ferramentas comunicacionais para este

¹¹³ Agência Portuguesa do Ambiente [APA] “Esta é a agência do Estado que tem como missão a gestão integrada das políticas ambientais e de sustentabilidade [...] A APA tem competências de monitorização, planeamento e avaliação, licenciamento e fiscalização, sendo por isso o principal regulador ambiental em Portugal.” (APA, 2024).

¹¹⁴ Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA) “A EDIA pertencente ao Setor Empresarial do Estado (SEE), é a empresa gestora do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva. [...] Sendo responsável por um instrumento relevante para dinamização da economia [Barragem do Alqueva], posiciona-se como uma referência estratégica, contribuindo para o desenvolvimento, não só da região, mas também do País”. (EDIA, s.d)

¹¹⁵ Campanha que contou com a cooperação ativa das Juntas de Freguesia do Concelho tal como previsto no DL n°44/2019, de 01/04, artigo 7º, alíneas a e b, “As Juntas de Freguesia têm o dever de colaborar com o SMPC, no âmbito das suas atribuições e competências, próprias ou delegadas, designadamente através da promoção de ações em matéria de: a) Prevenção e avaliação de riscos e vulnerabilidade; b) Sensibilização e informação pública”

grupo devem ser delineadas tomando em consideração as especificidades destes grupos. Tal como foi referido por Teresa Chaves, Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem da Autarquia de Santiago do Cacém, “[...] são pessoas [os idosos] que se a informação for só por estes meios [digitais e Boletim Autárquico] não lhes chega. Muitos não sabem ler nem escrever.” Reconhecendo esta carência literacia informática, estes Municípios procuram difundir as campanhas e informações pertinentes através da disponibilização dos Boletins Autárquicos, folhetos em papel e, no caso da Autarquia de Santiago do Cacém, para os analfabetos, através do contacto direto – “porta a porta”. Esta atenção às ferramentas de comunicação também deve ser estrategicamente pensada durante a ocorrência destes fenómenos. Durante os incêndios, as Autarquias reconhecem a importância de atualização das informações nos canais comunicacionais autárquicos tanto de cariz digital – sendo o *Facebook* e o *Instagram* apontados como as plataformas das redes sociais mais mencionadas pela amostra contactada para a presente investigação – com a proximidade e relação com os Órgãos de Comunicação Social (OCS). De destacar que a Autarquia de Santiago do Cacém revelou privilegiar a rádio local¹¹⁶ como ferramenta de comunicação em situação de crise. Tal acontece pela elevada capacidade de cobertura que as ondas Hertzianas – ondas da rádio – conferem, visto que o concelho de Santiago do Cacém identifica regiões com défice de rede, ‘Zonas Negras de Falta de Rede’. De ressaltar que a Autarquia de Alcácer do Sal foi o único a mencionar o recurso a sistemas de envio de SMS aos municípios. Por sua vez, a Autarquia de Odemira especificou a sua relação com os OCS durante situação de ocorrência de incêndio. Neste sentido, a Autarquia de Odemira procura assessorar de forma consistente e próxima os OCS com o intuito de fornecer informações pertinentes (Silva *et al.*, 2018), reforçar a relação com os media (Gama, 2000) e aumentar a rapidez de difusão de informação que estes órgãos conferem (Bueno, 2018) e (Coombs, 2017).

Durante o processo de recolha de informação junto destas autarquias também se procurou saber qual a perceção das mesmas face à avaliação de conhecimento/sensibilização das populações para os referidos temas (AGIF, 2021). Os 3 municípios acreditam que a população está informada sobre os fenómenos em ótica. No entanto, para além de não conseguirem precisar esta perceção, “*Não podemos garantir a 100%, mas da nossa parte, tudo fazemos para que isso aconteça [cooperação dos municípios na prevenção e combate a fenómenos como os incêndios]*”, tal como referido pela Autarquia de Alcácer do Sal. A Autarquia de Santiago do Cacém partilha desta opinião considerando que a população, por vezes, ainda não está totalmente consciente do impacto que estes fenómenos podem causar no normal funcionamento

¹¹⁶ Rádio M24

da vida quotidiana, tanto o exemplo da consciencialização da necessidade de um consumo de água racional, *“As pessoas estão bem informadas, mas, por vezes, não querem acreditar que seja verdade que no dia a seguir não têm água na torneira. [...] ninguém pensa no futuro, só se pensa no imediato.”*, referiu Teresa Chave, Chefe de Divisão de Comunicação e Imagem da Autarquia de Santiago do Cacém. Isabel Vilhena, Chefe de Divisão do Gabinete de Comunicação da Autarquia de Odemira, evidenciou, mais uma vez, a importância que a informação e, nomeadamente, o papel que as entidades responsáveis e os OCS têm para a consciencialização da população sobre estes temas, *“Eu acho que a informação é sempre importante continuar a ser veiculada e continuar a haver essa atitude preventiva da parte das Entidades Públicas porque a informação nunca é em excesso e porque efetivamente os fenómenos extremos acontecem. [...] Portanto, acho que a população está consciente, até por força de toda a informação que é divulgada nos Órgãos de Comunicação Social, mas nunca é demais. Toda e qualquer ação que seja feita para apostar na prevenção é sempre uma mais-valia. [...] também há a situação que o impacto mediático que estes fenómenos, como os incêndios, têm provoca uma reação positiva na população que é REAGIR.”*. Luís Afonso Guerreiro, Secretário de Apoio à Vereação da Autarquia de Odemira, admite também que a consciencialização face a estas temáticas diverge quando se trata de uma população mais rural em comparação com a residente em meios urbanos, *“[...] as pessoas quando vivem no meio rural, como é Odemira, às vezes têm uma sensibilidade diferente para os fenómenos climatéricos e para a prevenção. Isto é, as pessoas lidam com o fogo no dia-a-dia, lidam com a água no dia-a-dia. É diferente e conseguem ter uma maior perceção. É claro que a prevenção é importante e a comunicação faz o trabalho nesse sentido, mas as pessoas conseguem ter um “à vontade” com esses fenómenos que, talvez, na cidade as pessoas não têm tanto porque não estão habituados, preparados, pois não lidam diariamente no meio rural.”*

PARTE V_CONCLUSÃO

Notas Conclusivas

A presente investigação teve como cerne responder à questão de partida, *Como comunicam as Autarquias do Alentejo Litoral face a fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática?*

Tal como apontado no enquadramento metodológico, através da análise de conteúdo realizada aos *websites* autárquicos, das entrevistas e aplicação de inquérito por questionário aberto a elementos e responsáveis dos gabinetes de comunicação das Autarquias em ótica, é possível compreender que as Autarquias do Alentejo Litoral desempenham esforços comunicacionais direcionados para os fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática. As ilações, conseguintes da presente investigação, são mais complexas no que refere às Autarquias de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Odemira, visto que foi possível realizar contacto direto por meio de entrevistas e inquérito por questionário aberto às mesmas. Assim, admitindo este desequilíbrio informacional no presente estudo comparativo é possível responder às seguintes hipóteses enunciadas:

H1: A comunicação autárquica é extremamente relevante, na comunicação de fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática

A primeira hipótese é considerada verdadeira, uma vez que, as duas autarquias entrevistadas e a autarquia inquirida admitiram encarar a comunicação autárquica como sendo um importante veículo de disseminação de informações, nomeadamente, no que refere a fenómenos climáticos extremos. Nas palavras de Isabel Vilhena, chefe de Divisão do Gabinete de Comunicação Autárquica de Odemira, “[...] a comunicação autárquica é fundamental, porque, para além de ser quem está mais próximo das populações, é uma fonte de informações fidedigna. [...] Portanto, a comunicação autárquica tem o papel de informar com maior rigor e transparência em toda e qualquer situação, mas sobretudo em situações de crise.” As Autarquias revelam, assim, concordância com a vertente informativa da comunicação autárquica apontada por Camilo (1998) e imperativa no apelo do ODS 13º que destaca a necessidade de educar e consciencializar a comunidades para as consequências climáticas.

De acordo com o *e-Government* esta vertente comunicativa também está presente – fase informacional –, respeitando o Princípio da Abertura e Transparência. Neste sentido, as autarquias entrevistadas e autarquia inquirida revelaram vincular informação através desta ferramenta. De notar, que mesmo as Autarquias não entrevistadas ou inquiridas – Grândola e Sines – apresentam um *website* em atividade; no entanto, de notar que revelam défice de

conteúdos em algumas temáticas e, em certos casos, a ausência de documentos atualizados e de difícil acesso, exigindo um considerável esforço de pesquisa na ótica do visitante do *website*.

H2: Os gabinetes de comunicação das Autarquias do Alentejo Litoral têm um papel ativo na gestão da comunicação de fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática.

No decorrer da investigação foi possível aferir que a suprarreferida hipótese corresponde à verdade. Isto, pois, todas as Autarquias em análise demonstraram desenvolver um esforço de gestão da comunicação face aos fenómenos em ótica. Algo notório através da análise de conteúdos dos *websites* autárquicos, pois, apesar de nem todas as Autarquias apresentarem a pontuação máxima em todos os critérios analisados, e revelando as falhas anteriormente apontadas, especialmente no que refere ao Critério de Conteúdo, denotam que o recurso a esta ferramenta é um veículo de difusão de informação, contribuindo, assim, para comprovar a digitalização da Administração Pública, o *e-Government* (ONU, s.d). No entanto, é de acrescentar que a colaboração dos Gabinetes de Comunicação, das autarquias entrevistadas e autarquia inquirida, com outras entidades autárquicas como, no caso da Autarquia de Alcácer do Sal, o Setor de Educação Ambiental, são concordantes com a existência da multidisciplinidade das equipas que comunicam estes fenómenos (Ruff & Aziz, 2016; Gama, 2005). Foi também destacada o papel dos gabinetes de comunicação durante a ocorrência dos fenómenos em ótica. A Autarquia de Santiago do Cacém destacou o uso e a importância de canais de difusão de informação, como a rádio, durante a ocorrência desses eventos. Por sua vez, a Autarquia de Odemira sublinhou o esforço de assessoria de imprensa que a referida autarquia adota face aos OCS durante esses eventos, reforçando o destacado por Coombs (2007).

H3: As Autarquias do Alentejo Litoral elaboram e divulgam documentos que promovem a adoção de uma conduta preventiva da parte das populações face a fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática.

Novamente, esta hipótese é de cariz verdadeiro. Tal como verificado na hipótese antecedente, tanto na análise de conteúdos dos *websites* autárquicos como nas entrevistas e no inquérito por questionário aberto realizados, as Autarquias demonstraram que promovem a adoção de uma conduta preventiva por parte da população face aos fenómenos em estudo, visto que, publicam e divulgam documentos desse cariz – verificável na Figura XX [nos Apêndices]. No que respeita à divulgação *online* – entenda-se por meio dos *websites* autárquicos – as Autarquias já divulgaram algum tipo de documentação referente à temática em ótica, no entanto, há a ressaltar um défice de informação – Critério de Conteúdo -, nalguns parâmetros, ou seja, esta documentação não é homogénea entre as Autarquias. Tal é detetado, por exemplo,

na Autarquia de Grândola na qual se verifica a ausência de conteúdos sobre Medidas de Prevenção de Seca (ONU, 2015) e da Indicação do Nível de Seca (Diário da República n.º 176/2013, Série I de 2013-09-12, Artigo 3º, alínea a). No que refere ao fenómeno de incêndios, o exemplo pode ser ilustrado pela Autarquia de Santiago do Cacém, que não apresenta informação sobre Medidas para a Prevenção de Incêndios, na ótica do município (ONU, 2024, Agenda 2030). Como já destacado anteriormente, também é de sublinhar o défice de atualização de alguns dos documentos divulgados e difícil acessibilidade a estes. Contudo, é de relembrar que os canais digitais não são o único canal de informação a ser divulgado pelas Autarquias. As Autarquias entrevistadas e a Autarquia inquirida assumiram o recurso a ações de contacto direto com as populações, nomeadamente com a população mais idosa, tal como apontado por Teresa Chave, Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem da Autarquia de Santiago do Cacém, “*temos uma população, mais no interior [do concelho] mais envelhecida, por isso, temos tem mesmo que ser quase ‘porta a porta’*”. As autarquias entrevistadas destacaram igualmente o recurso a Boletins Autárquicos e Folhetos. A autarquia de Alcácer do Sal destacou as exposições de ‘Sensibilização para o Consumo de Água’ que desenvolve em conjunto com o Setor de Educação Ambiental da autarquia. Por sua vez, a Autarquia de Odemira exemplifica a ação de disponibilizar, “*reductor(es) de caudal para as pessoas colocarem nas torneiras para reduzir a quantidade de água*”, tal como destacado por Luís Afonso Guerreiro, Secretário de Apoio à Vereação da Autarquia de Odemira.

H4: No processo de comunicação autárquica acerca de eventuais fenómenos naturais extremos consequentes da Crise Climática, há lugar a uma participação ativa dos munícipes.

De acordo com os resultados obtidos na presente investigação, esta hipótese também é verdadeira. Algo verificado na visibilidade da disponibilidade dos contactos autárquicos e a presença de canais de contacto para *feedback*/esclarecimento de dúvidas, o que se comprova pelo Critério de Formato e o Critério de Participação, respetivamente (Soares *et al.*, 2021; Grunig & Hunt, 1984; Parlamento Europeu, 2015). No entanto, é de destacar que os resultados da presente investigação não permitem aferir a perceção dos munícipes face estes esforços comunicacionais, algo que poderá ser pertinente avaliar em estudos futuros.

Em suma, e respondendo à questão de partida inicialmente anunciada, as Autarquias do Alentejo Litoral apresentam uma comunicação ativa, de cariz essencialmente preventivo, face a fenómenos climáticos extremos— no caso em análise, incêndios e situação de seca. Estas utilizam os diversos recursos que têm à sua disposição e desenvolvem esforços a fim de realizar o proposto pelo Objetivo da Ação Climática proposto pela *Organização das Nações Unidas* na Agenda de 2030. No entanto, pela heterogeneidade do contacto direto com as autarquias, apenas

é possível perceber em mais detalhe a comunicação desenvolvida pelas Autarquias de Alcácer do Sal, Odemira e Santiago do Cacém.

A autora da presente investigação gostaria ainda de apontar que, perante a rápida evolução da ocorrência destes fenómenos extremos climáticos, continua a ser urgente reconhecer e apostar nos esforços desempenhados pelos profissionais de comunicação e na importância das Relações Públicas na comunicação autárquica direcionada para a Crise Climática nas Autarquias do Alentejo Litoral, assim como em território nacional.

O estudo da comunicação autárquica em Portugal no âmbito da Crise Climática ainda se encontra em estado prematuro pelo que se acredita que o aprofundar desta temática será enriquecedora para toda a comunidade profissional e académica da comunicação, exemplo disso seria entender a perceção dos munícipes face às estratégias de comunicação adotadas pelas Autarquias. Igualmente interessante seria explorar o processo de comunicação, em detalhe, que é realizado entre os departamentos de comunicação e Relações Públicas e de Proteção Civil da Autarquia nas fases pré e durante crise e como e quando acontecem colaborações entre autarquias neste sentido. Neste sentido, poderá ser uma abordagem a considerar o estudo da aplicação do “Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo Litoral (PIAAC-AL)”, documento intermunicipal das Autarquias do Alentejo Litoral que estabelece medidas e objetivos a adotar perante as alterações climáticas, demonstra-se igualmente relevante para a análise da temática em ótica neste estudo.

No que respeita à comunicação digital, seria igualmente relevante procurar desenvolver um manual de boas práticas de comunicação digital, nomeadamente para os *websites* autárquicos, na divulgação de informações sobre as temáticas em ótica na presente dissertação. Uma vez que, a autora verificou o difícil acesso, na maioria dos casos, a informações relevantes para o munícipe, nas temáticas em ótica, na consulta aos *websites* autárquicos.

Outra questão a ser aprofundada em futuros estudos será a pertinência e necessidade de reconhecer como estatuto profissional o papel do gestor de crise.

De salientar, ainda, a dificuldade de entrar em contacto com a maioria das Autarquias, para entrevistas ou esclarecimentos, visto se tratar, em muitos casos, de temáticas consideradas delicadas para estas instituições de poder local, e de ressaltar que, apesar de esta análise ter apenas como amostra as Autarquias do Alentejo Litoral, no entender da autora, este estudo pode ser exemplificativo e representativo das práticas comunicacionais das Autarquias portuguesas perante fenómenos idênticos aos mencionados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abuhamda, A. A. E., Ismail, A. I. & Bsharat, K. R. T., (2021, fevereiro). *Understanding quantitative and qualitative research methods: A theoretical perspective for young researchers*. International Journal of Research, 8(2).

Alvariñas-Villaverde, M. & Juste-Pino, M., (2019, julho). *Fases de un proyecto de investigación cualitativa. Función de la triangulación*. (v.3, pp.23-42) in Brandão, C et al., (2019, julho). *A prática na Investigação Qualitativa: exemplos de estudos*. v.3. Ludomedia.

Alves, M. (2013). *Como escrever Teses e Monografias – Um roteiro passo a passo*. Elsevier Editora, Ltda.

Andrade, S. T. C., (1993). *Para entender Relações Públicas*. Edições Loyola.

Bardin, L., (2016). *Análise de Conteúdo*. Almedina Brasil.

Bell, J., (1993). *Como Realizar um Projecto de Investigação – Um Guia Para a Pesquisa em Ciências Sociais E Da Educação*. Gradiva.

Berger, A. A., (1998). *Media Research Techniques*. 2ª Edição. SAGE Publications, Inc.

Bernays, L. E., (1928). *Propaganda*. Horace Liveright.

Bernays, L. E., (1952). *Public Relations*. University of Oklahoma Press.

Bilhim, J., (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*. SPI – Sociedade Portuguesa da Inovação.

Bittar, T. D., (2012, 10 de janeiro). *O poder da assessoria de comunicação nos momentos de crise*. Universidade Salgado de Oliveira. Repositório da Universidade da Beira Interior.

Brown, J., Gaudin, P. & Moran W., (2013). *PR and Communication in Local Government and Public Services*. KoganPage.

Camilo, M. J. E., (1998). *Estratégias de Comunicação Municipal – Uma reflexão sobre as modalidades de comunicação nos municípios*. Livros LabCom. Universidade da Beira Interior.

Campos, M. F. J., (2017). *Bombeiro civil, defesa civil e gerenciamento de desastres e crises*. Editora intersaberes.

Camps, S., (2017). *Periodismo sobre desastres – Cómo cubrir desastres, emergências y siniestros en medios de transporte*. Eudeba.

Carley, K., (1990). *Content Analysis*. Edinburgh, UK: Pergamon Press.

Cassell C., & Cassell C., (2015). *Conducting Research Interview for Business and Management Students*. SAGE Publications, Inc.

Chan, M. J. & Lee, F. L. F., (2017). *Advancing Comparative Media and Communication Research*. Routledge.

Coccia, M. & Benati, I., (2018, março). *Comparative Studies*. Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance. Springer International Publis.

IPRA (2010, 5 de novembro). *Código de Ética Internacional dos Profissionais de Relações Públicas*. IPRA – Associação Internacional das Relações Públicas.

Código de Lisboa, (1989). *Código Europeu de Conduta de Relações Públicas*. CERP – Conferência Europeia das Relações Públicas.

Coombs, T. W., (2007, 14 de setembro). *Protecting Organization Reputations During a Crisis: The Development and Application of Situational Crisis Communication*. 10(3), Corporate Reputation Review.

Coombs, T. W., (2012). *Ongoing Crisis Communication – Planning, Managing, and Responding*. SAGE Publications, Inc.

Coombs, T. W. and Holladay, J. S., (2010). *The Handbook of Crisis Communication*. Wiley-Blackwell

Corrêa, S. E., (2005, 12 de dezembro). *Comunicação digital: uma questão de estratégia e de relacionamento com públicos*. Revista *Organicom*, 2(3), 94 – 111.

Corrêa, S. E., (2009, 18 de dezembro). *A Comunicação Digital nas organizações: tendências e transformações*. Revista *Organicom*, 9(10-11), 161 – 167.

Coutinho, P. C., (2014). *Metodologia de Investigações em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. 2ª Edição. Almedina.

Creswell, W. J., (2009). *Research Design – Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*. 3ª edição. SAGE Publication, Inc.

Creswell, W. J., (2015). *A Concise Introduction to Mixed Methods Research*. SAGE Publication, Inc.

DGAL, (2022, 21 de outubro). *Código de Ética e de Conduta da Direção Geral das Autarquias Locais*. série 2. nº. 204. parte C. p.161-170. Diário da República.

Dilenschneider, L. R., (2022). *The Public Relations Handbook*. BenBella Books, Inc.

Dooley, M. L., (2002). *Case Study Research and Theory Building*. Advances in Developing Human Resources. SAGE Journals, 4(3).

Drisko, W. J. & Maschi, T., (2016). *Content Analysis*. Oxford University Press.

Drennan, T., L., Dudau, A., Mcconnell, A. & Stark, A., (2024). *Risk and Crisis Management in the Public Sector*. Routledge.

Fearn-Banks, K., (2017). *Crisis Communication – A Casebook Approach*. Routledge.

Flick, U., (2018). *An Introduction to Qualitative Research*. 6ª edição. SAGE Publication, Inc.

- Figueira, J., (2006) *Uma união de facto contemporânea: jornalismo e situações de risco*. nº14. Territorium. RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança.
- Frandsen, F. & Johansen, W., (2017). *Organizational Crisis Communication*. SAGE Publications, Inc.
- Futi, S. A. X. & Bumba, F., (2021). *Metodologia de elaboração de Trabalhos Científicos: uma abordagem de acordo com as normas APA e ABNT*. Editora CRV.
- Gama, G. M., (2000, 28 de janeiro). *Quando o Inferno desce à Terra: a gestão de crise e a sua problemática*. Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Nordeste, Série Comunicação, 14(1-2), 535-542.
- Gama, G., (2005, 20 de dezembro). *Uma situação de crise em estudo de caso*. Comunicação e Sociedade, 8, 141-161.
- Gated, S. & Robert, D., (2018). *A Journey Through Qualitative Research: From Design to Reporting*. SAGE Publications, Inc.
- Given, M. L., (2008). *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods – Volume 1*. SAGE Publications, Inc.
- Global Alliance, (2018). *Global Principles and Code of Ethics for professional public relations and communications practitioners – GA code 2018*. Global Alliance.
- Gonçalves, G., (2010). *Introdução à Teoria das Relações Públicas*. Porto Editora.
- Gonçalves, G., (2019). *A ética profissional das Relações Públicas: uma análise comparativa dos códigos de conduta a partir do caso português cit in* Sebastião, P. S. and Martins, P., (2019). *Ética em Comunicação – Reflexões sobre os atributos, os desafios e as práticas*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa.
- Gouveia, B. L., (2004). *Local E-Government – A Governação Digital na Autarquia*. Coleção Inovação e Governação nas Autarquias. SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação Consultoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A.
- Guerra, C. I., (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo - sentidos e formas de uso*. PRINCIPIA.
- Gower, K. K., (2023). *Public Relations History Impacts the Present and the Future*. in Pompper, D., Place R. K. & Weaver Kay C., (2023). *The Routledge Companion to Public Relations*. Routledge Companion.
- Grunig, E. J. & Hunt, T., (1984). *Managing Public Relations*. CBS College Publishing.
- Grunig, E. J. & Grunig, A. L., (1989). *Toward a Theory of the Public Relations Behavior of Organizations: Review of a Program of Research in Public Relations Research Annual*. vol.1. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Grunig, E. J., (1989, janeiro). *A Situational Theory of Environmental Issues, publics, and activists in* Grunig, E. J. & Grunig, A. L., (1989, janeiro). *Environmental Activism Revisited: The Changing Nature of Communication through Organizational Public Relations, Especial Interest Groups and Mass Media*. The North American Association for Environmental Education.

Grunig, E. J., (1992). *Excellence in Public Relations and Communication Management*. Routledge.

Grunig, E. J. & Grunig, A. L. in Grunig, E. J., (1992). *Excellence in Public Relations and Communication Management*. Routledge.

Grunig, E. J. & Grunig, A. L., (2001). *Auditioning a global or multi-organizational public relations function. Jim and Lauri Grunig's research: A supplement of pr reporter*. 14, 4. cit in Sriramesh, K., Zerfass, A. & Kim, J., (2013). *Public Relations and Communication Management: Current Trends and Emerging Topics*. Routledge.

Grunig, E. J. in Heath, L. R., (2001). *Handbook of Public Relations*. SAGE Publication, Inc.

Grunig, E. J. & Grunig, A. L., (2006). *The Excellence Theory*. Capítulo II in Botan, H. C. and Hazleton, V., (2006) *Public Relations Theory II*. Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Grunig, E. J., Grunig, A. L. & Dozier, M., D., (2006). *The Excellence Theory*. Capítulo II in Botan, H. C. & Hazleton, V., (2006) *Public Relations Theory II*. Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Grunig, E. J. & Hunt, T., (2007). *Dirección de Relaciones Públicas*. Grupo Planeta.

Grunig, E. J. & Kim, J., (2021). *The Four Models of Public Relations and Their Research Legacy*. Capítulo XV in Valentini, C., (2021) *Public Relations*. Volume 27. Handbooks of Communication Science. De Gruyter Mouton.

Grunig, E. J., (2013). *Furnishing the Edifice: Ingoring Research on Public Relations as a Strategic Management Function in* Sriramesh, K., Zerfass, A. & Kim, J., (2013). *Public Relations and Communication Management: Current Trends and Emerging Topics*. Routledge.

Guth, W. D., (1995, junho). *Organizational Crisis Experience and Public Relations Roles*. *Public Relations Review*, 21, 123-136.

Hallahan, K., (2000, inverno). *Inactive publics: the forgotten publics in public relations*. *Public Relations Review*, 26(4).

Heath, L. R., (2001). *Handbook of Public Relations*. SAGE Publications, Inc.

Heath, L. R. & Coombs, T. W. (2006). *Today's Public Relations: An Introduction*. SAGE Publications, Inc.

- Heath, L. R. & O’Hair, O., (2009). *Handbook of Risk and Crisis Communication*. Routledge Communication Series.
- Heide, D. A. E., (1989). *Disaster Response: Principles of Preparation and Coordination*. Center of Excellence in Disaster Management & Humanitarian Assistance.
- Horta, A. & Carvalho, A., (2017). *Climate Change Communication in Portugal*. Oxford Research Encyclopedia of Climate Change, 32.
- ICNF, (s.d). *Programa Regional de Ordenamento Florestal – Alentejo – Capítulo B – Documento Estratégico*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
- Indriunas, C. L., (2023). *Prevenção, gestão e comunicação de crise*. Senac.
- IRGC, (2005). *Risk Governance – Towards an integrative approach*. International Risk Governance Council.
- Isabel, S. & Bailoa, R., (2015). *Analyzing digital capital of Portuguese local governments websites*. Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Instituto Politécnico de Beja.
- John III, S. B. & Pearson E. Y., (2016). *Crisis Communication and Crisis Management*. SAGE Publications, Inc.
- Jonker, J. & Pennink, B., (2010). *The Essence of Research Methodology – A Concise Guide for Master and PhD Students in Management Science*. Springer.
- Kent, L. M. & Taylor, M., (1998, outono). *Building dialogic relationships through the world wide web*. Public Relations Review, 24(3), 321-334.
- King, N. & Horrocks, C., (2010). *Interviews in Qualitative Research*. SAGE Publications, Inc.
- Kovoor-Misra, S., (2020). *Crisis Management - Resilience and Change*. SAGE Publications, Inc.
- Kruger, M. J., (2023). *Metodologia da Pesquisa em Administração: em linguagem descomplicada*. Bagai.
- L’Etang, J., (2008). *Public Relations – Concepts, Practice and Critique*. SAGE Publications, Inc.
- Lima, A. J., (2014). *Por uma Análise de Conteúdo Mais Fiável*. Revista Portuguesa da Pedagogia, 47.
- Lor. J. P., (2019). *International and Comparative Librarianship – Concepts and Methods for Global Studies*. De Gruyter Saur.
- Mar Orozco, E. C., Moreno Barbosa, A. & Molar Orozco, F. J., (2020). *Metodologia de la investigación – Métodos y técnicas*. Patria Educación.
- Marques, C. C. M., (2016, janeiro-junho). *A Governação Pública na Era Digital: O Caso Português*. Observatório Iberoamericano, XIV(27). RIGC.

- Mayring, P., (2021). *Qualitative Content Analysis – A Step-by-Step Guide*. SAGE Publications, Inc.
- McMillan, H. J. & Schumacher, S., (2005). *Investigación educativa*. 5ª edição. Pearson Addison Wesley.
- McLeod, S., (2024, junho). *Mixed Methods Research Guide With Examples*. Simply Psychology.
- Mendes, R. J., Ponce de Leão, I., Bertolami, O.; Mendes, C. M.; Mendes, P. R. & Gonçalves, D. C., (2022). *Green Marble 2022 – Estudos sobre o Antropoceno e Ecocrítica / Studies on the Anthoropocene and EcoCriticism*. Institute dor Anthoropocene Studies.
- Mills, M., van de Bunt, G. G. & Bruijn, J., (2006, setembro). *Comparative Research – Persistent Problems and Promising Solutions*. International Sociological Association, 21(5), 619-621.
- Mills, J. & Birks, M., (2014). *Qualitative Methodology – A Pratical Guide*. SAGE Publications, Inc.
- Morse, M. J. & Niehaus, L., (2016). *Mixed Method Design – Principles and Procedures*. Routledge.
- Motion, J., (2020). *Climate Change Imperatives For Global Public Relations: Who Pays and Who Cares?* in Sriramesh, K. & Vercic, D., (2020). *The Global Public Relations Handbook: Theory, Research and Practice*. 3ª edição. Routledge.
- Neuendorf, A., K., (2017). *The Content Analysis Guidebook*. SAGE Publications, Inc.
- Nicholas, C. & Lence, G., (2022). *Engaging the community – Public Relations is all about People* in Dilenschneider, L. R., (2022). *The Public Relations Handbook*. BenBella Books Inc.
- Pádua, E., (2002). *Metodologia da Pesquisa – Abordagem Teórico-Prática*. Papirus Editora.
- Parlamento Europeu, (2015, setembro). *E-Government – Using technology to improve public services and democratic participation*. EPRS | European Parliamentary Research Services.
- Poupinha, L. & Espanha, R., (2005, dezembro). *A existência net: o valor da net para relação pública/comunicação estratégica*. Comunicação e Sociedade, 8, 209-217.
- Punch, F. K., (2013). *Introduction to Social Research – Quantitative and Qualitative Approaches*. SAGE Publications, Inc.
- Quivy, R. & Campenhoudt, V. L., (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais: Trajectos*. Gradiva.

Remenyi, D., (2011). *Field Methods for Academic Research – Interviews, Focus Groups and Questionnaires in Business and Management Studies*. 3ª Edição. Academic Conferences and Publishing International.

Reynolds, B. & Seeger, M., (2005, fevereiro). *Crisis and Emergency Risk Communication as an Integrative Model*. *Journal of Health Communication*. Routledge, 10, 43-55.

Ribeiro *et al.*, (2020, janeiro – dezembro). *A comunicação de crise em situações de catástrofe: o caso português do incêndio de Pedrogão Grande*. *Revista FAMECOS*, 27, 1-14. Escola de Comunicação, Artes e Design Famecos.

Richardson, F. T., (1988). *Public Relations in Local Government*. Cam Foundation. Heinemann Professional Publishing.

Ritchie, J., Lewis, J., Nicholis, M. C. & Ormston, R., (2003). *Qualitative Research Practice – A Guide for Social Science Students & Researchers*. SAGE Publications, Inc.

Rosa, M. & Arnoldi, M., (2017). *A entrevista na pesquisa qualitativa – mecanismos para validação dos resultados*. Autêntica.

Ruff, P. & Aziz, K., (2016). *Managing Communications in a Crisis*. Routledge.

Sá e Silva, E., (2018). *Como Fazer uma Investigação*. 5 livros.

Sá P., Costa P. A. & Moreira, A., (2021). *Reflexões em torno de Metodologias de investigação: recolha de dados (Vol. 2)*. vol. 2. UA Editora. Universidade de Aveiro.

Santos, A. F. J. & Franzoni, B. M. A., (2020, dezembro). *Os Papéis do Jornalismo em Desastres: Uma Análise com Base na Experiência dos Jornalistas*. HALAC – Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña, 10(3).

Santos, D. F., (2021). *Alterações Climáticas*. Ensaios da Fundação. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Santos, D. J., (2003, janeiro). *Work paper sobre a análise SWOT*. Politécnica.

Schreier, M., (2012). *Qualitative Content Analysis in Practice*. SAGE Publication, Inc.

Sebastião, P. S. & Neto, C., (2019). *Notas Finais*. in Sebastião, P. S. and Martins, P., (2019) *Ética em Comunicação – Reflexões sobre os atributos, os desafios e as práticas*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa.

Smith, R., (2014). *Public Relations: The Basics*. SAGE Publication, Inc.

Silva A., Gonçalves A. J. M., Teixeira S., Silva M. A. & Maia T., (2018, dezembro). *A Transparência na Administração Pública Local: Análise dos Websites da NUTII*. *European Journal of Applied Business Management*, 4, 57-73.

Silva, S., Ruão, T. & Gonçalves, G., (2016, dezembro). *A relevância das novas tecnologias na comunicação organizacional: o caso dos websites nas universidades portuguesas*. Universidade da Beira Interior e do Minho.

Soares, D., Amaral, L., Lameiras, M. & Ferreira, L. M., (2021). *Método de Avaliação da Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas. Versão 6.0*. GAVEA – Observatório da Sociedade da Informação. Universidade do Minho.

Soares, M. F. M. & Ferreira, W. V., (2000). *Atlas Geográfico*. Grande Dicionário Enciclopédico. Clube Internacional do Livro.

Swedish Emergency Management Agency, (2008). *Crisis Communications Handbook*. SEMA'S Educational Series.

Terra, F. C., (2019). *RP Digitais: Cruciais para a Visibilidade e Influência das Organizações in* Porém, E. M., Hidalgo, J. & Yaguache, J., (2019). *Inovações em Relações Públicas e Comunicação Estratégica*. 2ª edição. Ria Editorial.

Ulmer, R. R., Sellnow, L. T. & Seeger W. M., (2011). *Effective Crisis Communication – Moving from Crisis to Opportunity*. SAGE Publications, Inc.

Valin, J. & Gregory, A., (2020) *Ethics Guide to Artificial Intelligence in PR*. Chartered Institute of Public Relation and Canadian Public Relations Society.

Yin, K. R., (2003). *Case Study Research – Design and Method*. 3ª edição. SAGE Publication, Inc.

Zaremba, J. A., (2014). *Crisis Communication: Theory and Practice*. Routledge.

WEBGRAFIA

AGIF, (2021). *Barómetro de Avaliação do Impacto das Ações e Campanhas do SGIFR*. Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. https://www.agif.pt/app/uploads/2021/10/Estudo_de_Opiniao_Fogos_Rurais_-_Sumario_Executivo_2021.pdf

AGIF, (s.d). *Portugal Chama – Por si. Por Todos*. Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. Consultado a 5 de janeiro de 2025 em <https://www.agif.pt/pt/em-destaque/portugal-chama>

Aldeias Seguras, Pessoas Seguras, (s.d). *O que são os Programas “Aldeias Seguras” e “Pessoas Seguras”*. Consultado a 5 de janeiro de 2025 em <https://aldeiasseguras.pt/programa/>

APA, (2021). *Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)*. Agência Portuguesa do Ambiente. Consultado a 17 de fevereiro de 2024 em <https://apambiente.pt/clima/comercio-europeu-de-licencas-de-emissao-cele>

APA, (2024, 19 de dezembro). *Quem somos e o que fazemos*. Agência Portuguesa do Ambiente. Consultado a 10 de maio de 2025 em <https://apambiente.pt/apa/quem-somos-e-o-que-fazemos>

APA, (2023, 15 de março). *Inventário Nacional de Emissões 2023*. Agência Portuguesa do Ambiente. https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/Inventarios/20230421/20230315MemoEmissoes2023.pdf

Associação de Desenvolvimento do Alentejo Litoral, (s.d). *Roteiro do Alentejo Litoral – um contraste harmonioso de paisagens*. https://litoralalentejano.pt/wp-content/uploads/2020/01/roteiro_litoral_alentejano_2013.pdf

Bueno, C. W., (2018, abril-junho). *Gestão da Comunicação em Desastres Ambientais: conflitos de interesse, de práticas e de discursos*. Volume 4, nº2 p. 539 – 569. Revista Observatório. <https://core.ac.uk/download/pdf/267892479.pdf>

Câmara Municipal de Alcácer do Sal, (2022, 8 de fevereiro). *Património Natural: Reserva Natural do Estuário do Sado*. Consultado a 17 de maio de 2025 em <https://cm-alcacerdosal.pt/municipio/concelho/patrimonio/patrimonio-natural/>

Câmara Municipal de Alcácer do Sal, (2022, 4 de março). *Como chegar*. Consultado a 28 de setembro de 2024 em <https://www.cm-alcacerdosal.pt/turismo/como-chegar/>

Câmara Municipal de Alcácer do Sal, (2023, 12 de julho). *Geografia*. Consultado a 28 de setembro de 2024 em <https://www.cm-alcacerdosal.pt/municipio/concelho/geografia/>

Câmara Municipal de Alcácer do Sal, (2024, junho). *Jornal Municipal: Viva o 25 de Abril!*. nº 41. Jornal Municipal. https://issuu.com/imprensa2/docs/jornal_municipal_n_41_-_junho_2024_-_issuu

Câmara Municipal de Alcácer do Sal, (s.d). *Concelho – Freguesia*. Consultado a 17 de maio de 2025 em <https://cm-alcacerdosal.pt>

Câmara Municipal de Grândola, (2023, 12 de julho). *Freguesias*. Câmara Municipal de Grândola. Consultado a 14 de setembro de 2024 em <https://www.cm-alcacerdosal.pt/municipio/concelho/freguesias>

Câmara Municipal de Grândola, (s.d). *Serra de Grândola*. Câmara Municipal de Grândola. Consultado a 28 de setembro de 2024 em <https://www.visitgrandola.com/conhecer/natureza/poi/serra-de-grandola>

Câmara Municipal de Grândola, (s.d). *Mapas, Guias e Roteiros - Mapa da Vila e Concelho de Grândola*. Grândola Turismo. Câmara Municipal de Grândola. Consultado a 28 de setembro de 2024 em <https://www.cm-grandola.pt/mapas>

Câmara Municipal de Odemira, (2016, setembro). *Estratégia de Sustentabilidade Municipal de Adaptação Às Alterações Climáticas de Odemira*. p.48. Câmara Municipal de Odemira. https://www.cm-odemira.pt/uploads/document/file/10089/EMAAC_Odemira_c_anexos_set16.pdf

Câmara Municipal de Odemira, (2019). *Mapas e Itinerários Turísticos – Concelho de Odemira*. Câmara Municipal de Odemira. https://turismo.cm-odemira.pt/uploads/document/file/10984/mapa_concelho_odemira_web.pdf

Câmara Municipal de Odemira (2023, 9 de agosto). *Incêndio de São Miguel – Agradecimento público e resposta às populações* [Nota informativa à população]. Câmara Municipal de Odemira. Consultado a 5 de janeiro de 2025 em <https://www.cm-odemira.pt/municipio/comunicacao-e-informacao/noticias/arquivo-de-noticias/noticia/incendio-de-sao-miguel-agradecimento-publico-e-resposta-as-populacoes>

Câmara Municipal de Odemira, (2024, abril-maio-junho). *Em Notícia Odemira: Secção Ambiente*. Revista Municipal. https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/22885/on_35__web.pdf

Câmara Municipal de Odemira, (s.d). *Juntas de Freguesias*. Câmara Municipal de Odemira. Consultado a 14 de setembro de 2024 em <https://www.cm-odemira.pt/municipio/juntas-de-freguesia>

Câmara Municipal de Santiago do Cacém, (2015, março). *Relatório Ambiental – Resumo Não Técnico*. p.38. Câmara Municipal de Santiago do Cacém. <https://www.cm-santiagocacem.pt/wp-content/uploads/Resumo-N%C3%A3o-T%C3%A9cnico.pdf>

Câmara Municipal de Santiago do Cacém, (2024, julho). *Informação Municipal: Secção Saúde/Ambiente*. nº 62. Boletim Municipal. https://www.cm-santiagocacem.pt/wp-content/uploads/Boletim-Municipal-62_FINAL.pdf

Câmara Municipal de Santiago do Cacém, (s.d), *Campanha de Poupança de Água*. Câmara Municipal de Santiago do Cacém. Consultado a 19 de abril de 2025 em <https://www.cm-santiagocacem.pt/autarquia/campanha-de-poupanca-de-agua/>

Câmara Municipal de Santiago do Cacém, (s.d). *Juntas de Freguesia*. Câmara Municipal de Santiago do Cacém. Consultado a 14 de setembro de 2024 em <https://www.cm-santiagocacem.pt/autarquia/juntas-de-freguesia/>

Câmara Municipal de Santiago do Cacém, (s.d). *Mapa Santiago do Cacém*. Mapa Turístico.

Câmara Municipal de Sines, (s.d). *Factos e Números*. Câmara Municipal de Sines. Consultado a 28 de setembro de 2024 em <https://www.sines.pt/pages/310>

Câmara Municipal de Sines, (s.d). *Freguesias*. Câmara Municipal de Sines. Consultado a 14 de setembro de 2024 em <https://www.sines.pt/pages/330>

Câmara Municipal de Sines, (s.d). *Incêndios Florestais: Prevenção*. Câmara Municipal de Sines. https://www.sines.pt/cmsines/uploads/document/file/3070/Adultos_-_Incendios_na_floresta_prevencao.pdf

Câmara Municipal de Sines, (s.d). *Seca: Vamos poupar água?*. Câmara Municipal de Sines. https://www.sines.pt/cmsines/uploads/document/file/3076/Adultos_-_Seca.pdf

Camilo, M. J. E., (1999, março). *Estratégias de Comunicação e Municípios*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Universidade da Beira Interior. <https://www.bocc.ubi.pt/texts/camilo-estrategias-municipios.html.pdf>

CIMAL, Alentejo Litoral, (2025, 11 de março). *Municípios do Alentejo Litoral apresentam Plano de Adaptação às Alterações Climáticas*. CIMAL. Consultado a 23 de outubro de 2025 em <https://www.cimal.pt/pt/noticias/10776/municipios-do-alentejo-litoral-apresentam-plano-de-adaptacao-as-alteracoes-climaticas.aspx>

Comissão Europeia, (2016, 19 de abril). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee of the Regions – EU eGovernment Action Plan 2016-2020 – Accelerating the digital transformation of government*. Comissão Europeia. https://ec.europa.eu/isa2/sites/default/files/docs/publications/eu-egovernment-action-plan-2016-2020_en.pdf

Conselho da União Europeia, (2024, 30 de agosto). *COP28*. Conselho da União Europeia. Consultado a 12 de fevereiro de 2024 em <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/paris-agreement/cop28/>

Conselho da União Europeia, (2024, 16 de janeiro). *COP 28 – Cimeira mundial sobre a Ação Climática, Dubai, Emirados Árabes Unidos, 1-2 de dezembro de 2023*. Conselho da União Europeia. Consultados a 12 de fevereiro de 2024 em <https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/international-summit/2023/12/01-02/>

Conselho das Finanças Públicas, (s.d). *Glossário*. Conselho das Finanças Públicas. Consultado a 3 de fevereiro de 2024 em <https://www.cfp.pt/pt/glossario/autarquias-locais>

Constituição da República Portuguesa. *Autarquias Locais*. Artigo 235.º. Parte III, Título VIII, Capítulo I. Diário da República nº 86/1976-04-10. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-49318975>

Davison, P. W., (2024, 18 de março). *Public Opinion*. Britannica. Consultado a 30 de março de 2024 em <https://www.britannica.com/topic/public-opinion>

Lei n.º 75/2013. *Regime Jurídico das Autarquias Locais – RJAL*. Diário da República nº176/2013, Série I de 2013-09-12. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2013-56366098-56359576>

Dicionário do Desenvolvimento, (s.d). *Justiça Social*. Dicionário do Desenvolvimento. Consultado a 11 de fevereiro de 2024 em <https://ddesenvolvimento.com/portfolio/justica-social/>

Dicionário Priberam, (s.d). *Modus Operandi*. Dicionário Priberam. Consultado a 6 de outubro de 2024 em <https://dicionario.priberam.org/modus%20operandi>

ECO Local, (2023, 13 de setembro). *Incêndio em Odemira causou prejuízos de 15 milhões de euros*. Eco Local. Consultado a 5 de janeiro de 2025 em <https://eco.sapo.pt/2023/09/13/incendio-em-odemira-causou-prejuizos-de-15-milhoes-de-euros/>

EDIA, (s.d). *Quem Somos*. Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. Consultado a 10 de maio de 2025 em <https://www.edia.pt/pt/quem-somos/>

Câmara Municipal de Alcácer do Sal, (s.d). *Câmara Municipal de Alcácer do Sal – Apresentação*. Facebook. Consultado a 14 de setembro de 2024 em https://www.facebook.com/cmalcacerdosal/?locale=pt_PT

Ferreira de Castro, C., Serra, G., Parola, J., Reis, J., Lourenço, L. & Correia, S., (2006). *Combate a incêndios florestais*. 3ª edição. Escola Nacional dos Bombeiros. <https://www.enb.pt/admin/docs/repositorio/Combate%20a%20Incendios%20Florestais.pdf>

Ferreira, G. J., (2019, 22 de março). *Seca em Portugal: resposta tradicional e novos desafios*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Consultado a 11 de fevereiro de 2024 em <https://ffms.pt/pt-pt/atualmentes/seca-em-portugal-resposta-tradicional-e-novos-desafios>

Fundação Francisco Manuel dos Santos, (s.d). *Quais os órgãos das autarquias locais?*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Consultado a 16 de junho de 2024 em <https://ffms.pt/pt-pt/direitos-e-deveres/quais-sao-os-orgaos-das-autarquias-locais>

Global Alliance, (s.d). *Who we are Global Aliance*. Global Alliance. Consultado a 17 de Julho de 2024 em <https://www.globalalliancepr.org/who-we-are>

GNR, (s.d). *Atribuições da GNR – Serviço de Porteção da Natureza e do Ambiente*. Guarda Nacional Republicana. Consultado a 10 de maio de 2025 em https://www.gnr.pt/atrib_SEPNA.aspx#

Gold Energy, (s.d). *Dióxido de Carbono (CO₂)*. Gold Energy. Consultado a 11 de fevereiro de 2024 em <https://goldenergy.pt/glossario/dioxido-carbono-co2/>

ICNF, (2023, 30 de setembro). *7.º Relatório Provisório de Incêndios Rurais de 2023*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. <https://www.icnf.pt/api/file/doc/89242f4ac75cbb65>

ICNF, (2024, 1 de outubro). *7º Relatório Provisório de Incêndios Rurais – 2024 – 1 de janeiro a 30 de setembro*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. <https://www.icnf.pt/api/file/doc/68599fdf550f83fd>

ICNF, (s.d). *Parque Natural do Sudoeste Alentejano*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas Consultado a 15 de setembro de 2024 em <https://www.icnf.pt/conservacao/rnapareasprotegidas/parquesnaturais/pnsudoestealentejanoecostavicentina>

INE, (2022) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Alcácer do Sal: Área*. Ministério da Economia. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/alcacer-do-sal/3123-alcacer-do-sal/file>

INE (2022) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Grândola: Área*. Ministério da Economia. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/grandola/3130-grandola/file>

INE (2022) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Odemira: Área*. Ministério da Economia. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/beja/odemira/2999-odemira/file>

INE (2022) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Santiago do Cacém: Área*. Ministério da Economia. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/santiago-do-cacem/3131-santiago-do-cacem/file>

[publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/santiago-do-cacem/3138-santiago-do-cacem/file](https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/santiago-do-cacem/3138-santiago-do-cacem/file)

INE (2022) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Sines: Área*. Ministério da Economia,. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/sines/3148-sines/file>

INE, (2023, 11 de dezembro). *Indicadores de geografia física – Superfície (km²) das unidades territoriais por localização geográfica (NUTS-2013); Anual*. Instituto Nacional de Estatística. Consultado a 20 de fevereiro de 2025 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=9959&tipoSelecao=1&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true&xlang=pt

INE, (2023) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Alcácer do Sal: Habitante*. Ministério da Economia. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/alcacer-do-sal/3123-alcacer-do-sal/file>

INE, (2023) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Alcácer do Sal: População +/- 65 anos*. Ministério da Economia. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/alcacer-do-sal/3123-alcacer-do-sal/file>

INE (2023) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Grândola: Habitantes*. Ministério da Economia. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/grandola/3130-grandola/file>

INE (2023) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Grândola: População +/- 65 anos*. Ministério da Economia. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/grandola/3130-grandola/file>

INE (2023) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Odemira: Habitantes*. Ministério da Economia. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/beja/odemira/2999-odemira/file>

INE (2023) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Odemira: População +/- 65 anos*. Ministério da Economia. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/beja/odemira/2999-odemira/file>

INE (2023) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Santiago do Cacém: Habitantes*. Ministério da Economia. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/santiago-do-cacem/3138-santiago-do-cacem/file>

[publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/santiago-do-cacem/3138-santiago-do-cacem/file](https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/santiago-do-cacem/3138-santiago-do-cacem/file)

INE (2023) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Santiago do Cacém: População +/- 65 anos*. Ministério da Economia. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/santiago-do-cacem/3138-santiago-do-cacem/file>

INE (2023) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Sines: Habitantes*. Ministério da Economia,. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/sines/3148-sines/file>

INE (2023) *cit in* Gabinete de Estratégia e Estudos, (s.d). *Estatísticas Sines: População +/- 65 anos*. Ministério da Economia,. República Portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/setubal/sines/3148-sines/file>

IPCC, (2023). *Climate Change 2023: Synthesis Report. Summary for Policymakers*. Intergovernmental Panel on Climate Change. https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf

IPMA, (s.d). *Área educativa – Definição Seca Meteorológica*. Instituto do Mar e da Atmosfera. Consultado a 12 de fevereiro de 2024 em <https://www.ipma.pt/pt/educativa/tempo.clima/index.jsp?page=seca.definicao.xml>

IPMA, (s.d). *Monitorização da Seca Meteorológica*. Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Consultado a 13 de fevereiro de 2024 em <https://www.ipma.pt/pt/oclima/observatorio.secas/>

IPMA, (s.d). *Normas Climatológicas*. Instituto do Mar e da Atmosfera. Consultado a 10 de novembro de 2024 em <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/>

IPMA, (s.d). *Índice PDSI – Definição*. Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Consultado a 16 de fevereiro de 2024 em <https://www.ipma.pt/pt/oclima/observatorio.secas/pdsi/apresentacao/definicao/>

IPMA, (2024). *O que significa “Precipitação”? E qual é a diferença entre “chuva e aguaceiro”?*. Área Educativa. Instituto do Mar e da Atmosfera. Consultado a 11 de fevereiro de 2024 em https://www.ipma.pt/pt/educativa/faq/meteorologia/previsao/faqdetail.html?f=/pt/educativa/faq/meteorologia/previsao/faq_0028.html

Ministério do Ambiente e Transição Energética, (2019). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – Primeira Revisão*. Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro Diário da República nº170/2019. República Portuguesa. Consultado a 5 de Maio de 2025 https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/pcat/ficheiros/SQ_Vconc_PNPOT_1.pdf

Natural, (s.d). *Reserva Natural do Estuário do Sado*. Natural. Consultado a 28 de setembro de 2024 em <https://natural.pt/protected-areas/reserva-natural-estuاريو-sado?locale=pt>

National Geographic Portugal, (2021, 20 de julho). *Lavoisier, cientista rigoroso e preciso, demonstrou a importância do oxigénio*. Consultado a 27 de março de 2025 em https://www.nationalgeographic.pt/historia/lavoisier-cientista-rigoroso-e-preciso-demonstrou-a-importancia-do-oxigenio_2710

ONU, (2015, 25 de setembro). *Agenda 2030 – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável*. Centro Regional da Informação para a Europa Ocidental. Consultado a 11 de fevereiro de 2024 em <https://unric.org/pt/materiais/>

ONU, (2018). *E-Governance: A powerful tool to combat, mitigate and sustainably manage disaster risks*. UN News. Departamento de Economia e Social Affairs. <https://www.un.org/en/desa/e-governance-powerful-tool-combat-mitigate-and-sustainably-manage-disaster-risks>

ONU, (2024). *E-Government Survey 2024 – Accelerating Digital Transformation for Sustainable Development – with the addendum on Artificial Intelligence*. Departamento de Economia e Social Affairs. <https://desapublications.un.org/sites/default/files/publications/2024-09/28Web%20version%29%20E-Government%20Survey%202024%201392024.pdf>

ONU, (s.d). *What is climate Change?*. United Nations. Consultado a 8 de fevereiro de 2024 em <https://www.un.org/en/climatechange/what-is-climate-change>

ONU, (s.d). *UN E-Government Knowledgebase*. Department of Economic and Social Affairs. Division for Public Institutions and Digital Government. Consultado a 5 de janeiro de 2025 em <https://publicadministration.un.org/egovkb/en-us/Overview#whatis>

Oliveira, S. T., Ezequiel, J., Marques, C., Muñoz, A. L., Maggiolli, S., Teixeira, C., Bandeira, M. J. & Pereira, C. M. J., (2022). *O Eucalipto e o Fogo em Portugal nos últimos 40 anos*. Capítulo V, N° 7, 2ª edição. As Plantações de Eucalipto e os Recursos Naturais em Portugal: Avanços Recentes e Desafios. Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, LP. https://www.inia.pt/images/publicacoes/livros-manuais/silva-lusitana/LIVRO_EUCALIPTO_6_22_2_edicao.pdf

Portal do Estado do Ambiente, (2024, 9 de setembro). *Riscos Ambientais – Seca*. Portal do Estado do Ambiente. Consultado a 16 de fevereiro de 2024 em <https://rea.apambiente.pt/content/seca>

Portugal Chama, (s.d). *A prevenção começa em si*. Portugal Chama. Consultado a 5 de janeiro de 2025 em <https://portugalchama.pt>

Miguel Dantas, (2023, 9 de agosto). *Incêndio em Odemira dominado na manhã de quarta-feira*. Público Consultado a 5 de janeiro de 2025 em <https://www.publico.pt/2023/08/09/sociedade/noticia/1000-operacionais-combatem-incendio-odemira-fogo-evolucao-significativa-2059678>

PVAS, (s.d). *Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca*. República Portuguesa. <https://www.gpp.pt/images/Agricultura/Seca/Plano-Monitorizacao-Preveno-e-Contingencia-SECA.pdf>

Quercus, (s.d). *Núcleos de Litoral Alentejano – Quem Somos*. Consultado a 15 de setembro de 2024 em <https://quercus.pt/litoral-alentejano/>

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Procuradoria-Geral Distrital – Ministério Público, 12ª versão. Consultado a 3 de fevereiro de 2024 em https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1990&tabela=leis

República Portuguesa & Agência Portuguesa do Ambiente, (2015). *Acordo de Paris 2015 – 2020*. Consultado a 12 de fevereiro de 2024 em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNLA0tgQARA2cKgUAAAA%3D>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2001, de 27 fevereiro. Diário da República. Consultado em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministers/22-2001-384669>

Roxo, J. M., (2022, 1 de agosto). *Desertificação e seca*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Consultado a 10 de fevereiro de 2024 em <https://ffms.pt/pt-pt/atualmentes/desertificacao-e-seca>

Santos, D. F., (2023, 13 de outubro). *Como resolver a ameaça das alterações climáticas*. TEDxPorto. Vídeo do Youtube. Consultado a 17 de fevereiro de 2024 em <https://www.youtube.com/watch?v=7HBnTtYZ4OM>

Fundação Francisco Manuel dos Santos, (2021, 18 de maio). *Quem está a lutar pelo planeta?*. [Vídeo]. Youtube. Consultado a 9 de fevereiro de 2024 em <https://www.youtube.com/watch?v=6pMPHbKva0s>

Secretaria-Geral do Ambiente, (2024, 26 de abril). *Está em curso a campanha Água é vida – não a desperdice*. Secretaria-Geral do Ambiente. Consultado a 5 de janeiro de 2025 em <https://www.sgambiente.gov.pt/agua-e-vida-nao-a-desperdice/>

Silva, M. I. & Psara, M., (2023, 28 de junho). *Riscos da geoengenharia para gerir o clima preocupam Comissão Europeia*. Euronews. Consultado a 18 de fevereiro de 2024 em <https://pt.euronews.com/my-europe/2023/06/28/riscos-da-geoengenharia-para-gerir-clima-preocupam-comissao-europeia>

Oxford Learner's Dictionaries, (s.d). *Hashtag*. Consultado a 11 de fevereiro de 2024 em <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/hashtag>

XXI Governo Constitucional, (s.d). *Augusto Santos Silva*. República Portuguesa. Consultado a 12 de fevereiro de 2024 em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/negocios-estrangeiros/ministro>

Apêndices

Figuras

Quadro- Classificação do índice PDSI para períodos secos e períodos chuvosos		
Legenda de cores	Classes do PDSI	Descrição
maior ou igual que 4,0	Chuva extrema	Chuva extrema
3,00 a 3,99	Chuva severa	Chuva severa
2,00 a 2,99	Chuva moderada	Chuva moderada
1,00 a 1,99	Chuva fraca	Chuva fraca
-0,99 a 0,99	Normal	Normal
-1,99 a -1,0	Seca fraca	Seca fraca
-2,99 a -2,0	Seca moderada	Seca moderada
-3,99 a -3,0	Seca severa	Seca severa
menor ou igual a -4,00	Seca extrema	Seca extrema

Figura I – Classificação do índice PDSI para períodos secos e períodos chuvosos
IPMA, (s.d)

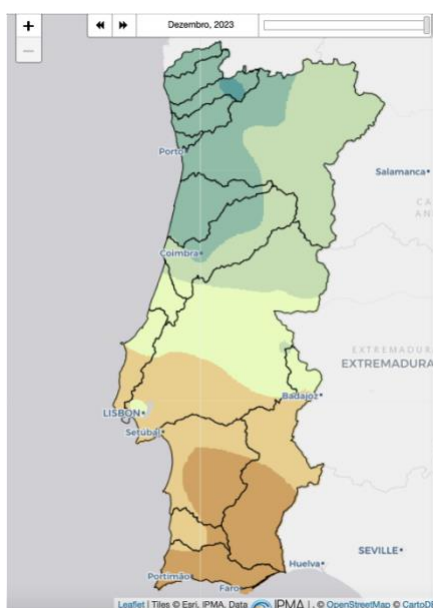


Figura II - Representação territorial de Portugal Continental dos elevados níveis de seca meteorológica no território de Portugal Continental, em dezembro de 2023

IPMA, (s.d)

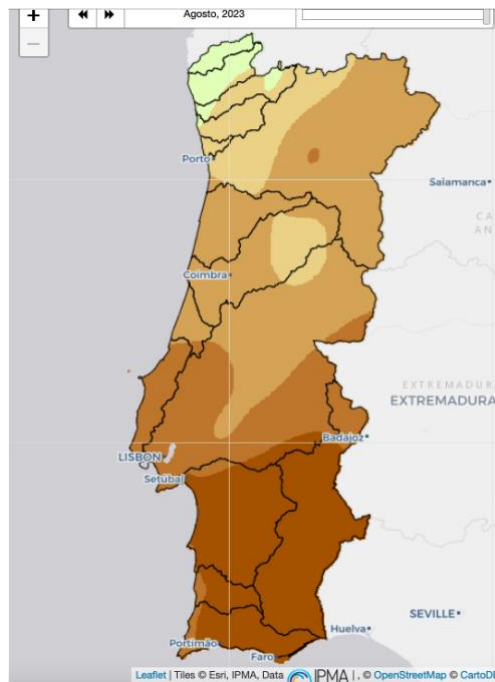


Figura III - Representação territorial de Portugal Continental dos elevados níveis de seca meteorológica, em agosto 2023

IPMA, (s.d)

Características	Agente de imprensa/ <i>publicity</i> <i>Press agency/Publicity</i>	Informação pública <i>Public Information</i>	Assimétrico bidireccional <i>Two-Way Asymmetric</i>	Simétrico bidireccional <i>Two-Way Symmetric</i>
Finalidade	Desinformação (Propaganda)	Disseminação de informação	Persuasão "científica"	Compreensão mútua
Natureza da pesquisa	Unidireccional; Verdade completa não é essencial	Unidireccional; Verdade é importante	Bidireccional; Efeitos desequilibrados	Bidireccional; Efeitos equilibrados
Esquema de comunicação	$E \rightarrow R$	$E \rightarrow R$	$E \rightleftharpoons R$	Grupo \rightarrow Grupo
Natureza da pesquisa	Inexistente	Alguma; Legibilidade e leitura	Formativa; Avaliadora de atitudes	Formativa; Avaliadora da compreensão

Figura IV - Modelos de Relações Públicas de Grunig
Adaptado por Gonçalves (2010)

Modelo Simétrico Bidirecional

Redefinição da mensagem de acordo com as necessidades do público e os interesses da organização

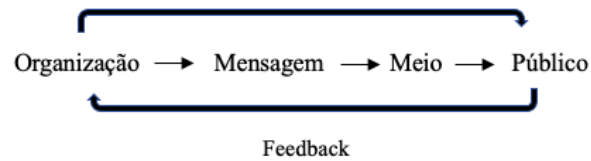


Figura V - Modelo Simétrico Bidirecional baseado no modelo de comunicação de *mass media* apresentado por Grunig & Hunt (1984)

$$\text{Risco} = \frac{\text{ameaça} \times \text{vulnerabilidade}}{\text{recursos de resposta}}$$

Figura VI – Equação do risco
Traduzido de Camps (2017)

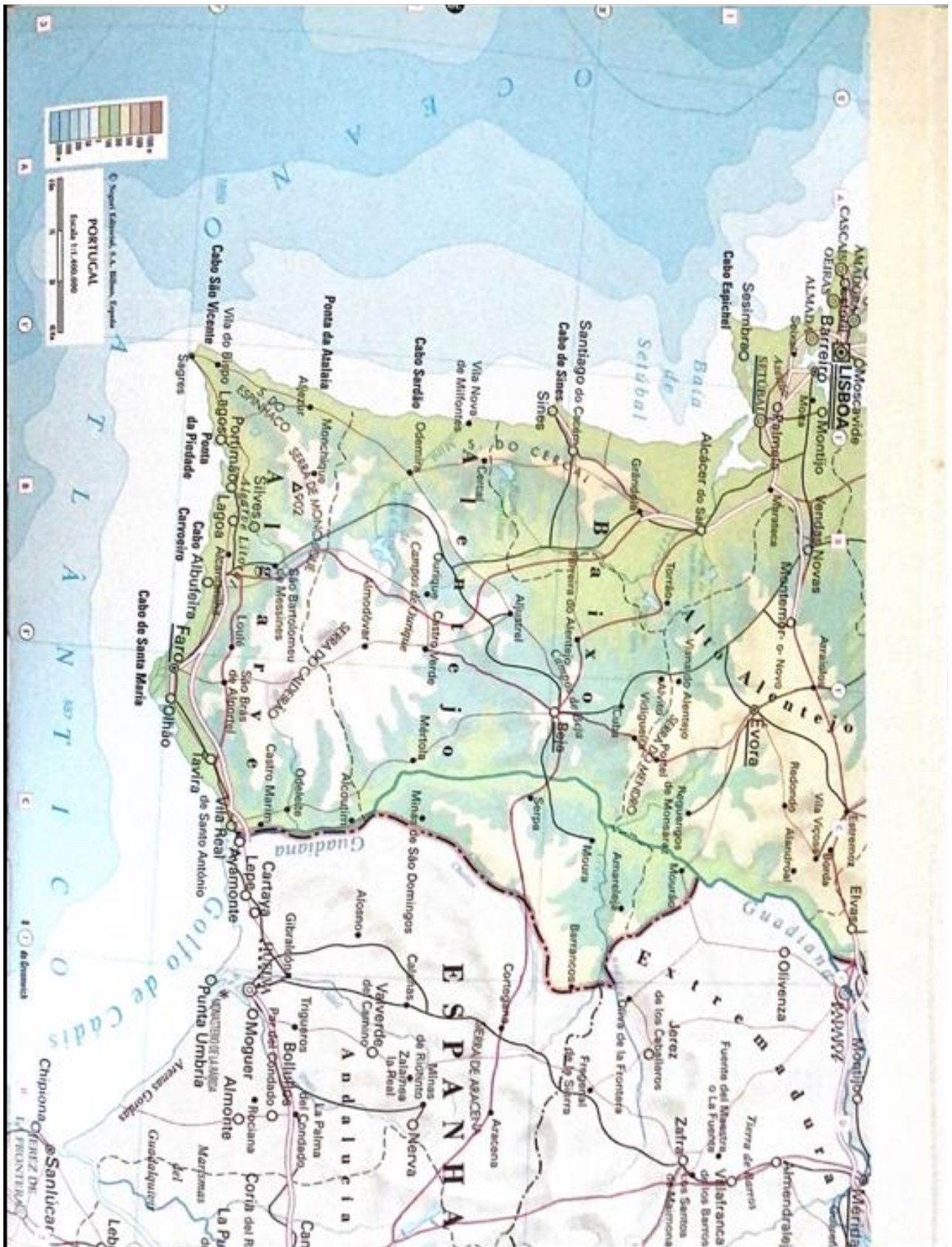


Figura VII - Mapa Geográfico de Sul de Portugal Continental e Sudoeste de Espanha
Soares & Ferreira (2000)



Figura VIII – Mapa NUTS III Alentejo Litoral
Quercus (s.d)



Figura XIII - Mapa Geográfico do Concelho de Sines
Câmara Municipal de Sines, (s.d)

Ref.	Evento	Exemplos Impactos	Nível do Risco		
			Presente	Médio Prazo	Longo Prazo
				2041/2070	2071/2100
A.	Precipitação excessiva / cheias	Abatimento/rotura de pavimentos; Condicionamentos de tráfego/encerramento de vias; Danos em edifícios e/ou conteúdo; Danos em infraestruturas diversas; Danos para a pecuária; Danos para a produção agrícola; Danos para a silvicultura; Degradação de sistemas de saneamento básico; Interrupção na produção;	2	6	9
B.	Precipitação excessiva / danos	Condicionamentos de tráfego/encerramento de vias; Danos para a pecuária; Danos para a produção agrícola; Danos para redes de saneamento, distribuição de energia, água e telecomunicações fixas e móveis; Degradação de sistemas de escoamento/retenção hídrica; Falhas de energia; Interrupção/redução do fornecimento de água e/ou redução da sua qualidade;	2	4	4
C.	Precipitação excessiva / deslizamento de vertentes	Condicionamentos de tráfego/encerramento de vias; Danos em edifícios e/ou conteúdo;	1	2	6
D.	Precipitação excessiva / inundações	Danos em edifícios e/ou conteúdo; Danos para a pecuária; Danos para a produção agrícola; Desalojados; Interrupção na produção;	2	6	6
E.	Secas	Alterações no uso de equipamentos/serviços (Instalação de estação de bombagem de água); Interrupção/redução do fornecimento de água e/ou redução da sua qualidade;	2	6	9
F.	Temperaturas elevadas / Ondas de calor	Incêndios; Danos para a pecuária; Danos na Produção agrícola; Danos na silvicultura; Diminuição do efetivo vegetal e degradação de habitats, Redução da qualidade do ar/aumento de problemas respiratórios	2	6	9
G.	Tempestade / Tomados	Alterações no uso de equipamentos/serviços (Fecho/condicionamento de portos de pesca); Danos em edifícios e/ou conteúdo; Danos/condicionamentos para as infraestruturas (Destruição de construções para apoio a atividades/usufruto do património litoral); Danos em edifícios e/ou conteúdo; Alterações no uso de equipamentos/serviços (Fecho/condicionamento de portos de pesca); Danos nas redes aéreas de distribuição de energia e telecomunicações;	1	2	2

Figura XIV – Avaliação da evolução do risco climático para os principais impacto climáticos com consequências para o município de Odemira
Câmara Municipal de Odemira, (2011)

TIPO DE RISCO		GRAUS DE RISCO					VULNERABILIDADES				
		MÁX	GR	MD	PQ	MÍN	MÁX	GR	MD	PQ	MÍN
ORIGEM NATURAL	Sismo			X	X	X		X	X		X
	Maremoto			X				X			
	Deslizamento					X			X	X	X
	Temporal / Ciclone e Tornado			X					X	X	X
	Inundação por temporal			X				X	X		
	Seca			X	X					X	
	Incêndio florestal			X		X				X	
Sub-total		0	0	6	2	3	0	3	4	4	3
PROVOCADOS PELO HOMEM OU TECNOLÓGICOS	Incêndio urbano		X	X	X		X				X
	Derrame no oleoduto Sines / Aveiras			X			X	X			
	Acidente no transporte de mercadorias perigosas		X	X	X		X				
	Poluição do litoral ou maré negra			X					X		
	Rotura de barragem			X						X	X
	Acidente Industrial Grave (AIG) em Sines		X						X	X	
	Poluição do Ar			X				X			
	Terrorismo			X					X	X	X
Sub-total		0	3	7	2	0	3	2	3	3	3
Total		0	3	13	4	3	3	5	7	7	6

Figura XV – Síntese dos Riscos Naturais e Tecnológicos no concelho de Santiago do Cacém
Câmara Municipal de Santiago do Cacém, (2015)



Figura XVI - Secção ‘Ambiente’ (página 9) do Jornal Municipal de Alcácer do Sal – Edição de Junho de 2024
 Câmara Municipal de Alcácer do Sal, (2024)

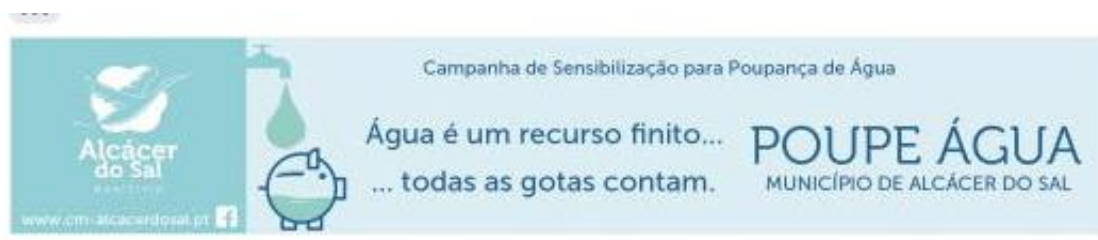


Figura XVII - Imagem da assinatura do Município de Alcácer do Sal via email (2024)

Município e ARBCAS assinam protocolo



A Câmara Municipal e a Associação de Regante de Campilhas e Alto Sado (ARBCAS) assinaram, no dia 19 de abril, um protocolo no âmbito dos projetos de execução do reforço de água à Barragem de Campilhas através da ligação a Alqueva e de execução da modernização do sistema de rega, orçados em 836 mil euros. O Município financia a parte não comparticipada, que representa 5% do valor total, destes dois projetos de

execução, ambos importantes para a agricultura de regadio na região. O Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijrão, afirmou que estes projetos "são fundamentais para o futuro da agricultura do nosso Concelho. Naturalmente que o Município não poderia deixar de se associar e ser parte da solução, principalmente quando está em causa o projeto de ligação da Barragem de Campilhas a Alqueva através do canal de Morgavel, que a Autarquia e a ARBCAS têm vindo a defender há tanto tempo." O protocolo firmado "garante o financiamento por parte da Câmara Municipal do valor que não é assegurado pelos Fundos Comunitários." O compromisso pretende "apoiar a ARBCAS a levar estes projetos adiante, que são decisivos para que a agricultura de regadio continue a existir no Concelho."



A Câmara Municipal assinalou o **Dia Mundial da Árvore** com várias atividades. Nos dias 21 e 22 de março, a iniciativa "50 anos, 50 azinheiras: Plantar Abril", em parceria com as Juntas de Freguesia de Abela, Alvalade, Cercal do Alentejo e São Francisco da Serra. A iniciativa prevê a plantação de 50 azinheiras espalhadas por todas as Freguesias do Município. Em VN&S, nos dias 19 e 20 de março, foram plantadas 500 árvores com o objetivo de criar um bosque na cidade, tendo colaborado nesta tarefa os alunos e professores da EB n.º 2 de Santo André e os utentes da ASAS com a coordenação e o apoio da Autarquia.

Recolha de resíduos no Centro Histórico



FUNDO AMBIENTAL

O projeto-piloto da Câmara Municipal, de separação e recolha porta-a-porta de resíduos domésticos, arrancou no mês de abril, em 122 habitações (de um universo de 297) da zona histórica da cidade de Santiago do Cacém, que aderiram até agora ao projeto. Denominado "Juntos Cuidamos da Nossa Terra!" o projeto-piloto implicou um investimento de mais de 122 mil



euros, com recurso a candidatura ao Fundo Ambiental, para a aquisição de um veículo elétrico de recolha de resíduos, módulos de compostagem, depósitos temporários e dois mil mini baldes de deposição de resíduos para distribuir gratuitamente a quem aderiu à iniciativa. Para aderir deve contactar os serviços da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

Educação Ambiental



No âmbito da candidatura da Câmara Municipal ao Programa "RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos" do Fundo ambiental, foram realizadas, em parceria com a SUMA - Serviços Ambientais, nos dias 14 e 15 de maio, ações de educação ambiental direcionadas para os alunos do ensino básico, bem como para docentes e trabalhadores dos refeitórios das escolas n.ºs 2, 3 e 4 do Agrupamento de Escolas de Santo André.

Figura XVIII - Secção 'Saúde/Ambiente' (página 9) do Boletim Municipal de Santiago do Cacém – Edição de Julho de 2024
Câmara Municipal de Santiago do Cacém, (2024)



Figura XIX - Secção 'Ambiente' (página 13) do Boletim Municipal de Odemira – Edição de Abril, Maio e Junho de 2024
Câmara Municipal de Odemira, (2024)



Figura XX – Campanha de Poupança de Água: “A água é de todos. Cada gota é essencial” –

Guia Prático para Poupar Água

Câmara Municipal de Santiago do Cacém, (s.d)

Tabelas

Anos	Incêndios rurais (n.º)	Área ardida (ha)			
		Povoamentos	Matos	Agrícola	Total
2013	21477	54882	94164	7664	156710
2014	8850	8651	10794	2927	22372
2015	18330	23352	38445	3664	65461
2016	13995	76879	79826	6143	162848
2017	16628	134784	96196	18872	249852
2018	10343	21331	16658	2650	40639
2019	10014	21281	15491	4525	41297
2020	8711	31612	27273	6219	65104
2021	7108	8063	15758	2897	26718
2022	10016	55263	43427	11002	109692
2023	7191	18888	12006	2137	33031
Média 2013-2022	12547	43610	43803	6656	94069

Fonte: SGIF | Nota: os dados relativos ao ano de 2023 são provisórios

Tabela I - Representação cronológica dos incêndios por tipologia em Portugal Continental
ICNF, 2023

Código	Distrito	Concelho	Freguesia	Data de início	Área ardida (ha)			
					Povoamentos	Matos	Agrícola	Total
20230950499	Beja	Odemira	São Teotónio	05/08/2023	5443	1636	434	7513

Tabela II - Dados do incêndio de agosto de 2023 em Odemira
ICNF, 2023

Mês	Incêndios rurais (n.º)	Média anual do n.º de incêndios rurais no decénio (n.º/ano)
janeiro	47	260
fevereiro	1003	394
março	456	802
abril	709	801
maio	1006	1084
junho	574	1308
julho	1193	2478
agosto	1768	3305
setembro	435	2116

Fonte: SGIF | Dados provisórios.

Tabela III - Distribuição mensal (janeiro a setembro) do número de incêndios registados
ICNF, 2023

FREGUESIA	MUNICÍPIO
Assembleia de Freguesia	Assembleia Municipal Câmara Municipal
Junta de Freguesia	Conselho Municipal

Tabela IV - Órgãos das Autarquias Locais
Adaptado por Bilhim, 2004

	Objectivos Políticos	Objectivos Administrativos
Meios Orais	Debate; Sessão de esclarecimento; Conferência de imprensa; Conferência.	Comunicação "boca-orelha"; Discurso; Palestra; Sessão de informação; <i>Marketing</i> directo (<i>telemarketing</i>).
Meios Escritos	Boletim Municipal (enquanto suporte de publicidade); Cartas abertas; Editoriais; Comentários jornalísticos.	Boletim Municipal (enquanto suporte de difusão de uma oferta pública); Comunicados de imprensa e publicidade institucional; Folhetos; Desdobráveis; Cadernos e publicações municipais; <i>Marketing</i> directo (<i>direct mailing</i>).
Meios Visuais	Edital	Edital e Cartazes; Mobiliário urbano.
Meios Audiovisuais	Rádio	Rádio; Filmes; Diaporamas.
Meios Informáticos/Telemáticos	Internet e redes informáticas congéneres (desde que permitam uma interactividade pública)	Videotexto e multimedia.

Tabela V - Adequabilidade de meios de comunicação com os objetivos autárquicos
Camilo, 1998

Fatores da Gestão de Crise	
Prevenção	Ações que permitem evitar uma crise ou, caso impossibilidade, devem promover a mitigação da mesma.
Preparação	Desenhar um Plano de Crise que permite o estabelecimento de todas as regras e ações a serem concretizadas na iminência da ocorrência de uma crise. Análise SWOT.
Resposta	Aplicação de toda a informação que foi gerada através da Prevenção e da Preparação. Este fator é ativamente escrutinado pelos <i>media</i> .
Revisão	Avaliação da execução do processo de gestão da crise. Esta avaliação traduzirá no arquivo de gestão de crise que servirá para consulta e correção da Prevenção e Preparação.

Tabela VI – Fatores de Gestão de Crise

Coombs (2007)

Vantagens da Investigação de Métodos Mistos
<ul style="list-style-type: none"> • Obter duas perspetivas diferentes, uma baseada em dados de respostas fechadas (quantitativos) e outra baseada em dados pessoais abertos (qualitativos);¹¹⁷
<ul style="list-style-type: none"> • Obter uma visão mais abrangente e mais dados sobre o problema do que a perspetiva quantitativa ou qualitativa;¹¹⁸
<ul style="list-style-type: none"> • Acrescentar aos dados do instrumento (informação quantitativa) pormenores sobre o cenário, o local e o contexto das experiências pessoais (informação qualitativa);¹¹⁹
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar uma exploração preliminar com indivíduos (investigação qualitativa) para se certificar de que os instrumentos, as medidas e a intervenção (investigação quantitativa) se adequam efetivamente aos participantes e ao local a estudar;¹²⁰
<ul style="list-style-type: none"> • Adicionar dados qualitativos a ensaios experimentais (investigação quantitativa), por exemplo identificando os participantes a recrutar e as intervenções a utilizar, avaliando as experiências pessoais dos participantes durante o ensaio e efetuando um acompanhamento para explicar melhor os resultados.¹²¹

Tabela VII – Vantagens da Investigação de Métodos Mistos

Traduzido de Creswell, 2015, p.15

¹¹⁷ “Obtain two different perspectives, one drawn from closed-ended response data (quantitative) and one drawn from open-ended personal data (qualitative).” (Creswell, 2015, p.15)

¹¹⁸ “Obtain a more comprehensive view and more data about the problem than either the quantitative or the qualitative perspective.” (Creswell, 2015, p.15)

¹¹⁹ “Add to instrument data (quantitative information) details about the setting, place, and context of personal experiences (qualitative information).” (Creswell, 2015, p.15)

¹²⁰ “Conduct preliminary exploration with individuals (qualitative research) to make sure the instruments, measures, and intervention (quantitative research) actually fit the participants and site being studied.” (Creswell, 2015, p.15)

¹²¹ “Add qualitative data to our experimental trials (quantitative research) by, for example, identifying participants to recruit and interventions to use, assessing the personal experiences of participants during the trial, and carrying out follow-up to further explain the outcomes.” (Creswell, 2015, p.15)

Desvantagens da Investigação de Métodos Mistos

- **Intensidade do trabalho:** A investigação com métodos mistos exige muito tempo, recursos e esforço em comparação com estudos com um único método. A integração de abordagens qualitativas e quantitativas exige conhecimentos especializados na conceção e implementação de ambas as fases, o que pode colocar desafios aos investigadores com uma orientação predominantemente quantitativa ou qualitativa.¹²²
- **Requisitos de especialização:** A realização de uma investigação rigorosa com métodos mistos exige que os investigadores tenham conhecimentos especializados em metodologias quantitativas e qualitativas. Isto pode ser um desafio, uma vez que os investigadores especializam frequentemente uma abordagem. A falta de conhecimento especializado em qualquer uma das vertentes pode comprometer o rigor do estudo e levar a problemas metodológicos, particularmente na vertente qualitativa.¹²³
- **Potencial de enviesamento:** As diferenças inerentes entre dados quantitativos e qualitativos podem tornar a integração um desafio. Assegurar que as transformações de dados são defensáveis e abordar os potenciais enviesamentos entre métodos é crucial para tirar conclusões válidas.¹²⁴
- **Desafios da integração:** Conseguir uma integração significativa de dados quantitativos e qualitativos pode ser difícil. A falta de diretrizes claras e a possibilidade de fontes de dados inconciliáveis podem impedir o potencial sinérgico da investigação com métodos mistos, levando, por vezes, a publicações separadas de resultados quantitativos e qualitativos, em vez de uma análise unificada e integrada.¹²⁵

¹²² “*Labor Intensity: Mixed methods research demands significant time, resources, and effort compared to single-method studies. The integration of qualitative and quantitative approaches necessitates expertise in designing and implementing both phases, potentially posing challenges for researchers with a predominant quantitative or qualitative orientation*” (McLeod, 2024, p.15).

¹²³ “*Expertise Requirements: Conducting rigorous mixed methods research requires researchers to have expertise in both quantitative and qualitative methodologies. This can be challenging, as researchers often specialize in one approach. The lack of expertise in either strand can compromise the rigor of the study and lead to methodological concerns, particularly in the qualitative strand.*” (McLeod, 2024, p.16).

¹²⁴ “*Potential for Bias: The inherent differences between quantitative and qualitative data can make integration challenging. Ensuring that data transformations are defensible and addressing potential biases between methods is crucial for drawing valid inferences.*” (McLeod, 2024, p.16).

¹²⁵ “*Integration Challenges: Achieving meaningful integration of quantitative and qualitative data can be difficult. The lack of clear guideline and the potential for irreconcilable data sources can hinder the synergistic potential of mixed methods research, sometimes leading to separate publications of quantitative and qualitative results instead of a unified integrated analysis.*” (McLeod, 2024, p.16).

- Consenso limitado sobre terminologia e avaliação da qualidade: O domínio da investigação com métodos mistos carece de uma terminologia universalmente aceite, o que conduz a ambiguidades e desafios na comparação e avaliação dos estudos. A ausência de critérios padronizados de avaliação da qualidade complica ainda mais a avaliação do rigor e da fiabilidade da investigação com métodos mistos.¹²⁶
- Desequilíbrios de poder na integração de dados: A integração de dados de amostras com diferentes dinâmicas de poder, como as que se situam em diferentes níveis de uma burocracia, pode levantar preocupações sobre a validade da triangulação e a interpretação dos resultados. A possibilidade de os desequilíbrios de poder influenciarem a identificação de diferenças ou paradoxos exige uma análise cuidadosa durante a integração de dados.¹²⁷

Tabela VIII – Desvantagens da Investigação de Métodos Mistos

Traduzido de Creswell, 2015, p.15 – 16

¹²⁶ *“Limited Consensus on Terminology na Quality Assessment: The field of mixed methods research lacks a universally agreed-upon terminology, leading to ambiguity and challenges in comparing and evaluating studies. The absence of standardized quality assessment criteria further complicates the evaluation of rigor and trustworthiness in mixed methods research.”* (McLeod, 2024, p.16).

¹²⁷ *“Power Imbalances in Data Integration: Integrating data from samples with different power dynamics, such as those at different levels of a bureaucracy, can raise concerns about the validity of triangulation and the interpretation of findings. The potential for power imbalances to influence the identification of differences or paradoxes necessitates careful consideration during data integration.”* (McLeod, 2024, p.16).

Elementos do <i>Coding Frame</i>	
Códigos Numéricos	A utilizar para a identificação de cada categoria e subcategoria, na informação a analisar;
Designação Curta	“Rótulo” de cada categoria e das respetivas subcategorias;
Definição	Por extenso de cada uma das categorias e subcategorias;
Exemplos típicos	De unidades de registo (normalmente retirados dos próprios dados a analisar) que ilustram a natureza dos segmentos de informação que integram cada categoria e/ou subcategoria)

Tabela IX - Elementos do *Coding Frame*

Traduzido de Lima, 2014, p.10

Índice de envelhecimento

Onde há mais e menos idosos por 100 jovens?

Rácio - %

 Territórios	Índice de envelhecim...
Anos	2023
Alentejo	(R) 224,1
Alentejo Litoral	(R) 219,8
Alcácer do Sal	(R) 288,7
Grândola	(R) 219,5
Odemira	(R) 211,9
Santiago do Cacém	(R) 238,6
Sines	(R) 161,4

Tabela XI - Índice de envelhecimento – Onde há mais e menos idosos por 100 jovens

Adaptação para os concelhos do Alentejo Litoral

Portada, 2024

Inquérito por Questionário Aberto - Autarquia de Alcácer do Sal		
Categorias	Subcategorias	Transcrição
Plano de Comunicação de Crise	Importância da Comunicação Autárquica	<i>“A comunicação tem uma importância significativa na difusão de informação sobre calamidades diversas, nomeadamente sobre as que resultam das condições climatéricas.”</i>
	Ações de Comunicação	<i>“[A Autarquia de Alcácer do Sal] Desenvolve estas ações, nomeadamente, em cooperação com o setor de Educação Ambiental, promovendo exposições a alertar para a importância da racionalização do consumo de água.”</i>
		<i>“Para já, aguardamos que o setor da Educação Ambiental nos indique, assim como o SMPC [Serviço Municipal de Proteção Civil]. Desenvolve estas ações, nomeadamente, em cooperação com o setor de Educação Ambiental, promovendo exposições a alertar para a importância da racionalização do consumo de água.”</i>
	Existência de um Plano de Comunicação	<i>“Sim.”</i> <i>“Em conjunto com o SMPC (Serviço Municipal de Proteção Civil).”</i>
Existência de uma equipa multidisciplinar	<i>“Em conjunto com o SMPC (Serviço Municipal de Proteção Civil).”</i>	

	<p>Recursos a serem acionadas em situações de crise</p>	<p><i>“Folhetos, SMS diretos ao público alvo, Facebook e Instagram. [ferramentas de comunicação privilegiadas pela Autarquia em situações de alerta]”</i></p>
	<p>Comunicação com idosos</p>	<p><i>“Claro [tem atenção específica na sua comunicação com os idosos]. Toda a informação considerada relevante socialmente é feita chegar através da disseminação de documentos em papel a todos as aldeias e lugares do concelho.”</i></p>
<p>Ferramentas de Comunicação Autárquica</p>	<p>Contacto com os OCS</p>	<p><i>“Sim. [A Câmara Municipal de Santiago privilegia o contato com os órgãos de comunicação social, nomeadamente regionais, na disseminação de informação em situações de crise].”</i> <i>“Atuamos de acordo com os procedimentos normais, ou seja, temos sempre um elemento do Gabinete, 24/24 a comunicar aos OCS [Órgãos de Comunicação Social] e à população.”</i></p>
	<p>Ferramentas de Comunicação</p>	<p><i>“Redes sociais, Site e Jornal Municipal. [ferramentas de comunicação mais utilizadas pela Autarquia para disseminar informações]”</i> <i>“Folhetos, SMS diretos ao público alvo, Facebook e Instagram. [ferramentas de comunicação privilegiadas pela Autarquia em situações de alerta]”</i></p>

Perceção do Nível de Conhecimento e Consciencialização dos Municípios	Perceção de informação dos Municípios	<p><i>“Sim. [a Autarquia considera que os municípios estão bem informados]”</i></p> <p><i>“Não podemos garanti-lo a 100%, mas da nossa parte, tudo fazemos para que isso aconteça.</i></p>
---	---------------------------------------	--

Tabela XII– Temáticas do Inquérito por Questionário Aberto de Alcácer do Sal

Entrevista Autarquia de Odemira		
Categorias	Subcategorias	Transcrição
Plano de Comunicação de Crise	Importância da Comunicação Autárquica	<p><i>“Claro que sim. Claro que a comunicação autárquica é fundamental, porque, para além de ser quem está mais próximo das populações, é uma forma/fonte de informação fidedigna. Portanto, com credibilidade, porque a informação vinculada é a informação correta. Portanto, a comunicação autárquica tem o papel de informar com maior rigor e transparência em toda e qualquer situação, mas sobretudo em situação de gestão de crise para comunicar medidas de atuação para informar – como em situações de estradas cortadas”</i></p> <p><i>“a informação é sempre importante continuar a ser veiculada e continuar a haver essa atitude preventiva da parte das Entidades Públicas porque a informação nunca é em excesso e porque</i></p>

		<p><i>efetivamente os fenómenos extremos acontecem.”</i></p> <p><i>“Nessa situação de incêndio é importante a comunicação municipal atuar, estar presente e dar resposta, pela confiança e proximidade com as populações locais. [...] cada vez mais as Câmaras Municipais estão dotadas de profissionais de comunicação e cada vez mais esta preocupação existe e este trabalho é feito nos municípios portugueses”</i></p>
	<p>Ações de Comunicação</p>	<p><i>“Temos sempre o hábito (eu acho que é uma boa prática) de divulgar aquilo que são os programas das ‘Aldeias Seguras e Pessoas Seguras’. O Odemira tem várias Aldeias Seguras e nós na comunicação fazemos esse acompanhamento na lógica de informar que efetivamente há esses programas e que a prevenção pode ajudar em situações de crise, nomeadamente de incêndios.”</i></p> <p><i>“Ao longo dos anos tem havido algumas campanhas de sensibilização para a poupança de água [...] aquilo que tem sido feito tem sido numa lógica de sensibilização para a poupança de água, mas sem campanhas muito incisivas. [...] exemplo, é o redutor</i></p>

		<i>de caudal para as pessoas colocarem nas torneiras para reduzir a quantidade da água. É uma iniciativa de este ano [2024] que a Câmara comprou uma elevada quantidade de redutores de caudal e foi oferecido [à população] através das Juntas de Freguesia.</i>
	Existência de um Plano de Comunicação	<i>“Sim. Portanto, são 2 áreas distintas. Na questão da prevenção dos incêndios, há uma prevenção contínua [...] Na questão da seca, temos feito campanhas não tão regulares, mas temos tido a preocupação nesse aspeto e têm havido algumas ações pontuais”</i>
	Existência de uma equipa multidisciplinar	<i>“Na questão da prevenção dos incêndios, há uma prevenção contínua muito articulada com o Serviço Municipal de Proteção Civil”</i> <i>“[trabalho conjunto entre a autarquia e a Proteção Civil em situações de ocorrência de incêndios] Sim. Nós temos o serviço municipal de Proteção Civil, mas, perante estas ocorrências, é um comando distrital que pode passar, inclusive, para comando regional ou nacional, dependendo das dimensões, mas há uma procura de proximidade e um acompanhamento para que a informação seja veiculada de forma correta e – não</i>

		<p><i>na hora - com muita atualidade para informar as populações para apostar na prevenção.”</i></p> <p><i>“a coerência de comunicação é essencial. Outra situação que Odemira tem feito é sempre que há uma ocorrência extrema ou de incêndio ou, no caso da pandemia – de incêndios já foram várias situações – centralizamos a comunicação numa pessoa que é o Presidente da Câmara Municipal. [...] Aquilo que tentamos fazer para firmar a coerência e identidade do território é não nos dispersarmos em vários porta-vozes do Município e centralizamos tudo na figura do Presidente da Câmara”</i></p>
	<p>Recursos a serem acionadas em situações de crise</p>	<p><i>“[No âmbito do incêndio de 2023 em Odemira] Houve inúmeras estradas nacionais, estradas municipais e caminhos vicinais que tiveram de ser bloqueados. Portanto, houve uma série de situações que nós, comunicação [da Autarquia de Odemira] tivemos que regularmente informar.”</i></p> <p><i>“[No âmbito do incêndio de 2023 em Odemira] nós [Gabinete de Comunicação de Odemira] tínhamos a preocupação de “beber” a informação do Comando que estava a assumir a gestão da</i></p>

		<p><i>ocorrência para, nos nossos canais municipais, fazer o report diário do ponto de situação. Isto para que a população se mantivesse informada do que estava a acontecer. Por exemplo, quando havia novas estradas cortadas, por força da propagação do incêndio, nós, nas nossas redes sociais, informávamos que determinada estrada estava cortada e solicitávamos que as pessoas evitassem circular nas estradas nessa zona. ”</i></p>
	<p>Comunicação com idosos</p>	<p><i>“Nós apesar de termos uma grande presença online e digital continuamos a apostar obviamente no suporte de papel, precisamente a pensar nessa situação de público que, por opção não acompanha as redes sociais ou porque, por força da idade e da formação não tem como”</i></p>
<p>Ferramentas de Comunicação Autárquica</p>	<p>Contacto com os OCS</p>	<p><i>“Obviamente que sim [os OCS são uma ponte para disseminar informação]. Hoje em dia, toda e qualquer autarquia é uma fonte de informação para os Órgão de Comunicação Social e nós [Município de Odemira] sempre fizemos este trabalho de assessoria e de apoio e de utilizar, precisamente, os meios de comunicação social para veicular</i></p>

		<p><i>informação que achamos pertinente.”</i></p> <p><i>“[No âmbito do incêndio de 2023 em Odemira] da assessoria de imprensa, acompanhamento à Comunicação Social presente no terreno”</i></p> <p><i>“[No âmbito do incêndio de 2023 em Odemira] ao longo do dia sempre presente nas conferências de imprensa diárias realizadas no Posto de Comando e depois disponível para entrevistas paralelas conforme as solicitações da Comunicação Social.”</i></p>
	<p>Ferramentas de Comunicação</p>	<p><i>“São diversas as situações em que é necessário informar e nas várias plataformas, sobretudo hoje em dia nos digitais.”</i></p> <p><i>“Nós nas redes sociais, propriamente no Município de Odemira, que neste caso é o Facebook e o Instagram, onde alguns públicos são coincidentes, mas nem tanto – portanto, há seguidores diferentes. Obviamente, tudo o que é publicado nas redes sociais está também disponível no website, no portal municipal, na área de alertas, onde há uma área específica também criada para o</i></p>

		<p><i>feito, mas sempre presente com acesso na primeira página.”</i></p> <p><i>“No âmbito dos incêndios fazemos uma comunicação regular [...] na agenda municipal, essa informação está sempre disponível no website, isso ao nível da prevenção.</i></p> <p><i>“continuamos a produzir a agenda [Municipal] em papel. A agenda é um meio de divulgação muito importante em tudo o que é divulgação de campanhas, sejam elas quais forem.”</i></p>
<p>Perceção do Nível de Conhecimento e Consciencialização dos Municípios</p>	<p>Perceção de informação dos Municípios</p>	<p><i>“acho que a população está consciente, até por força de toda a informação que é divulgada nos Órgãos de Comunicação Social, mas nunca é demais. Toda e qualquer ação que seja feita para apostar na prevenção é sempre uma mais-valia.”</i></p> <p><i>“as pessoas quando vivem no meio rural, como é Odemira, às vezes têm uma sensibilidade diferente para os fenómenos climatéricos e para a prevenção.”</i></p> <p><i>“o impacto mediático que estes fenómenos, como os incêndios, têm provoca uma reação positiva na população que é REAGIR. [...] acho que há uma atitude preventiva por parte da população. Não quer dizer</i></p>

		<i>que não venha a acontecer [um incêndio consequente dos fenómenos climatéricos extremos], mas há essa preocupação. A população sabe que estes fenómenos acontecem, acontecem cada vez mais e Odemira tem sido fustigada, efetivamente, por incêndios.”</i>
--	--	--

Tabela XIII – Temáticas da Entrevista de Odemira

Entrevista Autarquia de Santiago do Cacém		
Categorias	Subcategorias	Transcrição
Plano de Comunicação de Crise	Importância da Comunicação Autárquica	<i>“[A Autarquia de Santiago do Cacém] Encara com relevância [a importância da Comunicação Autárquica], uma vez que estamos a falar de fenómenos que são extremos e cada vez fustiga mais o nosso país. Nós aqui nesta zona [Alentejo Litoral] também sentimos, como todos os outros, infelizmente, as alterações [climáticas] que estamos a ter.”</i>
	Ações de Comunicação	<i>“A comunicação [sobre incêndios] é muito próxima da prevenção, portanto, nós [Autarquia de Santiago do Cacém] temos a campanha a nível nacional, “Portugal Chama” que nós também fazemos a sua disseminação”</i> <i>“é quase feito um ‘porta a porta’, todos os anos para alertar as</i>

		<p><i>“pessoas para a limpeza das matas, do perímetro à volta das casas”</i></p> <p><i>“Há também um cuidado que nós temos que é fazer a sensibilização através das escolas. Vai-se às escolas e fazem-se algumas prevenções também junto dos miúdos e alertar para o facto dos incêndios [...] fazemos também esse trabalho com as escolas.”</i></p> <p><i>“já lançámos há 2 anos e insistimos todos os anos com a Campanha de Poupança de Água”</i></p>
	<p>Existência de um Plano de Comunicação</p>	<p><i>“Sim, até o próprio plano da Proteção Civil Municipal tem isso desenhado, até porque é obrigatório também o ter.”</i></p>
	<p>Existência de uma equipa multidisciplinar</p>	<p><i>“Em relação aos agricultores, é outra preocupação. A Câmara Municipal encetou em tempos com a APA [Associação Portuguesa do Ambiente] e com a EDIA [Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.] que é quem faz a gestão [da Barragem] do Alqueva.”</i></p> <p><i>“[A disseminação sobre informação de seca/poupança de água] Sim, até porque há uma grande proximidade com a Associação de Regantes. A uma Associação de Regantes está sediada numa das nossas freguesias, Alvalade, e há muita</i></p>

		<p><i>concertação entre a própria Associação e a própria Câmara.”</i></p> <p><i>“[A disseminação e informação sobre incêndios] há um trabalho que é feito em conjunto com a Proteção Civil e com o SPNA [Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente] da GNR que tem a ver com as ‘Aldeias seguras’.”</i></p> <p><i>“esta proximidade do SPNA da GNR e da Proteção Civil [no contacto com a população idosas] é muito importante. Existe um contato mais direto, mais próximos.”</i></p> <p><i>“Sim, [Existe uma colaboração entre o departamento de comunicação] entre o departamento de comunicação e as entidades que fazem parte também da própria Proteção Civil porque a Proteção Civil Municipal não se cinge só à Câmara nem só aos Bombeiros.”</i></p>
	<p>Recursos a serem acionadas em situações de crise</p>	<p><i>“Neste caso [de ocorrer uma situação de crise], da parte da comunicação, é a comunicação da Câmara Municipal e temos também um jornal local e a rádio, que, no caso de maior catástrofe, é o [meio de comunicação] que mais rápido chega às pessoas.”</i></p> <p><i>“não quer dizer que seja o único, mas é o privilegiado até porque nós</i></p>

		<p>[equipa de comunicação da Câmara Municipal de Santiago do Cacém] <i>sabemos que muitas vezes temos aqui uma outra situação. Temos as chamadas ‘Zonas Negras de falta de rede’. Portanto, se nós pensarmos num cenário mais drástico – um incêndio que corta as linhas de comunicação, se nós colocarmos no Facebook, no website autárquico ou noutra rede social qualquer tipo de informação, corremos o risco dela não chegar às pessoas porque não têm rede.”</i></p> <p>“[No passado, houve um incêndio numa fábrica] <i>Isto é tudo realizado em paralelo com ao Centro Distrital de Operação de Socorro (CDOS), portanto também obedece à hierarquia da Proteção Civil, mas nós temos os nossos níveis de atuação.</i>”¹²⁸</p>
	<p>Comunicação com idosos</p>	<p><i>“temos uma população, mais no interior [do concelho] mais envelhecida, por isso, temos tem mesmo que ser quase ‘porta a porta’. Com eles [população envelhecida] tem mesmo que ser porque são pessoas que se a informação se for só por estes meios</i></p>

¹²⁸ Nota da autora: Apesar do exemplo descrito nesta transcrição não ter origem no fenómeno em ótica, a autora acredita que este exemplo pode ilustrar os recursos de ação utilizados pela Autarquia de Santiago do Cacém perante a ocorrência de incêndios. Estratégia que poderá ser considerada perante situações de crise de incêndios consequentes da Crise Climática.

		<i>[digitais e boletim municipal] não lhes chega. Muitos não sabem ler nem escrever”</i>
Ferramentas de Comunicação Autárquica	Contacto com os OCS	<i>“[...] a rádio local, que, no caso de maior catástrofe, é o [meio de comunicação] que mais rápido chega às pessoas.”</i>
	Ferramentas de Comunicação	<i>“[Comunicação preventiva de incêndios] É sempre feito esse alerta, não só pelos nossos meios digitais, pela rádio local e até o nosso próprio boletim municipal com foco também nestas temáticas.”</i> <i>“Temos também o Facebook, o Instagram, o X... Disseminamos muita informação por aí.”</i>
Perceção do Nível de Conhecimento e Consciencialização dos Municípios	Perceção de informação dos Municípios	<i>“As pessoas estão bem informadas, mas, por vezes, não querem acreditar que seja verdade que no dia a seguir não têm água na torneira. O problema é esse. consciencializar, por vezes, as pessoas é difícil nesse ponto [...], mas, sim as pessoas estão conscientes disso e não é só a nossa comunicação local que o faz”</i>

Tabela XIV – Temáticas da Entrevista de Santiago do Cacém

Documentos

“1. Observância: Observar os princípios da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos do Homem;”

“2. Integridade: Atuar sempre com honestidade e integridade de forma a garantir e manter a confiança de todos aqueles com que os profissionais se mantêm em contacto”

“3. Diálogo: Procurar estabelecer as condições morais, culturais e intelectuais para o diálogo, e reconhecer os direitos de todas as partes envolvidas a apresentar os seus casos e expressas as suas opiniões”

“4. Transparência: Ser abertos e transparentes e declarar os seus nomes, organizações e interesses que representam”

“5. Conflitos: Evitar quaisquer conflitos de interesses profissionais e declarar tais conflitos quando ocorram, às partes envolvidas.”

“6. Confidencialidade: Honrar a informação confidencial que lhes é fornecida;”

“7. Precisão: Tomar todas as medidas razoáveis no sentido de garantir a veracidade e precisão de toda a informação fornecida;”

“8. Falsidade: Fazer todos os esforços no sentido de não disseminar intencionalmente informação falsa ou enganadora, e exercer os cuidados adequados para evitar fazê-lo sem intencionalidade e corrigir prontamente quando tal aconteça;”

“9. Engano: Não obter informação por meios enganosos ou desonestos;”

“10. Divulgação: Não criar ou utilizar qualquer organização para servir uma causa anunciada, mas que de facto serve um interesse não divulgado”

“11. Lucro: Não fornecer comercialmente a terceiros cópias ou documentos obtidos junto de autoridades públicas;”

“12. Renumeração: Ao fornecer serviços profissionais, não aceitar qualquer forma de pagamento em ligação com esses serviços por parte de outra entidade que não o beneficiário dos mesmos serviços;”

“13. Persuasão: Não oferecer nem proporcionar, direta ou indiretamente, qualquer incentivo financeiro ou outro a representantes dos media ou qualquer outra pessoa ou entidades envolvidas”

“14. Influência: Não propor nem levar a cabo nenhuma ação que possa constituir uma influência imprópria sobre os representantes públicos, os media, ou outras entidades envolvidas;”

“15. Concorrentes: Não injuriar intencionalmente a reputação profissional de outro profissional;”

“16. Concorrência desleal: Não procurar conseguir clientes de outros profissionais por meios enganosos;”

“17. Emprego: Ao dar emprego a pessoal de autoridades públicas ou de concorrentes, te o cuidado de seguir e cumprir as regras e os requisitos de confidencialidade dessas organizações”

“18. Colegas: Observar este Código com respeito pelos colegas membros da IPRA e pelos profissionais de relações públicos de todo o Mundo”

Documento I – Código de conduta e ética profissional da IPRA
IPRA (2010)

Princípios Código Ética IPRA	Princípios Código de Ética da Global Alliance
Integridade / Transparência	Defesa dos interesses - Serviremos as nossas organizações e os interesses dos empregadores dos clientes, atuando como defensores responsáveis e dando voz no mercado de ideias, factos e pontos de vista que contribuam para um debate público informado. ¹²⁹
Transparência / Diálogo / Integridade / Conflitos / Falsidade / Engano / Divulgação / Integridade	Divulgação – Divulgaremos qualquer conflito de interesses e ofereceremos transparência. Seremos abertos em relação aos patrocinadores de causas e interesses e nunca nos envolveremos em práticas enganosas. ¹³⁰
Integridade / Transparência / Precisão	Honestidade – Cumpriremos os mais elevados padrões de exatidão e verdade na defesa dos interesses dos clientes e empregadores. ¹³¹

¹²⁹ “*Advocacy. We will serve our organisations and employer and client interests by acting as responsible advocates and by providing a voice in the market place of ideas, facts, and viewpoints to aid informed public debate.*” (Global Alliance, 2018)

¹³⁰ “*Disclosure. We will disclose any conflict of interest and offer transparency. We will be forthcoming about sponsors of causes and interests and never engage in misleading practices.*” (Global Alliance, 2018)

¹³¹ “*Honesty. We will adhere to the highest standards of accuracy and truth in advancing the interests of clients and employers.*” (Global Alliance, 2018)

Integridade / Transparência
/ Precisão / Concorrentes /
Colegas

Integridade – Conduziremos a nossa atividade com integridade e observaremos os princípios e o espírito do Código de forma a proteger a nossa reputação pessoal e a do nosso empregador/clientes, bem como a profissão de relações públicas/comunicação em geral.¹³²

Integridade / Transparência
/ Precisão / Falsidade

Especialização – Incentivaremos os membros a adquirirem e utilizarem de forma responsável conhecimentos especializados e experiência para construir a compreensão e a credibilidade do cliente/empregador. Não prometeremos o que não podemos cumprir. Além disso, promoveremos ativamente e faremos avançar a profissão através do desenvolvimento profissional contínuo, da investigação e da educação.¹³³

Integridade / Transparência
/ Observância

Lealdade – Exortamos os membros a demonstrarem o seu empenho para com aqueles que representam, honrando simultaneamente as suas obrigações de servir os interesses da sociedade e de apoiar o direito à liberdade de expressão.¹³⁴

¹³² “Integrity – We will conduct our business with integrity and observe the principles and spirit of the Code in such a way that our own personal reputation and that of our employer/clients, and the public relations/communication profession in general is protected.” (Global Alliance, 2018)

¹³³ “Expertise – We will encourage members to acquire and responsibly use specialized knowledge and experience to build understanding and client/employer credibility. We will not promise what we cannot deliver. Furthermore, we will actively promote and advance the profession through continued professional development, research, and education.” (Global Alliance, 2018)

¹³⁴ Loyalty. We urge members to demonstrate commitment to those they represent, while honoring their obligations to serve the interests of society and support the right of free expression.” (Global Alliance, 2018)

Documento II – Interligação entre o Código IPRA e o Código Ética para profissionais de relações-públicas e profissionais de comunicação da Global Alliance
Código IPRA (2010) e Global Alliance (2018)

Princípios Código Ética IPRA

**Princípios Código de Ética e de Conduta de
Direção-Geral das Autarquias Locais**

Falsidade/ Engano

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

2 — O Código de Ética e Conduta apresenta-se também como um instrumento na prevenção e deteção do risco de fraude, corrupção e demais ilícitos criminais de que os trabalhadores e dirigentes tenham conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas.

Falsidade/ Engano

Artigo 3.º

Legalidade

Os trabalhadores e dirigentes devem atuar dentro dos limites dos poderes que lhes foram atribuídos e em conformidade com os fins para que os mesmos foram conferidos, devendo atuar ainda em conformidade com os princípios constitucionais, com a lei e o direito.

Falsidade/ Engano /
Diálogo

Artigo 8.º

Colaboração e Boa-fé

1 — Os trabalhadores e dirigentes devem atuar com boa-fé, zelo e adequado espírito de cooperação e responsabilidade, informando e esclarecendo de forma respeitosa, clara e simples os intervenientes no assunto, ponderando os valores fundamentais do Direito relevantes em face das situações consideradas, e, em especial, a confiança suscitada na contraparte pela atuação em causa e o objetivo a alcançar com a atuação empreendida.

2 — Deve ser estimulada a participação dos trabalhadores e dirigentes na realização da atividade administrativa, por via de iniciativas e sugestões e preservando os valores de transparência e abertura no relacionamento pessoal, independentemente da posição hierárquica ocupada.

Precisão/ Divulgação/
Transparência

Artigo 9.º

Informação e Qualidade

1 — Os trabalhadores e dirigentes devem prestar, nos termos legalmente previstos, a informação que lhes for solicitada, com ressalva daquela que, naqueles termos, não deva ser divulgada.

2 — As informações ou esclarecimentos devem ser prestados de forma clara, simples, cortês e em tempo útil e aplicando as competências técnicas e interpessoais adequadas, sem prejuízo das normas e procedimentos legais a adotar.

Falsidade/ Engano /
Diálogo/ Transparência

Artigo 10.º

Lealdade e Cooperação

1 — Os trabalhadores e dirigentes, no exercício da sua atividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante, quer entre si, quer com as pessoas e entidades com as quais se relacionam no contexto das funções que lhes estão cometidas.

2 — Os trabalhadores e dirigentes devem, igualmente, comprometer-se a agir com respeito à verdade para com o órgão público, respeitar as normas e procedimentos estabelecidos, a atuar nos prazos legalmente determinados, procurando sempre corresponder às necessidades e expectativas da DGAL e dos cidadãos, gerando no público confiança na sua ação, em especial no que à sua integridade, rigor e credibilidade diz respeito.

Artigo 11.º

Transparência e Integridade

Transparência

Os trabalhadores e dirigentes regem-se segundo valores de integridade de caráter, honestidade pessoal e profissional, transparência e respeito pelos demais, alicerçando a sua conduta em critérios objetivos e no exclusivo interesse público.

Artigo 13.º

Competência e Responsabilidade

Integridade /
Confidencialidade

Os trabalhadores e dirigentes devem executar as funções que lhes estão atribuídas com rigor, zelo e de forma dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional e no desenvolvimento permanente das suas capacidades e competências, com responsabilidade e inovação, através do aperfeiçoamento contínuo dos seus conhecimentos técnicos e da qualidade do trabalho prestado.

Artigo 14.º

Proteção dos dados pessoais

Confidencialidade

1 — Os trabalhadores e dirigentes devem respeitar o direito dos particulares à proteção dos seus dados pessoais e, como tal, não os podem utilizar senão para os efeitos impostos ou inerentes às funções que desempenham na DGAL.

2 — Quanto ao acesso e à reutilização da informação administrativa, os trabalhadores e dirigentes devem agir em obediência a princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da colaboração com os particulares.

Artigo 16.º

Confidencialidade de informação

1 — Os trabalhadores e dirigentes da DGAL, mesmo depois de cessarem as suas funções, estão sujeitos ao sigilo profissional quanto a matérias a que tenham acesso no desempenho das suas funções ou por virtude das mesmas, em particular naquelas que, pela sua especial importância, por virtude de decisão interna ou por força da legislação em vigor, não devam ser do conhecimento geral, salvo se essa informação já tiver sido tomada pública ou se encontrar publicamente disponível.

2 — Está excluída deste dever a prestação de informações sem caráter de confidencialidade, necessárias ao correto desempenho das suas funções, nos termos legalmente previstos.

3 — Estão abrangidos pelo dever de sigilo profissional a palavra-chave e outros meios de autenticação de acesso a sistemas informáticos ou bases de dados da DGAL ou de outras entidades públicas, estando os trabalhadores e dirigentes obrigados a manter a sua confidencialidade.

4 — Durante o exercício de funções ou após a sua suspensão ou cessação, os trabalhadores e dirigentes não podem disponibilizar, nem utilizar, em proveito próprio ou de terceiros, direta ou indiretamente, as informações a que têm ou tenham tido acesso, no exercício de funções ou por causa delas, encontrando-se sujeitos a segredo e reserva nos termos previstos na legislação aplicável.

5 — Os trabalhadores e dirigentes que acedam a dados pessoais relativos a pessoas singulares ou coletivas ficam obrigados a respeitar as disposições legalmente previstas relativamente à proteção de tais dados, não os podendo utilizar senão para os efeitos impostos ou inerentes às funções que desempenham.

6 — Sem prejuízo do supra disposto, os trabalhadores e dirigentes devem garantir a comunicação, registo e partilha de informação entre si, facilitando a preservação do conhecimento adquirido ou criado na decorrência das atividades que desempenham.

Conflito de interesses

1 — É vedada a prática de quaisquer atos suscetíveis de configurar, direta ou indiretamente, uma situação de conflito de interesses.

2 — Considera-se existir, para efeitos do presente Código, conflito de interesses quando os trabalhadores e dirigentes tenham, ou possam vir a ter, interesses pessoais ou privados em decisão que seja da sua competência, em cuja preparação participem ou que de algum modo possam influenciar, direta ou indiretamente.

3 — Por interesse pessoal ou privado entende-se qualquer potencial vantagem para o próprio, seja por si, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa, bem como para os seus parentes, afins, cônjuge ou qualquer pessoa com quem viva em economia comum, e ainda quando tenha havido intervenção no procedimento como perito ou mandatário ou hajam dado parecer sobre questão a resolver, sem prejuízo do disposto nos diplomas legais aplicáveis.

4 — Os trabalhadores e dirigentes ficam obrigados a declarar a sua situação em matéria de incompatibilidades e impedimentos legalmente previstos. Para tal, deverão preencher e assinar o Compromisso de Declaração de Impedimentos publicado em anexo (Anexo I) ao presente Código, a renovar anualmente.

5 — Os trabalhadores e dirigentes que, no exercício das suas funções, estejam perante uma situação passível de configurar um conflito de interesses, devem informar da sua existência e declarar-se impedidos ou pedir escusa nos termos legais, comprometendo-se a comunicar tal facto, de imediato, ao seu superior hierárquico. Para os devidos efeitos, deverão preencher e assinar a Declaração de conflito de interesses (Anexo II), que deve ser atualizada sempre que ocorra uma alteração que o determine.

6 — Os dirigentes que desempenhem cargos, como titulares de altos cargos públicos, estão obrigados a apresentar por via eletrónica, junto da entidade legalmente competente, a definir nos

Documento III – Interligação entre o Código IPRA e o Código Ética e de Conduta da DGAL Código IPRA (2010) e Código DGAL (2022)

Joana da Silva Silveira

para dci ▾

02/09/2024, 09:00 ☆ ☺ ↶ ⋮

Exmª Divisão de Comunicação e Imagem da Autarquia de Santiago do Cacém,

O meu nome é Joana Silveira e sou finalista do mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas na Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa.

De momento, estou a elaborar uma dissertação sobre a "Comunicação de Crise perante fenómenos extremos - incêndios e secas - nas autarquias do Alentejo Litoral".

O presente email vem no sentido de solicitar a vossa disponibilidade para uma entrevista, via plataforma Zoom, mediante dia e hora a combinar. A entrevista terá a duração de cerca de 40 minutos.

Ficando na expectativa do vosso interesse, envio os melhores cumprimentos,

Joana da Silva Silveira

Documento IV – Email do primeiro contacto com a Autarquia de Santiago do Cacém (2024)

Nota: Foram rasuradas as indicações dos contactos pessoais da autora da dissertação (presentes na versão original do email enviado)

Declaração de Consentimento do Uso de Informação

No âmbito da realização da dissertação em Gestão Estratégica das Relações Públicas intitulada “Comunicar em contexto de Crise Climática – Estudo comparativo nas autarquias do Alentejo Litoral”.

A presente investigação tem como propósito entender a ação comunicacional das autarquias da Costa Litoral Alentejana perante fenómenos provenientes da Crise Climática, mais concretamente, perante a ocorrência de incêndios e períodos de seca. Ambiciona-se entender a importância que os profissionais de comunicação das autarquias, da referida área do território português, encaram e atuam, de forma preventiva, face à iminência destes fenómenos naturais nas suas comunidades.

O estudo terá uma parte assente na recolha de informação através de entrevistas estruturadas aos profissionais de comunicação das autarquias do Alentejo Litoral pelo que a colaboração de todos os municípios da a referida extensão geográfica, concordante com a NUT III, é fundamental para uma investigação coesa e rigorosa.

A entrevista será gravada em áudio, para efeitos de transcrição, sendo o entrevistado livre de recusar a qualquer questão e de desistir da entrevista a qualquer momento. Toda a informação da entrevista será analisada unicamente para fins académicos e integrada na dissertação de mestrado realizada que se encontrará disponível para consulta no Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa, podendo ser utilizada para futuras investigações, conforme necessário.

No âmbito da entrevista realizada pela estudante Joana Alexandra da Silva Silveira, portadora do n.º de estudante 14868, da Escola Superior de Comunicação Social, do Instituto Politécnico de Lisboa, eu, Maria Teresa dos Santos Pereira Chaves [nome completo], Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem [inserir função desempenhada] na Autarquia de Município de Santiago do Cacém [designação da Autarquia], declaro que concordo com a gravação, arquivação, tratamento e publicação da informação resultante da entrevista, para fins académicos.

Lisboa, 13 de Setembro de 2024

MARIA TERESA
DOS SANTOS
PEREIRA CHAVES
Assinatura do Entrevistado

Assinado de forma digital por
MARIA TERESA DOS SANTOS
PEREIRA CHAVES
DN: cn=2024.09.13.12.12.23P
+01'00'



Assinatura da Estudante

Obrigada pela colaboração!

Declaração I - Declaração do Uso de Informação de Teresa Chaves
(Autarquia de Santiago do Cacém)

Declaração de Consentimento do Uso de Informação

No âmbito da realização da dissertação em Gestão Estratégica das Relações Públicas intitulada "Comunicar em contexto de Crise Climática – Estudo comparativo nas autarquias do Alentejo Litoral".

A presente investigação tem como propósito entender a ação comunicacional das autarquias da Costa Litoral Alentejana perante fenómenos provenientes da Crise Climática, mais concretamente, perante a ocorrência de incêndios e períodos de seca. Ambiciona-se entender a importância que os profissionais de comunicação das autarquias, da referida área do território português, encaram e atuam, de forma preventiva, face à iminência destes fenómenos naturais nas suas comunidades.

O estudo terá uma parte assente na recolha de informação através de entrevistas estruturadas aos profissionais de comunicação das autarquias do Alentejo Litoral pelo que a colaboração de todos os municípios da referida extensão geográfica, concordante com a NUT III, é fundamental para uma investigação coesa e rigorosa.

A entrevista será gravada em áudio, para efeitos de transcrição, sendo o entrevistado livre de recusar a qualquer questão e de desistir da entrevista a qualquer momento. Toda a informação da entrevista será analisada unicamente para fins académicos e integrada na dissertação de mestrado realizada que se encontrará disponível para consulta no Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa, podendo ser utilizada para futuras investigações, conforme necessário.

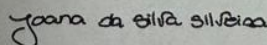
No âmbito da entrevista realizada pela estudante Joana Alexandra da Silva Silveira, portadora do nº de estudante 14868, da Escola Superior de Comunicação Social, do Instituto Politécnico de Lisboa, eu, Luis Carlos Afonso dos Santos Guerreiro [nome completo], Secretário de Apoio à Vereação [inserir função desempenhada] na Autarquia de Odemira [designação da Autarquia], declaro que concordo com a gravação, arquivação, tratamento e publicação da informação resultante da entrevista, para fins académicos.

Lisboa, 16 de Outubro de 2024



Assinatura do Entrevistado

Obrigada pela colaboração!



Assinatura da Estudante

Declaração II - Declaração do Uso de Informação de Luís Afonso Guerreiro (Autarquia de Odemira)

Declaração de Consentimento do Uso de Informação

No âmbito da realização da dissertação em Gestão Estratégica das Relações Públicas intitulada "Comunicar em contexto de Crise Climática – Estudo comparativo nas autarquias do Alentejo Litoral".

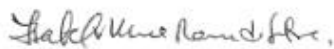
A presente investigação tem como propósito entender a ação comunicacional das autarquias da Costa Litoral Alentejana perante fenómenos provenientes da Crise Climática, mais concretamente, perante a ocorrência de incêndios e períodos de seca. Ambiciona-se entender a importância que os profissionais de comunicação das autarquias, da referida área do território português, encaram e atuam, de forma preventiva, face à iminência destes fenómenos naturais nas suas comunidades.

O estudo terá uma parte assente na recolha de informação através de entrevistas estruturadas aos profissionais de comunicação das autarquias do Alentejo Litoral pelo que a colaboração de todos os municípios da a referida extensão geográfica, concordante com a NUT III, é fundamental para uma investigação coesa e rigorosa.

A entrevista será gravada em áudio, para efeitos de transcrição, sendo o entrevistado livre de recusar a qualquer questão e de desistir da entrevista a qualquer momento. Toda a informação da entrevista será analisada unicamente para fins académicos e integrada na dissertação de mestrado realizada que se encontrará disponível para consulta no Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa, podendo ser utilizada para futuras investigações, conforme necessário.

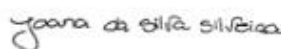
No âmbito da entrevista realizada pela estudante Joana Alexandra da Silva Silveira, portadora do nº de estudante 14868, da Escola Superior de Comunicação Social, do Instituto Politécnico de Lisboa, eu, ISABEL MARIA OLIVEIRA COSTA VILHENA RAMOS DA SILVA [nome completo], CHEFE DE DIVISÃO DO GABINETE DE COMUNICAÇÃO [inserir função desempenhada] na Autarquia de ODEMIRA [designação da Autarquia], declaro que concordo com a gravação, arquivação, tratamento e publicação da informação resultante da entrevista, para fins académicos.

Lisboa, 15 de Outubro de 2024



Assinatura do Entrevistado

Obrigada pela colaboração!



Assinatura da Estudante

Declaração III – Declaração do Uso de Informação de Isabel Vilhena (Autarquia de Odemira)

Declaração de Consentimento do Uso de Informação

No âmbito da realização da dissertação em Gestão Estratégica das Relações Públicas intitulada "Comunicar em contexto de Crise Climática – Estudo comparativo nas autarquias do Alentejo Litoral".

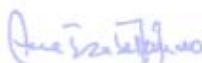
A presente investigação tem como propósito entender a ação comunicacional das autarquias da Costa Litoral Alentejana perante fenómenos provenientes da Crise Climática, mais concretamente, perante a ocorrência de incêndios e períodos de seca. Ambiciona-se entender a importância que os profissionais de comunicação das autarquias, da referida área do território português, encaram e atuam, de forma preventiva, face à iminência destes fenómenos naturais nas suas comunidades.

O estudo terá uma parte assente na recolha de informação através de entrevistas estruturadas aos profissionais de comunicação das autarquias do Alentejo Litoral pelo que a colaboração de todos os municípios da a referida extensão geográfica, concordante com a NUT III, é fundamental para uma investigação coesa e rigorosa.

A entrevista será gravada em áudio, para efeitos de transcrição, sendo o entrevistado livre de recusar a qualquer questão e de desistir da entrevista a qualquer momento. Toda a informação da entrevista será analisada unicamente para fins académicos e integrada na dissertação de mestrado realizada que se encontrará disponível para consulta no Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa, podendo ser utilizada para futuras investigações, conforme necessário.

No âmbito da entrevista realizada pela estudante Joana Alexandra da Silva Silveira, portadora do nº de estudante 14868, da Escola Superior de Comunicação Social, do Instituto Politécnico de Lisboa, eu, Ana Isabel Moutão Mendes [nome completo], Escola Superior de Comunicação Social [inserir função desempenhada] na Autarquia de Alcácer do Sal [designação da Autarquia], declaro que concordo com a gravação, arquivação, tratamento e publicação da informação resultante da entrevista, para fins académicos.

Lisboa, ____ de Setembro de 2024



Assinatura do Entrevistado

Obrigada pela colaboração!



Assinatura da Estudante

Declaração IV – Declaração do Uso de Informação de Ana Mendes
(Autarquia de Alcácer do Sal)

Questões – Autarquia de Alcácer do Sal

Q.1. Perante fenómenos climáticos extremos, como incêndios e secas, como encara a importância da comunicação autárquica na promoção da segurança e bem-estar da população?

A comunicação tem uma importância significativa na difusão da informação sobre calamidades diversas, nomeadamente sobre as que resultam das condições climáticas.

Q.2. Que ações de comunicação concretas face à prevenção de incêndios existem preparadas para os municípios? E para outros fenómenos climáticos de seca extrema, vaga intensa de calor, etc.?

Faz-se já, essencialmente, que o Setor de Educação Ambiental no âmbito, assim como o SMPA.

- **Q.2.1.** Por exemplo, a Câmara Municipal de Alcácer do Sal desenvolve ações de racionalização do consumo de água e práticas de agricultura sustentável para os municípios? Como é feita a comunicação dessas iniciativas?

Desenvolve estas ações, nomeadamente, em cooperação com o Setor de Educação Ambiental, promovendo a participação dos agentes para a implementação da racionalização do consumo de água.

Q.3. A autarquia tem um plano de comunicação preparado para ser aplicado na prevenção e perante a ocorrência de fenómenos ambientais extremos?

[Resposta apenas a uma das seguintes questões] Sim.

- **Q.3.1 [Perante resposta Positiva]** Como foi desenhado esse plano de crise? Existe uma equipa multidisciplinar? Pode explicar como tudo se processa e quais os recursos a serem acionados?
- **Q.3.2 [Perante resposta Negativa]** Quer dizer que a autarquia não considerou um Plano de Comunicação de Crise no caso da ocorrência de fenómenos naturais extremos?

Em conjunto e/ou SMPA.

Q.4. Dado o número elevado de idosos na região do Alentejo, a Câmara Municipal de Alcácer do Sal tem alguma atenção específica na sua comunicação com este grupo etário que pode, eventualmente, apresentar maior fragilidade perante diferentes situações ligadas à crise climática?

Claro. Toda a informação considerada relevante será feita chegar através de diferentes meios documentais, assim como a todas as aldeias e lugares do concelho.

Q.5. A Câmara Municipal de Alcácer do Sal privilegia o contato com os órgãos de comunicação social, nomeadamente regionais, na disseminação de informação em situações de crise ambiental face a fenómenos extremos?

Sim.

Q.5.1 [Perante resposta positiva do plano de comunicação de crise] Existe algum Plano de Prevenção preparado que regularmente seja disseminado com apoio desses meios regionais?

Ativamos de acordo com os procedimentos normais, de hoje, já temos comprado um elemento do Gabinete, 24/24h para a comunicação aos OCS e 2

Q.6. Quais são as ferramentas de comunicação mais utilizadas pela Autarquia para disseminar informações relacionadas com medidas de prevenção face a situações de crise climática? Boletim da autarquia? Websites? Folhetos? Placards outdoor?

Redes sociais, site e jornal municipal.

Q.7. Qual a ferramenta de comunicação privilegiada em situações de alerta?

Folhetos, SMS diretos ao público alvo, facebook e instagram

Q.8. Considera que os seus municípios estão bem informados sobre os fenómenos climáticos extremos que os podem atingir?

[Responda apenas a uma das seguintes questões] Sim:

[Perante resposta Positiva] Então, numa situação dessas, todo o município está preparado para atuar em conjunto com o envolvimento da população?

[Perante resposta Negativa] Então, como é garantida a segurança da população se esta não está preparada para reagir?

Não podemos garantir-lhe a 100%, mas da nossa parte, tudo fazemos para que isto aconteça.

Obrigada pela colaboração!

---- Início da Entrevista ----

Isabel Vilhena: Já tivemos várias situações de gestão de comunicação de crise desde a pandemia desde incêndios. Não tanto crise, mas a questão da seca. Portanto, não foi uma situação extrema de ter de reagir, foi uma comunicação mais ‘ao longo do tempo’, e vários incêndios efetivamente.

Joana Silveira: É uma comunicação mais preventiva, é isso?

Isabel Vilhena: Exatamente, sim, no âmbito da seca. No âmbito de incêndios ou de outras situações já tem sido mesmo uma comunicação mais incisiva e efetiva mesmo, relacionada com a urgência do momento.

Joana Silveira: Certo. Eu tenho aqui um guião, mas a conversa pode decorrer naturalmente. São só algumas diretrizes para ver que não nada seja ignorado no que eu quero perguntar-vos. Como acabaram de referir já aconteceram algumas situações em que foi necessário a comunicação autárquica ter uma presença mais efetiva neste tipo de comunicação crise perante esses eventos. Então, vocês [Câmara Municipal de Odemira] consideram que a comunicação é importante da segurança e do bem-estar da população, neste caso de comunicação de crise, ou seja, se tem um papel importante com a população neste caso de incêndios ou por exemplo e racionalização da água, no caso da seca?

Isabel Vilhena: Claro que sim. Claro que a comunicação autárquica é fundamental, porque, para além de ser quem está mais próximo das populações, é uma forma/fonte de informação fidedigna. Portanto, com credibilidade, porque a informação vinculada é a informação correta. Portanto, a comunicação autárquica tem o papel de informar com maior rigor e transparência em toda e qualquer situação, mas sobretudo em situação de gestão de crise para comunicar medidas de atuação para informar – como em situações de estradas cortadas...São diversas as situações em que é necessário informar e nas várias plataformas, sobretudo hoje em dia nos digitais.

Joana Silveira: Neste caso de incêndio, qual é a plataforma a que vocês dão mais prioridade?

Isabel Vilhena: Por exemplo, nós nas redes sociais, propriamente no Município de Odemira, que neste caso é o Facebook e o Instagram, onde alguns públicos são coincidentes, mas nem tanto – portanto, há seguidores diferentes. Obviamente, tudo o que é publicado nas redes sociais está também disponível no website, no portal municipal, na área de alertas, onde há uma área específica também criada para o efeito, mas sempre presente com acesso na primeira página.

Joana Silveira: Focando mais nos incêndios, como disseram, já passaram por algumas situações. Que ações de comunicação é que a Câmara Municipal de Odemira tem para a parte preventiva?

Isabel Vilhena : No âmbito dos incêndios fazemos uma comunicação regular no sentido, por exemplo, das regras e prazos de ser proibido ou autorizado as queimas e queimadas, fazemos essa divulgação sistemática de quando é possível u de quando não é possível, nomeadamente, na agenda municipal, essa informação está sempre disponível no website, isso ao nível da prevenção. Temos sempre o hábito (eu acho que é uma boa prática) de divulgar aquilo que são os programas das ‘Aldeias Seguras e Pessoas Seguras’. O Odemira tem várias Aldeias Seguras e nós na comunicação fazemos esse acompanhamento na lógica de informar que efetivamente há esses programas e que a prevenção pode ajudar em situações de crise, nomeadamente de

incêndios. Portanto, se for necessário, e aconteceu no incêndio do ano passado, em que foi necessário evacuar várias aldeias, vários lugares, portanto, já havia essa rotina de informação.

Joana Silveira: No caso das secas, o concelho de Odemira é afetado por secas. Por exemplo, em termos de racionalização do consumo de água há ações de comunicação desenvolvidas nesse sentido? Ou, por exemplo, no uso de práticas de agricultura sustentável? Há algum tipo de iniciativas desse género?

Isabel Vilhena: Ao longo dos anos tem havido algumas campanhas de sensibilização para a poupança de água, mas esse assunto é muito sensível no concelho de Odemira. Porque, como deverá saber, nós temos grande parte do território de Odemira inserido no ‘Perímetro de Rega do Mira’, que é abastecido a partir da Barragem de Santa Clara. Portanto, nós temos aqui uma situação de utilização de água que não é controlada pela Câmara nem pelas Águas do Alentejo e que é uma questão gerida pela Associação de Beneficiários do Mira, entidade gestora da água na Barragem, e que serve todo o perímetro de rega. Temos aqui grande parte do território com a produção de agricultura intensiva. Portanto, é um assunto delicado. Aquilo que tem sido feito tem sido numa lógica de sensibilização para a poupança de água, mas sem campanhas muito incisivas.

Luís Afonso Guerreiro: Como exemplo, é o redutor de caudal para as pessoas colocarem nas torneiras para reduzir a quantidade da água.

Isabel Vilhena: É uma iniciativa de este ano que a Câmara comprou uma elevada quantidade de redutores de caudal e foi oferecido [à população] através das Juntas de Freguesia.

Joana Silveira: Já percebi que há um plano de comunicação pensado, nomeadamente, comunicação preventiva na parte dos incêndios e também de seca que é desenvolvido pela Câmara e é pensado estrategicamente, correto?

Isabel Vilhena: Sim. Portanto, são 2 áreas distintas. Na questão da prevenção dos incêndios, há uma prevenção contínua muito articulada com o Serviço Municipal de Prevenção Civil. Na questão da seca, temos feito campanhas não tão regulares, mas temos tido a preocupação nesse aspeto e tem havido algumas ações pontuais, nomeadamente esta que o Luís informou da oferta de redutores de caudal para reduzir a quantidade de água consumida e depois, obviamente, de água faturada.

Joana Silveira: Relativamente à população idosa no Município [de Odemira], se há um cuidado diferencial uma atenção diferente face à população idosa para este tipo de comunicação. Por exemplo, há pouco disse que utilizam muito as redes sociais e o *website*, mas, à parte disso, para esta população que quiçá não terá tanto acesso ou que não navega tão bem nestas ferramentas da Internet. Quais são as formas de comunicação/meios mais utilizados por vocês [Município de Odemira] para comunicarem com esta parte da população?

Isabel Vilhena: Nós apesar de termos uma grande presença online e digital continuamos a apostar obviamente no suporte de papel, precisamente a pensar nessa situação de público que, por opção não acompanha as redes sociais ou porque, por força da idade e da formação não tem como. Portanto, continuamos a produzir a agenda [Municipal] em papel. A agenda é um meio de divulgação muito importante em tudo o que é divulgação de campanhas, sejam elas quais forem. Neste caso, campanhas de poupança de água ou de prevenção de incêndios rurais.

Joana Silveira: Em termos do Órgãos de Comunicação Social, estes conseguem ser uma ponte para disseminar esta informação? Ou seja, à parte dos meio autárquicos, pergunto se a Autarquia

[de Odemira] também se une, digamos assim, aos órgãos de comunicação [social] para ajudar a disseminar estas informações?

Isabel Vilhena: Obviamente que sim. Hoje em dia, toda e qualquer autarquia é uma fonte de informação para os Órgão de Comunicação Social e nós [Município de Odemira] sempre fizemos este trabalho de assessoria e de apoio e de utilizar, precisamente, os meios de comunicação social para veicular informação que achamos pertinente. Dou-lhe o exemplo do incêndio do ano passado (2023), onde estivemos sempre desde a primeira hora a acompanhar todas as equipas de reportagem que estavam cá presentes no território. No caso, todos os órgãos de comunicação de âmbito nacional estiveram cá e, por força da dimensão do incêndio e houve esse acompanhamento muito direto. Portanto, numa lógica mesmo de comunicação de crise a todos os jornalistas presentes.

Joana Silveira: Gostaria que me conseguissem dar uma ideia de se os munícipes estão informados sobre os fenómenos climatéricos, ou seja, já percebi que há muito esforço da vossa parte, de utilizar diversos meios para conseguir informar, numa ótica preventiva, e depois numa ótica de ação quando ocorrem estes fenómenos. Acreditam que ainda há espaço para estarem mais informados ou, ou outro lado, os munícipes já conseguem aplicar depois a informação que recebem?

Isabel Vilhena: Eu acho que a informação é sempre importante continuar a ser veiculada e continuar a haver essa atitude preventiva da parte das Entidades Públicas porque a informação nunca é em excesso e porque efetivamente os fenómenos extremos acontecem. Odemira foi alvo de uma ocorrência extrema climatérica em 1997 onde o concelho ficou bastante afetado e não tivemos perda de vidas, mas tivemos danos materiais avultadíssimos e o território ficou muito devastado. Isso [o incêndio de 1997 e respetivas consequências] ainda é muito presente na memória da população e foi por força de um fenómeno extremo de chuva e de temporal intenso. Também o facto de termos 55km de costa também há essa preocupação e essa permanente de que os fenómenos extremos acontecem e o clima está a mudar e está a afetar a nossa vida. Portanto, acho que a população está consciente, até por força de toda a informação que é divulgada nos Órgãos de Comunicação Social, mas nunca é demais. Toda e qualquer ação que seja feita para apostar na prevenção é sempre uma mais-valia.

Luís Afonso Guerreiro: Quero também acrescentar que as pessoas quando vivem no meio rural, como é Odemira, às vezes têm uma sensibilidade diferente para os fenómenos climatéricos e para a prevenção. Isto é, as pessoas lidam com o fogo no dia-a-dia, lidam com a água no dia-a-dia. É diferente e conseguem ter uma maior perceção. É claro que a prevenção é importante e a comunicação faz o trabalho nesse sentido, mas as pessoas conseguem ter um “à vontade” com esses fenómenos que, talvez, na cidade as pessoas não têm tanto porque não estão habituados, preparados, pois não lidam diariamente no meio rural. [...] Lidar com a própria água e com o próprio fogo. As pessoas [nos meios rurais] conseguem ter, de facto, um “à vontade” diferente e conseguem ter uma sensibilidade daquilo que podem e não fazer e as respetivas consequências que podem provocar ou evitar algo. Acho que isso [a noção/conhecimento das pessoas residentes em meios rurais] é importante. Tanto no nosso município [Odemira] como em outros municípios.

Isabel Vilhena: Sim, é verdade. Depois também há a situação que o impacto mediático que estes fenómenos, como os incêndios, têm provoca uma reação positiva na população que é REAGIR. Eu acho que cada vez mais a própria população preocupa-se em ter os terrenos à volta das casas limpo, precisamente para evitar situações que depois vemos, infelizmente, de casas a arder. Portanto, acho que há uma atitude preventiva por parte da população. Não quer dizer que não venha a acontecer [um incêndio consequente dos fenómenos climatéricos

extremos], mas há essa preocupação. A população sabe que estes fenómenos acontecem, acontecem cada vez mais e Odemira tem sido fustigada, efetivamente, por incêndios.

Joana Silveira: Certo. Ou seja, há um a consciencialização não só pelo facto de estarem inseridos num meio mais rural e por isso lidam diariamente com esse tipo de situações ou, por exemplo, como a cultura de agricultura intensiva que têm a racionalização da água, suponho eu que seja algo mais fácil de entenderem, e depois também pela divulgação da informação nos Órgãos de Comunicação Social.

Luís Afonso Guerreiro: As pessoas sabem muito mais rápido apagar um fogo aqui em Odemira ou noutra sítio qualquer. Sabem quais os meios a usar, quantidades, ou seja, utilizarem os meios que existem (como as mantas) do que propriamente alguém que possa viver na cidade que não tem esse conhecimento. Isso também é importante na reação e no combate, por exemplo, a um incêndio que pode estar a começar.

Isabel Vilhena: Além dos incêndios e das secas, há fenómenos de chuva intensa que depois no meio rural têm impacto porque quando as ribeiras começam a encher, e o nosso território [Odemira] é atravessado pelo Rio Mira com várias ribeiras afluentes. Portanto, há uma preocupação de toda a comunidade que vive perto das ribeiras e perto do rio que, efetivamente, as cheias podem provocar inundações nos terrenos/em casas, algo que já acontece. Há essa preocupação de salvaguardar bens, de limpar os terrenos, de quase de acompanhar quando há fenómenos de chuva extremos ao longo de vários dias, de acompanhar as ribeiras. De verificar como estão os caudais das ribeiras e do rio, nomeadamente.

Joana Silveira: Ou seja, há uma medição do nível da água?

Isabel Vilhena: Não é uma medição técnica. É o acompanhar popular das ribeiras. Portanto, as pessoas têm essa noção de quando a ribeira começa a encher e que pode, efetivamente, causar uma inundação se o caudal vier para baixo, se houver uma continuação da precipitação. Há essa preocupação. Já tem acontecido em vários Invernos em que as próprias pessoas fazem a monitorização das ribeiras e do rio em Odemira.

Isabel Vilhena: No âmbito do incêndio que tivemos o ano passado no território de Odemira foi de uma dimensão tão grande e afetou uma área tão grande, foram cerca de 11 mil hectares no concelho de Odemira, de Sines, de Aljezur e de Monchique. O centro de comandos estava em Santo Teotónio, no nosso território [Odemira]. O incêndio começou no nosso território e depois alastrou-se para sul. Pelo facto de termos a Proteção Civil e os meios presentes no terreno, o Comando decidiu evacuar 22 lugares, pequenas aldeias, o que envolveu, cerca de, 1500 pessoas que tiveram de ser deslocadas das suas casas para Centros de Acolhimento. Houve inúmeras estradas nacionais, estradas municipais e caminhos vicinais que tiveram de ser bloqueados. Portanto, houve uma série de situações que nós, comunicação [da Autarquia de Odemira] tivemos que regularmente informar. A nossa opção foi além da assessoria de imprensa, acompanhamento à Comunicação Social presente no terreno, nós [Gabinete de Comunicação de Odemira] tínhamos a preocupação de “beber” a informação do Comando que estava a assumir a gestão da ocorrência para, nos nossos canais municipais, fazer o *report* diário do ponto de situação. Isto para que a população se mantivesse informada do que estava a acontecer. Por exemplo, quando havia novas estradas cortadas, por força da propagação do incêndio, nós, nas nossas redes sociais, informávamos que determinada estrada estava cortada e solicitávamos que as pessoas evitassem circular nas estradas nessa zona. Nessa situação de incêndios é importante a comunicação municipal atuar, estar presente e dar resposta, pela confiança e proximidade com as populações locais. Isto [o incêndio] aconteceu em Odemira é o nosso exemplo, mas cada vez mais as Câmaras Municipais estão dotadas de profissionais de

comunicação e cada vez mais esta preocupação existe e este trabalho é feito nos municípios portugueses.

Joana Silveira: Exato é um trabalho conjunto entre a autarquia e a Proteção Civil.

Isabel Vilhena: Sim. Nós temos o serviço municipal de Proteção Civil, mas, perante estas ocorrências, é um comando distrital que pode passar, inclusive, para comando regional ou nacional, dependendo das dimensões, mas há uma procura de proximidade e um acompanhamento para que a informação seja veiculada de forma correta e – não na hora - com muita atualidade para informar as populações para apostar na prevenção.

Joana Silveira: Certo e para haver uma coerência nas mensagens que são difundidas.

Isabel Vilhena: Claro, a coerência de comunicação é essencial. Outra situação que Odemira tem feito é sempre que há uma ocorrência extrema ou de incêndio ou, no caso da pandemia – de incêndios já foram várias situações – centralizamos a comunicação numa pessoa que é o Presidente da Câmara Municipal. É ele quem lidera a Proteção Civil Municipal. Aquilo que tentamos fazer para firmar a coerência e identidade do território é não nos dispersarmos em vários porta-vozes do Município e centralizamos tudo na figura do Presidente da Câmara que é a entidade máxima do concelho. A comunicação de Crise tem sido um assunto gerido e debatido no âmbito da comunicação autárquica já há muitos anos por forças de desastres como, a queda da Ponte Entre os Rios (2001), dos incêndios da Zona Centro (2017). Há essa preocupação de ‘Como comunicar em Gestão de Crise’ dos municípios para que seja mais eficaz. Nós em Odemira tivemos, infelizmente, essa experiência com o incêndio, onde o Presidente da Câmara esteve disponível – não 24/24 -, mas quase. Portanto, ao longo do dia sempre presente e sempre presente nas conferências de imprensa diárias realizadas no Posto de Comando e depois disponível para entrevistas paralelas conforme as solicitações da Comunicação Social.

---- Fim da Entrevista-----

Transcrição II - Entrevista Autarquia de Santiago do Cacém

-----Início da Entrevista-----

Joana Silveira: Tenho aqui há algumas questões para fazer. Sendo que, se não quiser responder a alguma questão, diga que não.

Teresa Chaves: Se houver alguma questão que eu tenha mais dificuldade eu combinei com o meu colega da Proteção Civil, nós trabalhamos em conjunto, eu ligo para ele também dar a sua colaboração.

Joana Silveira: Pronto. Perfeito. Eu fiz aqui uma pequena introdução que a Teresa sabe melhor a que esta zona é alvo das alterações climáticas. Aliás, toda a extensão do território é, mas aqui o Alentejo e o Algarve são sempre mais fustigados com estas situações. Então, eu queria questionar que perante estes fenómenos climáticos extremos, que cada vez mais atravessamos no nosso país, neste caso, como eu referi, os incêndios e a situação de seca, como é que a autarquia de Santiago (do Cacém) encara a importância da comunicação autárquica na promoção da segurança e bem-estar da população.

Teresa Chaves: Encara com relevância, uma vez que estamos a falar de fenómenos que são extremos e cada vez fustiga mais o nosso país, como referiste há pouco e muito bem. Nós aqui nesta zona também sentimos, como todos os outros, infelizmente, as alterações que estamos a ter.

Nesse sentido, as ações que nós temos feito: a nível da seca nós temos aqui situações, este ano, por acaso, até não tivemos muito esse problema. Já tivemos situações em que o próprio abastecimento de água potável às populações esteve em causa devido ao baixo nível dos lençóis freáticos e tivemos de recorrer aos bombeiros para fazer um enchimento dos depósitos com água durante algum tempo. Este ano a situação foi menos drástica. Nessas situações as pessoas são avisadas que o depósito está com pouca água e que se vai fazer o reabastecimento, via Bombeiros Voluntários, porque são eles que têm tanques com maiores depósitos, também temos a cautela, e já lançámos há 2 anos e insistimos todos os anos com a Campanha de Poupança de Água. Temos a situação depois, não só da dos consumidores da nossa água – porque a nossa água é abastecida, em certas zonas pela própria Câmara Municipal e em outras zonas é pela Águas do Alentejo. Nós temos uma parceria, somos associados, das Águas do Alentejo e há zonas do nosso município que é da responsabilidade da Águas do Alentejo, mas isso não impede, claro, da Câmara fazer sempre a sua ação junto das populações, quando assim seja necessário, em caso de falta água no abastecimento público. Em relação aos agricultores, é outra preocupação. A Câmara Municipal encetou em tempos com a APA [Associação Portuguesa do Ambiente] e com a EDIA [Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.] que é quem faz a gestão [da Barragem] do Alqueva. Nós temos 2 barragens. Temos a maior que é [a Barragem] de Campilhas que está com um nível baixíssimo, é uma das barragens, ao nível do país, com menor índice de água depositada, e isso compromete muitas culturas no interior do nosso concelho. Temos outra barragem mais pequena que a [Barragem] de Fonte Serne que essa já conseguimos que esteja a ser abastecida pela [Barragem do] Alqueva. Portanto, já diminuiu muito não só a problemática de alguns agricultores como também até de próprios consumidores mais próximos desta barragem. O que a Câmara Municipal [de Santiago do Cacém], neste momento, está a tomar os seus contactos devidos, já há algum tempo. Espero que no próximo ano tenhamos boas notícias de que a Barragem de Campilhas possa também ser ela fornecida através da [Barragem do] Alqueva para reforçar. [Isto] porque é drástico. Aquela zona [da Barragem de Campilhas] é a mais drástica, o que compromete, não só os arrozais, as culturas de tomate, de cereal, etc. Portanto, nessa área é mais problemático.

Joana Silveira Exato a Teresa até antecipou-se a uma questão a que eu ia perguntar realmente e se o cuidado e da comunicação, na ótica da prevenção, não só seria na parte do consumo do doméstico, campanhas de ‘Feche a torneira quando lava os dentes’ da racionalização da água e também se teriam na parte da agricultura.

Teresa Chaves: Sim, até porque há uma grande proximidade com a Associação de Regantes. A uma Associação de Regantes está sediada numa das nossas freguesias, Alvalade, e há muita concertação entre a própria associação e a própria Câmara.

Joana Silveira: E panorama dos incêndios, como é que é feita a comunicação?

Teresa Chaves: A comunicação é muito próxima da prevenção, portanto, nós temos a campanha a nível nacional, “Portugal Chama” que nós também fazemos a sua disseminação e há um trabalho que é feito em conjunto com a Proteção Civil e com o SPNA [Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente] da GNR que tem a ver com as ‘Aldeias seguras’. [Nesse caso] é quase feito um ‘porta a porta’, todos os anos para alertar as pessoas para a limpeza das matas, do perímetro à volta das casas...É sempre feito esse alerta, não só pelos nossos meios digitais, pela rádio local e até o nosso próprio boletim municipal com foco também nestas

temáticas. Há essa preocupação de proximidade porque nós temos um município muito disperso. É uma área muito grande, temos 1059 4 de quilómetros quadrados de área (é muito espaço) e temos uma população, mais no interior [do concelho] mais envelhecida, por isso, temos tem mesmo que ser quase ‘porta a porta’. Com eles [população envelhecida] tem mesmo que ser porque são pessoas que se a informação se for só por estes meios [digitais e boletim municipal] não lhes chega. Muitos não sabem ler nem escrever e esta proximidade da do SPNA da GNR e da Proteção Civil é muito importante. Existe um contato mais direto, mais próximos.

Joana Silveira: Existe um contacto mais desenhado para esse tipo de Público mais envelhecido. Nos restantes, como a Teresa referiu, [a Câmara Municipal] privilegia o boletim municipal, o *website [autárquico]*, correto?

Teresa Chaves: Sim. Temos também o Facebook, o Instagram, o X [Antigo Twitter]... Disseminamos muita informação por aí. Há também um cuidado que nós temos que é fazer a sensibilização através das escolas. Vai-se às escolas e fazem-se algumas prevenções também junto dos miúdos e alertar para o facto dos incêndios - até há também os simulacros por causa dos sismos com os miúdos - fazemos também esse trabalho com as escolas.

Joana Silveira: No caso de, suponhamos - esperemos que não -, acontecer um incêndio ou da situação de seca piorar – porque atualmente estamos em situação seca no Alentejo, mas imaginemos que que a situação piorar: A Câmara Municipal [de Santiago do Cacém] tem algum plano de comunicação desenhado para conseguir agir nessa situação?

Teresa Chaves: Sim, até o próprio Plano da Proteção Civil Municipal tem isso desenhado, até porque é obrigatório também o ter.

Joana Silveira: Ou seja, no caso de ocorrer [uma das situações mencionas acima] existe uma colaboração entre o departamento de comunicação

Teresa Chaves: Sim, entre o departamento de comunicação e as entidades que fazem parte também da própria Proteção Civil porque a Proteção Civil Municipal não se cinge só à Câmara nem só aos Bombeiros. Neste caso, da parte da comunicação, é a comunicação da Câmara Municipal e temos também um jornal local e a rádio, que, no caso de maior catástrofe, é o [meio de comunicação] que mais rápido chega às pessoas.

Joana Silveira: [A rádio local] é o meio que, neste caso, num plano de comunicação de crise, a rádio será o meio mais privilegiado.

Teresa Chaves: Sim, no entanto, não quer dizer que seja o único, mas é o privilegiado até porque nós [equipa de comunicação da Câmara Municipal de Santiago do Cacém] sabemos que muitas vezes temos aqui uma outra situação. Temos as chamadas ‘Zonas Negras de falta de rede’. Portanto, se nós pensarmos num cenário mais drástico – um incêndio que corta as linhas de comunicação, se nós colocarmos no Facebook, no website autárquico ou noutra rede social qualquer tipo de informação, corremos o risco dela não chegar às pessoas porque não têm rede. Ao não haver rede estamos com um problema que pode ser só ultrapassado através das linhas da hertzianas da rádio.

Joana Silveira: No princípio, questionei de que forma era feita a sensibilização com a população e Teresa mencionou diversas campanhas que têm, tanto na parte dos incêndios como na parte da racionalização da água por questão da seca. Considera que os municípios estão bem informados dadas todas as tentativas e as campanhas que a autarquia [de Santiago do Cacém]

tem vindo a desenvolver. Considera que os municípios estão bem informados para a possibilidade de ocorrerem situações desse género desses fenómenos?

Teresa Chaves: As pessoas estão bem informadas, mas, por vezes, não querem acreditar que seja verdade que no dia a seguir não têm água na torneira. O problema é esse. consciencializar, por vezes, as pessoas é difícil nesse ponto, porque ‘se eu tiver todos os dias água a correr da minha torneira eu não vou pensar noutra cenário’. É por isso que estamos na situação em que estamos, porque ninguém pensa no futuro, só se pensa no imediato. Mas, sim as pessoas estão conscientes disso e não é só a nossa comunicação local que o faz. As pessoas são inundadas no dia a dia através da televisão, dos jornais para estas problemáticas e para a importância de poupar e de termos [enquanto cidadãos] cada vez mais cuidado com o nosso dia-a-dia e com aquilo que fazemos, porque está nas nossas mãos fazer um pouco a diferença. É como digo, com esta proximidade que temos com as pessoas, é mais fácil nós [Câmara Municipal de Santiago do Cacém] termos essa consciência e isto mais nas zonas rurais porque nós temos em termos de território uma diferença grande. Temos a parte mais litoral em que temos 2 cidades – somos o único município a nível do Alentejo que tem 2 cidades - e depois temos a zona de interior, que é mesmo interior Alentejo.

Joana Silveira: Essas 2 cidades que refere são Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André, certo?

Teresa Chaves: Sim, Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André.

Joana Silveira: Certo. Ou seja, há quase a uma bipolaridade em termos de realidades do território autárquico.

Teresa – Exato. As realidades são completamente díspares. As pessoas sentem mais a seca a nível do interior do que propriamente nesta zona de faixa litoral. Aqui [na zona Litoral] nunca tivemos problemas de, por exemplo, cortes de água por causa de falta de água a nível freático¹³⁵. Isso nunca aconteceu, enquanto no interior já aconteceu em algumas localidades, tal como eu referi, dos Bombeiros terem que colocar os tanques para abastecimento público.

Joana Silveira: Em termos de incêndios, já alguma vez ocorreu algum incêndio que fosse necessário atuar?

Teresa Chaves: Tivemos de atuar, por exemplo, tivemos um incêndio, não propriamente florestal, foi um incêndio de uma fábrica de congelados de peixe que se situa na freguesia de Ermidas. Tivemos de fazer um comunicado e um ‘porta-a-porta’ em paralelo com a Junta de Freguesia de Ermidas. Isto porque estavam a ser soltas partículas que eram particularmente perigosas para a população. Aí sim, tivemos de atuar de uma forma mais rápida possível para avisar as pessoas para não saírem tanto de casa, manterem-se o máximo possível em casa, fecharem bem as janelas para as partículas não entrarem, principalmente as pessoas que estavam mais próximas da fábrica. Esse foi o episódio mais recente. Isto é tudo realizado em paralelo com ao Centro Distrital de Operação de Socorro (CDOS), portanto também obedece à hierarquia da Proteção Civil, mas nós temos os nossos níveis de atuação.

Joana Silveira: Ando sempre ‘de mãos dadas’ digamos assim.

Teresa Chaves: O mais possível, sim.

¹³⁵ “Lençol freático (lençol superficial/ lençol de água é a superfície que delimita a zona de saturação da aeração do solo. Abaixo do lençol freático, a água subterrânea pretende todos os espaços presos e permeáveis do solo.” (Wikipédia, 2021).

Joana Silveira: No caso de Santiago do Cacém o que pode afetar mais é a questão da seca?

Teresa Chaves: Sim. No entanto, também temos incêndios rurais nesta época, é sempre mais complicado. Uns mais pequenos...Este ano não tivemos um assim que se pudesse considerar um grande incêndio. Há pequenos fogos... Por muito que se tente a prevenção é sempre complicado. É sempre muito complicado. Neste caso, nem falamos de fogos postos. A nível dos incêndios rurais o que acontece é uma máquina que está a trabalhar e não deveria de estar. O último caso que tivemos foi com uma empresa que sabe mais que ninguém que não pode roçar mato numa altura destas [verão – meses mais quentes do ano], fê-lo e provocou um incêndio que vieram corporações dos concelhos vizinhos, mas neste caso não é a alteração climática, por assim dizer, que provoca seja o que for.

----Fim da Entrevista----

Transcrição III - Entrevista Autarquia de Santiago do Cacém